



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)
Nº. 10/2009**

(Alterada pela Resolução Consepe n.º 17/2014)

(ATUALIZADO PELA RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 29/2018)

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Teatro, *Campus* de Palmas.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 29 de abril de 2009, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Teatro, no *Campus* de Palmas.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 29 de abril de 2009.

Prof. Alan Barbiero
Presidente



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Anexo à Resolução n.º 10/2009 do Consepe.

**CAMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM TEATRO**

Palmas,
Agosto / 2014



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
LICENCIATURA EM TEATRO**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO

Este documento tem como objetivo apresentar as estratégias didáticas e pedagógicas adotadas pelo Curso de Licenciatura em Teatro, pelo Campus Universitário de Palmas da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Redação dos professores: Kátia Maia Flores, Karylleila dos Santos, Roseli Bodnar. Revisão pelo Colegiado de Teatro em 2012

Contribuições no documento:

Profa. Dra. Isabel Cristina Auler Pereira
Profa. do Curso de Pedagogia da UFT
Pró-Reitora de Graduação da UFT

Palmas/2012



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
LICENCIATURA EM TEATRO**

Administração Superior

Márcio Silveira

Reitor

Isabel Cristina Auler Pereira

Vice-reitora

José Pereira Guimarães Neto

Pró-reitoria de Administração e Finanças

Berenice Aires

Pró-reitoria de Graduação

Waldecy Rodrigues

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

George França

Pró-reitoria de Extensão e Cultura

George Brito

Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

Ana Lúcia Medeiros

Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento

SUMÁRIO

I CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	6
1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	6
1.2 A UFT no Contexto Regional e Local.....	8
1.3 Perfil Institucional	9
1.4 Missão Institucional.....	11
1.5 Estrutura Organizacional	13
<i>Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:</i>	<i>14</i>
II CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	16
2.1 Nome do Curso.....	16
2.2 Modalidade do curso	16
2.3 Endereço do Curso	16
2.4 Número de Vagas	16
2.5 Turno de Funcionamento.....	16
2.6 Direção do Campus	16
2.7 Coordenador do Curso de Teatro.....	16
2.8 Relação Nominal dos membros do Colegiado das áreas de Filosofia e Teatro.....	16
2.8.1 Formação acadêmica e adequação dos docentes ao curso no Ciclo de formação geral (Ciclo I) da área de Teatro e Filosofia.	17
2.9 Comissão de elaboração do PPC	18
2.10 Histórico do curso: sua criação e trajetória	19
III BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	24
3.1 Fundamentos do Projeto Pedagógico dos cursos da UFT	26
3.2. A construção de um currículo interdisciplinar: caminhos possíveis	27
3.3. Desdobrando os ciclos e os eixos do projeto.....	36
3.4. A Interdisciplinaridade na matriz curricular dos cursos da UFT.....	37
<i>Ciclo de formação geral</i>	<i>39</i>
<i>Ciclo de Formação Profissional.....</i>	<i>40</i>
<i>Ciclo de pós-graduação</i>	<i>40</i>
3.5. Estrutura curricular interdisciplinar.....	41
3.6. Implicações do processo de construção de um novo currículo	42
3.7. Processo de ensino-aprendizagem	44
3.8 Formas de construção e re-construção do conhecimento	46
3.9 Avaliação da aprendizagem.....	47
3.10 Gestão dos processos educativos.....	48
IV ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	52
4.3 Projeto Acadêmico do Curso.....	52
4.3.1 Justificativa.....	52
4.3.2 Objetivo geral da área de conhecimento.....	52
4.3.3 Objetivo geral do Curso.....	52
4.3.4 Perfil Profissiográfico.....	53
4.3.5 Competências e Habilidades.....	54
4.3.6 Campo de atuação profissional.....	57
4.3.7 Proposta curricular - Curso de Licenciatura em Teatro.....	58
4.3.7.1 Organização Curricular	59
4. 3.7.2 Ciclo de Formação Geral (Ciclo I)	61
4. 3.7.3 Eixos e componentes curriculares do Ciclo I	62
4. 3.7.4 Ciclo de Formação Específica - Ciclo II	65

4. 3.7.5 Eixos do Ciclo II (Ementas e disciplinas dos Ciclos I e II).....	67
4. 3.7.6 Conteúdos curriculares do Ciclo II.....	69
4. 3.7.7 Ciclo de Formação Avançada, Pós-Graduação (Ciclo III)	70
4. 3.7.8 Estrutura Curricular	70
4. 3.7.9 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DO CICLO I E II	73
4.3. 8 Interface pesquisa e extensão	112
4.3. 9 Interface com programas de fortalecimento do ensino.....	113
4.3.10 Interface com as Atividades Complementares	114
4.3.11 Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório.....	114
4.3.12 Prática Profissional e Trabalho de Conclusão de Curso.....	124
V CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	131
5.1. Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico Administrativo	131
5.1.1 Formação acadêmica e adequação dos docentes ao curso.....	131
VI INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS.....	133
6.1. Instalações físicas e laboratórios do Campus	133
6.1.1 Instalações administrativas	134
.....	135
6.2.1 Acervo bibliográfico.....	138
6.3.1 Administração e serviços.....	139
6.3.2 Laboratórios de informática.....	140
6.3.3 Futuras Instalações no Campus – REUNI	141
6.5 Recursos audiovisuais	143
6.6 Acessibilidade para portador de necessidades especiais	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
ANEXOS	148
ANEXO 3. REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO	163
ANEXO 3. Regulamento do TCC	
ANEXO 4. Normativa sobre Atividades Complementares	
ANEXO 5. Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório e não obrigatório	

I CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o

professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação

1.2 A UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3 Perfil Institucional

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicampi, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital (Palmas).

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infra-estruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema multicampi, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema multicampi, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A UFT, com seus sete campi, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa sua grande dimensão fica patente – em números aproximados * – 695 professores efetivos, 35 professores substitutos e 399 técnicos administrativos. Atualmente, a Universidade oferece 29 cursos de graduação e 7 programas de mestrado e 1 de doutorado reconhecidos pela Capes, além de 11 cursos de especialização lato sensu.

(*) Fonte: Dados fornecidos pelo sistema SIE em outubro/2008.

1.4 Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

Em conformidade com o **Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007)** e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

a) o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;

b) a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;

c) o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

d) a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

e) a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

f) o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

g) a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Como forma de orientar, de forma transversal, as principais linhas de atuação da UFT (PPI, 2007 e PE 2006-2010), foram eleitas quatro prioridades institucionais:

a) Ambiente de excelência acadêmica: ensino de graduação regularizado, de qualidade reconhecida e em expansão; ensino de pós-graduação consolidado e em expansão; excelência na pesquisa, fundamentada na interdisciplinaridade e na visão holística; relacionamento de cooperação e solidariedade entre docentes, discentes e técnico-administrativos; construção de um espaço de convivência pautado na ética, na diversidade cultural e na construção da cidadania; projeção da UFT nas áreas: a) Identidade, Cultura e Territorialidade, b) Agropecuária, Agroindústria e Bioenergia, c) Meio Ambiente, e) Educação, f) Saúde; desenvolvimento de uma política de assistência estudantil que assegure a permanência do estudante em situação de risco ou vulnerabilidade; intensificação do intercâmbio com instituições nacionais e internacionais como estratégia para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da pós-graduação.

b) Atuação sistêmica: fortalecimento da estrutura *multicampi*; cooperação e interação entre os *campi* e cursos; autonomia e sinergia na gestão acadêmica e uso dos recursos; articulação entre as diversas instâncias deliberativas; articulação entre Pró-Reitorias, Diretorias, Assessorias e Coordenadorias.

c) Articulação com a sociedade: relações com os principais órgãos públicos, sociedade civil e instituições privadas; preocupação com a equidade social e com o desenvolvimento sustentável regional; respeito à pluralidade e diversidade cultural;

d) Aprimoramento da gestão: desenvolvimento de políticas de qualificação e fixação de pessoal docente e técnico-administrativo; descentralização da gestão administrativa e fortalecimento da estrutura *multicampi*; participação e transparência na administração; procedimentos racionalizados e ágeis; gestão informatizada; diálogo com as organizações

representativas dos docentes, discentes e técnicos administrativos; fortalecimento da política institucional de comunicação interna e externa.

A UFT é uma universidade *multicampi*, estando os seus sete *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, o que propicia a capilaridade necessária para que possa contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. Oferece, atualmente, 43 cursos de graduação presencial, um curso de Biologia a distância, dezenas de cursos de especialização, 07 programas de mestrado: Ciências do Ambiente (Palmas, 2003), Ciência Animal Tropical (Araguaína, 2006), Produção Vegetal (Gurupi, 2006), Agroenergia (Palmas, 2007), Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Palmas, 2007), Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional, 2007), mestrado profissional em Ciências da Saúde (Palmas, 2007). E, ainda, um Doutorado em Ciência Animal, em Araguaína; os minteres em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria UFT\UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFT\UnB), os dinteres em História Social (Palmas, parceria UFT/UFRJ), em Educação (Palmas, parceria UFT\UFG) e Produção Animal (Araguaína, parceria UFT\UFG).

1.5 Estrutura Organizacional

Segundo o **Estatuto da UFT**, a **estrutura organizacional da UFT** é composta por:

- **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.
- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.
- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.
- **Pró-reitorias:** No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação; Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Pró-Reitor de Extensão e Cultura,

Pró-Reitor de Administração e Finanças; Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento; de Assuntos Estudantis. As Pró-Reitorias estruturam-se em Diretorias, coordenações e divisões técnicas.

- **Conselho Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.
- **Diretor de Campus:** docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.
- **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.
- **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura *multicampi*, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Campus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de licenciatura em Matemática, Geografia, História, Letras, Química, Física e Biologia, além dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia. Além disso, disponibiliza os cursos tecnológicos em Cooperativismo, Logística e Gestão em Turismo; o curso de Biologia a distância; o Doutorado e o Mestrado em Ciência Animal Tropical.

Campus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

Campus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal; Engenharia Biotecnológica; Química Ambiental e a licenciatura em Biologia (modalidade à distância). Oferece, também, o programa de mestrado na área de Produção Vegetal.

Campus Universitário de Miracema: oferece os cursos de Pedagogia e Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

Campus Universitário de Palmas: oferece os cursos de Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciências da Computação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comunicação Social; Direito; Engenharia de Alimentos; Engenharia Ambiental; Engenharia Elétrica; Engenharia Civil; Medicina, Nutrição e Enfermagem, as licenciaturas em Filosofia, Teatro e Pedagogia. Disponibiliza, ainda, os programas de Mestrado em Ciências do Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Ciências da Saúde.

Campus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras e o mestrado em Ecologia dos ecótonos.

Campus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia e Ciências Sociais.

II CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do Curso

Curso de Teatro

2.2 Modalidade do curso

Licenciatura

2.3 Endereço do Curso

Campus Universitário de Palmas, AV. NS 15 ALCNO 14

Palmas –Tocantins

CEP: 77210 -020

2.4 Número de Vagas

40 vagas semestrais

2.5 Turno de Funcionamento

2009 / Noturno

2.6 Direção do Campus

Prof. Dr. Aurélio Pessoa Picanço

2.7 Coordenador do Curso de Teatro

Prof. Me. Marcial de Asevedo

2.8 Relação Nominal dos membros do Colegiado das áreas de Filosofia e Teatro

- 1) MSc. Carolina Souza Pedreira
- 2) MSc. Elizângela Inocência Mattos³
- 3) MSc. Fábio Henrique Duarte
- 4) MSc. João Paulo Simões Vilas Boas
- 5) Dr. José Manoel Miranda de Oliveira
- 6) MSc. José Soares das Chagas
- 7) MSc. Juliana Santana de Almeida

- 8) MSc. Kherlley Caxias Batista Barbosa
- 9) MSc. Leandro Beck Freiberg
- 10) MSc. Leon Farhi Neto
- 11) MSc. Luciano Gomes Brasil
- 12) MSc. Marco Aurélio Cardoso
- 13) Dr. Oneide Perius
- 14) Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares
- 15) MSc. Raquel Castilho Souza
- 16) Dr. Roberto Francisco de Carvalho
- 17) Dra. Rúbia Lúcia Oliveira
- 18) MSc. Adriana dos Reis Martins
- 19) MSc. Andréia Livia de Jesus Leão
- 20) MSc. Bárbara Tavares dos Santos
- 21) MSc. Daniela Rosante Gomes
- 22) MSc. Gustavo Henrique Lima Ferreira
- 23) MSc. Heitor Martins Oliveira
- 24) Dr. Juliano Casimiro Camargo Sampaio
- 25) MSc. Karina Ribeiro Yamamoto
- 26) Dra. Karylleila dos Santos Andrade
- 27) Dra. Kátia Maia Flores
- 28) MSc. Marcial de Asevedo
- 29) MSc. Renata Ferreira da Silva
- 30) MSc. Renata Patrícia Silva
- 31) MSc. Thaíse Luciane Nardim

2.8.1 Formação acadêmica e adequação dos docentes ao curso no Ciclo de formação geral (Ciclo I) da área de Teatro e Filosofia.

Nome completo	Condições de Trabalho	Composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)
Adriana dos Reis Martins	DE	Graduação em Educação Artística - UFG Mestre em Música - UFG
Daniela Rosante Gomes	DE	Graduação em Imagem e Som – UFSCAR Mestre em Artes/Teatro – UFU
Fábio Henrique Duarte	DE	Graduação em Filosofia - UFMA Mestre em Filosofia - UFG
Heitor Martins Oliveira	DE	Graduação em Música – UnB Mestre em Música – Texas State University-

		San Marcos
Karylleila dos Santos Andrade	DE	Graduação em Letras – UNITINS Mestre em Linguística – USP Doutor em Linguística – USP
Kátia Maia Flores	DE	Graduação Biblioteconomia - UFG Mestre em História - UFPE Doutor em História - UFMG
Kherlley Caxias Batista Barbosa	DE	Graduação em Teologia- Fac. S. Bonaventura Graduação em Filosofia - UCG Mestre em Teologia - Fac. S. Bonaventura
José Manoel Miranda de Oliveira	DE	Graduação em Filosofia – UFG Mestre em Educação – UFPE
Juliana Santana de Almeida	DE	Graduação em Filosofia – UFOP Mestre em Estética e Filosofia da Arte – UFOP
Oneide Perius	DE	Graduação em Filosofia – URI Mestre em Filosofia – PUCRS Doutor em Filosofia – PUCRS
Paulo Sérgio Gomes Soares	DE	Graduação em Filosofia – UNESP Mestre em Filosofia – UNESP Doutor em Educação – UFSCAR
Roseli Bodnar	DE	Graduação em Letras - FEFCLUV Mestre em Teoria da Literatura – UFSC
Rúbia Lúcia Oliveira	DE	Graduação em Filosofia – UFOP Mestre em Estética e Filosofia da Arte – UFOP
Thaíse Luciane Nardim	DE	Graduação em Artes Cênicas – Unicamp Mestre em Artes Cênicas – Unicamp

2.9 Comissão de elaboração do PPC

- 1) MSc. Fábio Henrique Duarte
- 2) MSc. José Manoel Miranda de Oliveira
- 3) MSc. Kherlley Caxias Batista Barbosa
- 4) Dra. Karylleila dos Santos Andrade
- 5) Dra. Kátia Maia Flores
- 6) MSc. Roseli Bodnar
- 7) MSc Sandoval Antunes

Além dos professores relacionados acima, o curso de ***Licenciatura em Teatro*** contratará, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Sistema Público Federal os demais professores que comporão a totalidade do colegiado do curso. Tais contratações ocorrerão mediante liberação de vagas para tal finalidade, e para as áreas específicas, sendo que já está em curso a realização de concurso público para preenchimento de uma (1) vaga de Professor

Assistente com formação em Música, e Mestrado em Regência ou Composição que provavelmente comporá o colegiado de Artes.

2.10 Histórico do curso: sua criação e trajetória

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES

O presente projeto do *Curso de Licenciatura em Teatro* foi elaborado por uma comissão interdisciplinar de professores da UFT, formada pela Direção do Campus de Palmas e pela PROGRAD/UFT, que com base em muitas discussões, pesquisas e consultoria de especialistas na área, construiu o Projeto Pedagógico do curso (PPC) de Licenciatura em Teatro, de forma integrada e articulada com a Licenciatura em Filosofia. Tomou-se como fundamento de trabalho a necessidade de criação de um curso centrado na realidade do ensino e seus desafios contemporâneos, as transformações do campo da arte, as exigências do Ministério da Educação, considerando a nova regulamentação para os cursos de licenciatura.

Este projeto está devidamente fundamentado na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB*, aprovada em dezembro de 1996 e intitulada Lei Darcy Ribeiro, cuja clareza pode ser observada no artigo 26, parágrafo 2º. De acordo com esse artigo, a lei diz que o ensino da Arte constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos (as). E ainda que, de acordo com o artigo 9º, item IV, a União ficará incumbida de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

A partir da mencionada lei, o Ministério da Educação tem desenvolvido os seguintes documentos, com a finalidade de contribuir com a execução do trabalho educativo de nível Básico:

- a) Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (0 a 6 anos);
- b) Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs - para o Ensino Fundamental;
- c) Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs - para o Ensino Médio;
- d) Adaptações Curriculares: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais;
- e) Referenciais Curriculares para a Educação Profissional.

No que diz respeito aos cursos de nível Superior, de acordo com o artigo 53º, item II, a LDB confere às universidades, no exercício de sua autonomia, construir os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes.

Apreciando e analisando *os PCNs*, compreende-se que *devem ser incluídas as quatro modalidades artísticas nos currículos das escolas da rede de ensino: Dança, Música, Teatro e Artes Visuais*. Portanto, é possível entender, a educação tende a considerar, até o momento teoricamente, tanto o Teatro quanto as demais áreas ligadas à arte, como especificidades fundamentais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes no exercício de sua cidadania. Destaca-se que os PCN's estão organizados em dez volumes, sendo o sexto volumes, o que trata da Arte especificamente, reconhecendo que esta área tem uma função importante tanto quanto as demais áreas de conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem. Conceitualmente, relaciona a *área de Arte* com os demais campos do conhecimento e distingue, como já foi citado, as *suas especificidades*, ou seja, *Teatro, Dança, Música, Artes Visuais*.

Ressalta-se, portanto que as *DCNs, com a Resolução Nº 1, de 31 de janeiro de 2006*. Caracteriza-se por não mais identificar os conhecimentos de *Arte* como *“Educação Artística”*, ou seja, a Arte está incluída no matriz curricular como área específica da linguagem como já foi apontado, com conteúdos próprios conectados à cultura artística e não apenas como atividade. Assim, entendemos que se inicia um novo marco na História do Ensino da Arte, já que se *passou a identificar linguagens específicas (teatro, dança, música, artes visuais)* e não mais por Educação Artística.

E ainda, com base na *Resolução Nº 4, de 8 de março de 2004*, que aprova as *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro* e dá outras providências, tendo em vista que no documento se fala de Graduação em Teatro, no *Artigo 5º assegura o perfil do profissional* a partir de conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I – Conteúdos básicos: estudos relacionados com as *Artes Cênicas, a Música, a Cultura, e a Literatura*, sob diferentes manifestações da vida e de seus valores, bem assim com a *História do Espetáculo Teatral, a Dramaturgia, a Encenação, a Interpretação teatral e com a ética profissional*.

II – Conteúdos específicos: estudos relacionados com a *História da Arte, com a Estética, com a Teoria e Ensino de Teatro*, além de outros relacionados com as *diferentes formas de expressão musical e corporal*, adequadas à *Expressão Teatral e às formas de Comunicação Humana*.

Observa-se que ao longo da história do Brasil, existiram diversas iniciativas de abordagem ou utilização do Teatro no processo educativo, bem como de formação educacional de pessoas voltadas para a arte teatral. A Companhia de Jesus desenvolveu em seus colégios uma sólida estrutura de uso escolar religioso do teatro, comparável àquela praticada na Europa. Molière e Goldoni estudaram em colégios jesuítas e ali aprenderam os rudimentos da dramaturgia. Enfatiza-se que, nesse momento, os mistérios religiosos tinham como objetivo a formação de consciência numa perspectiva religiosa. Em meados do século XIX, João Caetano (ator e dramaturgo brasileiro) se contrapondo a concepção dos mistérios religiosos criou uma escola de teatro, com motivação de ordem política, visando diluir o poder absoluto das companhias portuguesas entre nós. Buscando superar a condição marginal, discriminada e subalterna da classe teatral de seu tempo, o projeto continha itens curriculares como “Da Reta Pronúncia”, “Da Declamação e Esgrima” e “Da História”.

Em 1857, é criado o Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, que não foi propriamente uma escola de teatro, mas uma agremiação de incentivo à dramaturgia, em que chamava atenção dos alunos para “boa prosódia e nítida compreensão dos papéis desempenhados”. Pensava-se, na época, no aperfeiçoamento do fazer artístico e das formas de apreciação da arte teatral através de debates em sessões culturais.

A *instituição da escola de teatro* é recente. Antes, os atores eram instruídos no seio da classe teatral e suas funções eram bastante estáveis, com representações de papéis do mesmo tipo ao longo de toda a vida. No teatro moderno, torna-se bem mais complexo o trabalho do ator e de todos os envolvidos com a arte teatral. O ator, por exemplo, não pode mais se fixar em um estilo ou em convenções. Ele deve dominar técnicas para trabalhar com variados tipos de texto e com gestos e entonações diferenciados, exigindo um período de formação que justifica a existência de escolas, desta forma nascendo as instituições de ensino de teatro, em várias cidades brasileiras, a partir do século XX.

O *Curso de Licenciatura em Teatro* é resultado do amadurecimento do processo de institucionalização da Universidade Federal do Tocantins (UFT) desde 2003 quando iniciou seu processo de instalação. Desde o início, a UFT cuidou de sanar os problemas dos cursos transferidos pelo Estado, mas buscou otimizar e ampliar a oferta de vagas ociosas e novos cursos demandados pela sociedade. A criação da Diretoria de Arte e Cultura e a construção Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte – CUICA foram decisivos para o nascimento dos primeiros movimentos institucionais para envolver a comunidade universitária no universo da arte e da cultura. Desse movimento surgiu um grupo de

professores interessados em fortalecer tal movimento através de projetos de pesquisa e extensão.

Assim sendo, a iniciativa de criação do curso foi amadurecida tendo em vista a demanda vinda do mercado de trabalho. Há *poucos profissionais graduados em Artes, seja Artes Visuais, Cênicas, ou Música*, atuando na educação básica e *nenhum curso credenciado de Artes no Estado*. A situação da exigüidade de professores com formação específica tornou-se mais grave com a obrigatoriedade do ensino de Artes no Ensino Fundamental. Quando em **2007**, no campus de Palmas, começaram as discussões em relação à proposta de adesão ao *programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*, o grupo de Artes já tinha galgado um nível de discussão e discernimento que foram imprescindíveis para inserir o curso de Artes no projeto do **REUNI/UFT**.

Com a proposição institucional dos novos cursos, Teatro e Filosofia vieram compor uma grande área interdisciplinar. A partir daí, o presente projeto foi sendo trabalhado por uma comissão de professores designada pela Direção do Campus de Palmas. Com base em muitas discussões com a PROGRAD e dedicação do grupo de trabalho, o PPC de Licenciatura em Teatro foi construído de forma integrada e articulada com a Licenciatura em Filosofia.

O curso busca responder à expectativa da sociedade, que espera da UFT um curso centrado na realidade do ensino e seus desafios contemporâneos no Estado do Tocantins, seguindo as diretrizes legais do Ministério da Educação. Os professores que ora propõem este PPC são conscientes do propósito de criar um curso que seja um *locus* privilegiado para promover a missão da UFT em construir e difundir conhecimento crítico para o desenvolvimento social e político no contexto da Amazônia.

Neste sentido, o curso tem como premissa e meta o estímulo à pesquisa e à criação para o ensino do teatro, proporcionando ao aluno do curso, as condições necessárias para sua intervenção, de maneira crítica e responsável, no conjunto das práticas éticas, políticas e do saber. Desta forma, oferece uma capacitação ampla, oferecendo formação técnica, ética e cultural, habilitando os futuros professores para o exercício do magistério.

O *currículo da licenciatura em Teatro da UFT* foi elaborado conforme a **Resolução nº 4 de 8 de março de 2004 – CNE. Resolução CNE/CES 4/2004**, que *aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro*. De acordo com o Art. 5º - O curso de graduação em Teatro deve assegurar o perfil do profissional desejado, a partir de conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

Eixo I – Conteúdos Básicos: estudos relacionados com as Artes Cênicas, a Música, a Cultura e a Literatura, sob diferentes manifestações da vida e de seus valores, bem assim com a História do Espetáculo teatral, a Dramaturgia, a Encenação, a Interpretação teatral, e com a ética profissional;

Eixo II – Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a História da Arte, com a Estética, com a Teoria e o Ensino de Teatro, além de outros relacionados com as diferentes formas de expressão musical e corporal, adequadas à Expressão Teatral e às formas de Comunicação Humana;

Eixo III – Conteúdos Teórico-práticos: domínios de técnicas integradas aos princípios informadores da formação teatral e sua integração com atividades relacionadas com Espaços Cênicos, Estéticos, Cenográficos, além de domínios específicos com produção teatral, como expressão da Arte, da Cultura e da Vida.

Portanto, o curso prevê em seu currículo noções de artes visuais, música e dança e são abordadas em sua interdisciplinaridade com o Teatro – isto é, estudadas em sua aplicabilidade na cenografia e na caracterização cênica. Os elementos sonoros são analisados em função de sua importância para a expressão vocal e a musicalização do ator. A dança entra como consciência corporal para a composição da partitura do ator, juntamente com a noção de espacialidade. O curso busca o desenvolvimento de uma visão crítica do mundo artístico e dos meios de produção atualizando conhecimentos em relação a história do ensino da arte no Brasil, influências e tendências metodológicas. Igualmente, contempla as diferentes dimensões na formação do artista, como a História da Arte, Introdução a Estética, Patrimônio Artístico e Cultural do Brasil, Filosofia da Linguagem, Antropologia Cultural e Filosófica, Matrizes Culturais da Amazônia, tanto na dimensão da cultura local e como brasileira.

No currículo da licenciatura, configura-se a preocupação de uma formação específica e técnica, por intermédio de um conjunto de atividades teóricas e práticas. Estas procuram enfatizar, particularmente, os jogos teatrais e os processos de improvisação cênica como recurso de manutenção da espontaneidade, tendo-se em vista o desenvolvimento perceptivo-sensorial da criança e do adolescente. Igualmente, com as habilidades e competências é um profissional familiarizado com as diferentes linguagens cênicas/teatrais e com os diversos sistemas geradores de signos do fenômeno teatral, possuindo conhecimento e domínio de técnicas e métodos de trabalho corporal, vocal, improvisacional, de interpretação e criação cênica.

Como licenciatura o Teatro insere-se na educação/ensino/escola através das aulas práticas e teóricas, como um espaço específico para a reflexão do processo educacional. O

estágio supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são obrigatórios. Como campo de atuação profissional, o licenciado pode atuar: no exercício do magistério, relativo à educação básica formal (ensino infantil, educação básica, e ensino médio, como professor de Artes, Teatro e ou Artes Cênicas); no ensino não-formal, pela ação cultural em oficinas artísticas, exposições e workshops; como professor ou “oficineiro” das Escolas de Tempo Integral ou Escola Aberta; e na elaboração, produção e execução de projetos culturais relacionados às artes. Ou ainda, trabalhar como agente cultural em projetos de formação e difusão da cultura, como professor de teatro em escolas profissionalizantes e como pesquisador da cultura e das artes brasileiras.

III BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso efetiva-se de fato através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivará em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa,

vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de Graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável à interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria-prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

- *a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;*
- *o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um*

mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;

- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;*
- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;*
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;*
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;*
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;*
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;*
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.*

3.1 Fundamentos do Projeto Pedagógico dos cursos da UFT

No ano de 2006, a UFT realizou o seu I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (FEPEC), no qual foi apontado como uma das questões relevantes as dificuldades relativas ao processo de formação e ensino-aprendizagem efetivados em vários cursos e a necessidade de se efetivar no seio da Universidade um debate sobre a concepção e organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse sentido, este Projeto Pedagógico objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à atuação, profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, reduzindo o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reforça não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, no semestre e ao longo do curso, mas também sua ligação com as experiências práticas dos educandos.

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através da seleção de conteúdos e procedimentos de ensino; eixos articuladores por semestre; professores articuladores dos eixos, para garantir a desejada integração; atuação de uma tutoria no decorrer do ciclo de formação geral para dar suporte ao aluno; utilização de novas tecnologias da informação; recursos áudio-visuais e de plataformas digitais.

No sentido de efetivar os princípios de integração e interdisciplinaridade, os currículos dos cursos estão organizados em torno de eixos que agregam e articulam os conhecimentos específicos teóricos e práticos em cada semestre, sendo compostos por disciplinas, interdisciplinas e seminários integradores. Cada ciclo é constituído por eixos que se articulam entre si e que são integrados por meio de conteúdos interdisciplinares a serem planejados semestralmente em conformidade com a carga horária do Eixo de Estudos Integradores.

3.2. A construção de um currículo interdisciplinar: caminhos possíveis

Buscar caminhos e pistas para a construção de um currículo interdisciplinar nos remete à necessidade de uma formulação teórica capaz de dar sustentação às proposições.

As incertezas interpostas nos levam a retomar Edgar Morin que em sua obra “O Paradigma perdido: a natureza humana” (1973) integrou e articulou biologia, antropologia, etnologia, história, sociologia, psicologia, dentre outras ciências para construir a ciência do homem. Enfatizou o confronto que vem sendo feito entre o mundo das certezas, herdado da tradição e o mundo das incertezas, gerado pelo nosso tempo de transformações e, nesse sentido, passou a entender o homem como uma unidade biopsicossociológica, caminhando de uma concepção de matéria viva para uma concepção de sistemas vivos e, desses, para uma concepção de organização. Segundo ele,

o ser vivo está submetido a uma lógica de funcionamento e de desenvolvimento completamente diferentes, lógica essa em que a indeterminação, a desordem, o acaso intervêm como fatores de organização superior ou de auto-organização. Essa lógica do ser vivo é, sem dúvida, mais complexa do que aquela que o nosso entendimento aplica às coisas, embora o nosso entendimento seja produto dessa mesma lógica (MORIN, 1973: 24).

O pensamento complexo proposto por Morin pressupõe a busca de uma percepção de mundo, a partir de uma nova ótica: a da complexidade. Propõe uma multiplicidade de pontos de vista; uma perspectiva relacional entre os saberes em sua multiplicidade; a conquista de uma percepção sistêmica, pós-cartesiana, que aponta para um novo saber, a partir do pensamento complexo. A complexidade do real, como um novo paradigma na organização do conhecimento, abala os pilares clássicos da certeza: a ordem, a regularidade, o determinismo e a separabilidade.

Ainda, segundo Morin (1994: 225), “a complexidade refere-se à quantidade de informações que possui um organismo ou um sistema qualquer, indicando uma grande quantidade de interações e de interferências possíveis, nos mais diversos níveis”. E, ainda,

essa complexidade aumenta com a diversidade de elementos que constituem o sistema. Além do aspecto quantitativo implícito neste termo, existiria também a incerteza, o indeterminismo e o papel do acaso, indicando que a complexidade surge da intersecção entre ordem e desordem. O importante é reconhecer que a complexidade é um dos parâmetros presentes na composição de um sistema complexo ou hipercomplexo como o cérebro humano, assim como também está presente na complexa tessitura comum das redes que constituem as comunidades virtuais que navegam no ciberespaço (MORIN, 1994: 225).

Na perspectiva de Morin (1994), portanto, a complexidade está no fato de que o todo possui qualidades e propriedades que não se encontram nas partes isoladamente. O termo complexidade traz, em sua essência, a idéia de confusão, incerteza e desordem; expressa nossa confusão, nossa incapacidade de definir de maneira simples, para nomear de maneira clara, para por ordem em nossas idéias. O pensamento complexo é visto como uma “viagem em busca de um modo de pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade, a riqueza, o mistério do real e de saber que as determinações (cerebral, cultural, social e histórica), que se impõe a todo o pensamento, co-determinam sempre o objeto do conhecimento” (MORIN, 2003: 21).

Analisar a complexidade, segundo Burnham (1998: 44), “requer o olhar por diferentes óticas, a leitura por meio de diferentes linguagens e a compreensão por diferentes sistemas de referência”. Essa perspectiva multirreferencial é entendida como um método integrador de diferentes sistemas de linguagens, aceitas como plurais ou necessariamente diferentes umas das outras, para elucidar a complexidade de um fenômeno. Nessa acepção, segundo Ardoino, se torna essencial, nos espaços de aprendizagem,

o afloramento de uma leitura plural de seus objetos (práticos ou teóricos), sob diferentes pontos de vista, que implicam visões específicas, quanto linguagens apropriadas às descrições exigidas, em função de sistemas de referenciais distintos, considerados e reconhecidos explicitamente, como não redutíveis uns aos outros, ou seja, heterogêneos (ARDOINO, 1998: 24).

A partir dessa complexidade, Morin propõe despertar a inteligência geral adormecida pela escola vigente e estimular a capacidade de contextualizar e globalizar; de termos uma nova maneira de ver o mundo, de aprender a viver e de enfrentar a incerteza. A educação, nessa perspectiva, se configura como uma “função global que atravessa o conjunto dos campos das ciências dos homens e da sociedade, interessando tanto ao psicólogo social, ao economista, ao sociólogo, ao filósofo ou a historiador etc.” (ARDOINO, 1995 apud MARTINS, 2004: 89). A incorporação da diversidade do coletivo e a potencialização das experiências multirreferenciais dos sujeitos requer não somente a concepção de um currículo que privilegie a dialogicidade, a incerteza e certeza, a ordem e desordem, a temporalidade e espacialidade dos sujeitos, mas, também, a utilização de dispositivos comunicacionais que permitam a criação de ambientes de aprendizagem capazes de subverter as limitações espaço-temporais da sala de aula.

Refletir sobre esse novo currículo implica considerá-lo como práxis interativa, como “sistema aberto e relacional, sensível à dialogicidade, à contradição, aos paradoxos cotidianos, à indexalidade das práticas, como instituição eminentemente relevante, carente de ressignificação em sua emergência” (BURNHAM, 1998: 37). O conhecimento entendido não mais como produto unilateral de seres humanos isolados, mas resultado de uma vasta cooperação cognitiva, da qual participam aprendentes humanos e sistemas cognitivos artificiais, implicando modificações profundas na forma criativa das atividades intelectuais.

Sob esse olhar, o currículo se configura como um campo complexo de contradições e questionamentos. Não implica apenas seleção e organização de saberes, mas um emaranhado de questões relativas a sujeitos, temporalidades e contextos implicados em profundas transformações. Configura-se como um sistema aberto, dialógico, recursivo e construído no cotidiano por sujeitos históricos que produzem cultura e são produzidos pelo contexto histórico-social (BURNHAM, 1998; MACEDO, 2002).

Nessa nova teia de relações estão inseridos os processos educativos, que se tornam influenciáveis por determinantes do global, do nacional e do local. Para compreendê-lo, torna-se imperativo assumirmos uma nova lógica, uma nova cultura, uma nova sensibilidade e uma nova percepção, numa lógica baseada na exploração de novos tipos de raciocínio, na construção cotidiana, relacionando os diversos saberes.

Nesse sentido, adotar a interdisciplinaridade como perspectiva para a transdisciplinaridade como metodologia no desenvolvimento do currículo implica a confrontação de olhares plurais na observação da situação de aprendizagem para que os fenômenos complexos sejam observados. Implica também, como afirma Burnham, entender não só a polissemia do currículo,

mas o seu significado como processo social, que se realiza no espaço concreto da escola, cujo papel principal é o de contribuir para o acesso, daqueles sujeitos que aí interagem, a diferentes referenciais de leitura de mundo e de relacionamento com este mesmo mundo, propiciando-lhes não apenas um lastro de conhecimentos e de outras vivências que contribuam para a sua inserção no processo da história, como sujeito do fazer dessa história, mas também para a sua construção como sujeito (quicá autônomo) que participa ativamente do processo de produção e de socialização do conhecimento e, assim da instituição histórico-social de sua sociedade (BURNHAM 1998: 37).

Nessa perspectiva, o conhecimento passa a se configurar como uma rede de articulações desafiando nosso imaginário epistemológico a pensar com novos recursos, reencantando o ato de ensinar e aprender ao libertarmos “[...] as palavras de suas prisões e

devolvendo-as ao livre jogo inventivo da arte de conversar e pensar” (ASMANN, 1998, p. 82).

Nosso desafio mais impactante na implementação de novos currículos na Universidade Federal do Tocantins (UFT) está na mudança desejada de avançar, e talvez, até superar o enfoque disciplinar das nossas construções curriculares para a concepção de currículos integrados, através e por meio de seus eixos transversais e interdisciplinares, caminhando na busca de alcançarmos a transdisciplinaridade. Considerando que desejar é o passo inicial para se conseguir, apostamos que é possível abordar, dispor e propor aos nossos alunos uma “relação com o saber” (CHARLOT, 2000), em sua totalidade complexa, multirreferencial e multifacetada.

Nesse fazer, os caminhos já abertos e trilhados não serão descartados, abandonados. As rupturas, as brechas, os engajamentos conseguidos são importantíssimos e nos apoiarão no reconhecimento da necessidade de inusitadas pistas. Portanto, a solução de mudança não está em tirar e pôr, podar ou incluir mais um componente curricular, uma matéria, um conteúdo, e sim, em redefinir e repensar o que temos, com criatividade, buscando o que pretendemos. Essa caminhada será toda feita de ir e vir, avanços e recuos e, nesse movimento de ondas, é possível vislumbrarmos o desenho de um currículo em “espiral”, ou seja, um trabalho que articula e abrange a dinamicidade dos saberes organizados nos ciclos e eixos de formação.

Essa construção de uma matriz curricular referenciada e justificada pela ação e interação dos seus construtores, com ênfase não-linear, nos conduzirá a arquiteturas de formação não-determinista, com possibilidades de abertura, o que propiciará o nosso projeto de interdisciplinaridade, flexibilidade e mobilidade. Nesse sentido, não tem nem início nem fim, essa matriz tem,

Fronteiras e pontos de intersecção ou focos. Assim um currículo modelado em uma matriz também é não-linear e não-sequencial, mas limitado e cheio de focos que se interseccionam e uma rede relacionada de significados. Quanto mais rico o currículo, mais haverá pontos de intersecção, conexões construídas e mais profundo será o seu significado. (DOLL JR., 1997: 178).

Curricularmente, essa matriz se implementa por meio de um trabalho coletivo e solidário em que o planejamento reconhece como importante deste fazer o princípio da auto-organização da teoria da complexidade. A dialogicidade é fundamental para evitarmos que a própria crítica torne-se hegemônica e maquiada. Desassimilação de hábitos e mudanças de estruturas não são fáceis. É frustrante o esforço que leva a produções sem sentido. Entretanto,

não se muda sem alterar concepções, destroçar profundamente conteúdos e rotinas curriculares costumeiras.

O modelo disciplinar linear ou o conjunto de disciplinas justapostas numa ‘grade curricular’ de um curso têm tido implicações pedagógicas diversas e deixado marcas nada opcionais nos percursos formativos. O currículo centrado na matéria e salivado nas aulas magistrais tem postado o conhecimento social de forma paralela ao conhecimento acadêmico. Nesse sentido, “o conhecimento aparece como um fim a-histórico, como algo dotado de autonomia e vida própria, à margem das pessoas” (SANTOMÉ, 1998: 106), perpassa a idéia de que nem todos os alunos têm condições de serem bem sucedidos em algumas disciplinas, legitimando o próprio fracasso acadêmico. “Um currículo disciplinar favorece mais a propagação de uma cultura da ‘objetividade’ e da neutralidade, entre tantas razões, porque é mais difícil entrar em discussões e verificações com outras disciplinas com campos similares ou com parcelas comuns de estudo” (SANTOMÉ, 1998: 109). Como consequência, as contradições são relegadas e as dimensões conflituosas da realidade social refutadas, como se fosse possível sua ocultação.

A crise que desequilibra valores e posturas do século passado é a mesma que dá forças para alternativas curriculares no século XXI. As críticas tecidas ao currículo disciplinar propõem perspectivar a embriologia do currículo globalizado, currículo integrado ou currículo interdisciplinar. Apesar de alguns autores não distinguirem interdisciplinaridade de integração, muitos defendem que interdisciplinaridade é mais apropriada para referir-se à inter-relação de diferentes campos do conhecimento, enquanto que integração significa dar unidade das partes, o que não qualifica necessariamente um todo em sua complexidade. Os currículos interdisciplinares, hoje propostos, coincidem com o desejo de buscar “modos de estabelecer relações entre campos, formas e processos de conhecimento que até agora eram mantidos incomunicáveis” (SANTOMÉ, 1998: 124). Nessa perspectiva,

No desenvolvimento do currículo, na prática cotidiana na instituição, as diferentes áreas do conhecimento e experiência deverão entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente, para contribuir de modo mais eficaz e significativo com esse trabalho de construção e reconstrução do conhecimento e dos conceitos, habilidades, atitudes, valores, hábitos que uma sociedade estabelece democraticamente ao considerá-los necessários para uma vida mais digna, ativa, autônoma, solidária e democrática. (SANTOMÉ, 1998: 125).

Nosso currículo desejado é um convite a mudanças e afeta, é claro, as funções dos professores que trabalham em um mesmo curso. Nossa opção de organização do currículo novo cria ‘colegiados de saberes’ e ‘ilhas de conhecimentos’ que potencializarão a formação de arquipélagos de vivências e itinerâncias participativas. Distancia-se, pois, do currículo disciplinar em que é possível o trabalho isolado, o eu-sozinho e incomunicável. No qual, encontram-se professores que são excelentes em suas disciplinas, mas que por estarem, muitas vezes, preocupados somente com suas matérias, chegam a induzir os alunos a acreditarem e se interessarem por esta ou aquela disciplina em detrimento de outras, por acreditarem que há “disciplinas mais importantes” e outras “menos importantes”.

A construção da realidade social e histórica depende de seus sujeitos, de seus protagonistas. A matriz curricular terá a “cara” ou será o “monstro” que os desenhistas conseguirem pintar a partir da identidade possível construída.

No entanto pode-se falar, conforme (SANTOMÉ, 1998: 2006) em quatro formatos de integrar currículos:

- a) integração correlacionando diversas disciplinas;*
- b) integração através de temas, tópicos ou idéias,*
- c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária;*
- d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes.*

Além da possibilidade ainda de:

- a) integração através de conceitos,*
- b) integração em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos,*
- c) integração com base em instituições e grupos humanos,*
- d) integração em torno de descobertas e invenções,*
- e) integração mediante áreas de conhecimento.*

Por meio da implantação do programa de reestruturação e expansão de seus cursos e programas, a UFT objetiva a ampliação do acesso com garantia de qualidade. Os princípios que orientam a construção de suas políticas de formação estão assentados na concepção da educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção do conhecimento, na valorização dos valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania e na luta contra a exclusão social.

Nesse sentido, enfatiza que a Universidade não deve apenas formar recursos humanos para o mercado de trabalho, mas pessoas com espírito crítico e humanista que

possam contribuir para a solução dos problemas cada vez mais complexos do mundo. Para tanto, propõe o exercício da interdisciplinaridade, com vistas atingirmos a transdisciplinaridade, ou seja, uma nova relação entre os conhecimentos.

Isso implica, ainda, os seguintes desdobramentos:

- *introduzir nos cursos de graduação temas relevantes da cultura contemporânea, o que, considerando a diversidade multicultural do mundo atual, significa pensar em culturas, no plural.*
- *dotar os cursos de graduação com maior mobilidade, flexibilidade e qualidade, visando o atendimento às demandas da educação superior do mundo contemporâneo.*

Este projeto possui uma construção curricular em ciclos. A idéia é proporcionar ao aluno uma formação inicial ampla, evitando assim a profissionalização precoce – uma das grandes causas da evasão.

Os ciclos referem-se aos diferentes níveis de aprofundamento e distribuição dos conhecimentos das áreas. Dentro da perspectiva do currículo composto por ciclos articulados, o acadêmico vivenciará, em diversos níveis processuais de aprofundamento, as áreas dos saberes. Eles são estruturados em eixos, os quais se configuram como os conjuntos de componentes e atividades curriculares coerentemente integrados e relacionados a uma área de conhecimento específica.

Tais eixos deverão ser compreendidos como elementos centrais e articuladores da organização do currículo, garantindo equilíbrio na alocação de tempos e espaços curriculares, que atendam aos princípios da formação. Em torno deles, de acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE/CP no. 09/2001 (p. 41), “se articulam as dimensões que precisam ser contempladas na formação profissional e sinalizam o tipo de atividade de ensino e aprendizagem que materializam o planejamento e a ação dos formadores de formadores”.

A articulação dos ciclos e dos eixos pressupõe o diálogo interdisciplinar entre os campos do saber que compõem os cursos e se concretizam em componentes curriculares, constituindo-se na superação da visão fragmentada do conhecimento. Na prática, essa articulação pode ser garantida por componentes curriculares de natureza interdisciplinar e por outros de natureza integradora, tais como Seminários Temáticos, Oficinas e Laboratórios.

O Eixo de Estudos Integradores e Interdisciplinares serão realizados em forma de Seminários Interdisciplinares que visam à exploração de temáticas que fazem parte do imenso

corpo de conhecimentos em que as áreas de conhecimento se apóiam, mas que nem sempre constam de um currículo regular ou é apresentado com o devido rigor e aprofundamento.

Além desse aprofundamento na área de conhecimento, os Seminários Interdisciplinares devem buscar os seguintes desdobramentos:

- *introduzir nos cursos de graduação temas relevantes da cultura contemporânea, o que, considerando a diversidade multicultural do mundo atual, significa pensar em culturas, no plural.*
- *dotar os cursos de graduação com maior mobilidade, flexibilidade e qualidade, visando o atendimento às demandas da educação superior do mundo contemporâneo.*

Nesse sentido, os Seminários Interdisciplinares representam uma tentativa de abordar temáticas atuais dialogando com as disciplinas do currículo do curso com a intenção precípua de elevar o nível de compreensão e debate sobre fenômenos ou problemáticas de relevância. Isso significa que nesses espaços curriculares, dispostos ao longo do curso, devemos buscar uma maior apropriação sobre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, interconectando os diversos elementos, que vão surgindo no decorrer dos semestres, seja pelos conteúdos trabalhados nas disciplinas, seja pelas descobertas feitas por meio de pesquisas realizadas, ou pelo desencadeamento de situações pontuais.

Em relação às formas de integração dos Seminários Interdisciplinares, SANTOMÉ (1998: 206) afirma que há quatro formatos de integrar currículos:

- a) integração correlacionando diversas disciplinas;*
- b) integração através de temas, tópicos ou idéias,*
- c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária;*
- d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes.*

Além da possibilidade ainda de integração através de conceitos, em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos, com base em instituições e grupos humanos, em torno de descobertas e invenções e mediante áreas de conhecimento.

O objetivo principal dos Seminários Interdisciplinares é fazer um elo vertical e horizontal entre todas as disciplinas do curso. Vertical quando se refere às disciplinas do semestre e horizontal em relação às disciplinas ao longo do curso. A proposta é ampliar os conceitos e debates sobre questões desenvolvidas no curso, a partir de temas geradores

voltados à contemporaneidade, de forma integrada às demais áreas de conhecimento por meio de: a) seminários, palestras, debates, oficinas, relatos de experiências, atividades de natureza coletiva e estudos curriculares; b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos; c) projetos interdisciplinares.

O planejamento e oferta desses estudos integradores devem buscar a articulação com todos os eixos e ciclos do curso, da área de conhecimento, devendo, pelo menos, 20% de sua carga horária ser executada em articulação com os cursos de outras áreas de conhecimento. Dessa maneira, os Seminários Interdisciplinares, dispostos ao longo do curso, devem com outras áreas de conhecimento promover o processo de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Os objetivos de cada uma das etapas, assim como as temáticas e respectivas abordagens e formas de avaliação serão definidas quando do planejamento semestral da área e do curso. Os Seminários Interdisciplinares deverão oferecer, semestralmente, um leque de opções, concebidas como espaços de reflexão sobre âmbitos de confluência das áreas específicas e devem ser discutidas e planejadas junto à Comissão de Articulação e Planejamento dos cursos de graduação.

Questões complementares:

- *Os Seminários Interdisciplinares serão obrigatórios aos alunos regularmente matriculados nos cursos das áreas afins, uma vez que serão formalmente avaliados e terão carga horária computada no histórico escolar. Serão abertos também para alunos de outras áreas, desde que haja vaga e seja solicitada matrícula pelos estudantes nas coordenações das áreas.*
- *Os Seminários deverão ter carga horária correspondente a 01 (um) ou mais créditos, e estarão disponibilizados semestralmente aos alunos. Após deliberação das temáticas e áreas contempladas, a organização e definição das formas de participação e avaliação ficarão sob a responsabilidade de dois professores em cada semestre e com possibilidade de divisão dos alunos em dois grupos.*

3.3. Desdobrando os ciclos e os eixos do projeto

Os três ciclos, que compõem este projeto, serão articulados de forma a levar o aluno à compreensão de que a formação é composta de conhecimentos e habilidades básicas necessárias para a leitura do mundo e compreensão da ciência e de conhecimentos específicos necessários à formação do profissional. A pós-graduação passa a integrar esse processo de forma a preparar o aluno, que optar por esse ciclo, para o exercício profissional no atual estágio de desenvolvimento da ciência e das tecnologias.

Assim, nos primeiros semestres do curso, o aluno passa pelo Ciclo de Formação Geral, que além de propiciar-lhe uma compreensão pertinente e crítica da realidade natural, social e cultural, permite-lhe a vivência das diversas possibilidades de formação, tornando-o apto a fazer opções quanto a sua formação profissional – podendo inclusive articular diferentes áreas de conhecimento. Em seguida, o Ciclo de formação profissional, oferece-lhe uma formação mais específica, consistente com as atuais demandas profissionais e sociais e, o de aprofundamento em nível de pós-graduação busca a articulação dos ciclos anteriores tendo como foco as áreas de conhecimento e projetos de pesquisa consolidados na Universidade.

Os componentes desses Eixos e conjuntos curriculares não apresentam uma relação de pré-requisitos e podem ser abordados de modo amplo, como sugerem as suas denominações, bem como receberem um tratamento mais focado num aspecto analisado ou a partir de certo campo do saber. Por exemplo, cada área poderá em determinado eixo adotar uma abordagem panorâmica, bem como eleger um tema abrangente e utilizá-lo como fio condutor da área de conhecimento.

Os componentes desses Eixos e conjuntos curriculares não apresentam uma relação de pré-requisitos e podem ser abordados de modo amplo, como sugerem as suas denominações, bem como receberem um tratamento mais focado num aspecto analisado ou a partir de certo campo do saber. Por exemplo, cada área poderá em determinado eixo adotar uma abordagem panorâmica, bem como eleger um tema abrangente e utilizá-lo como fio condutor da área de conhecimento.

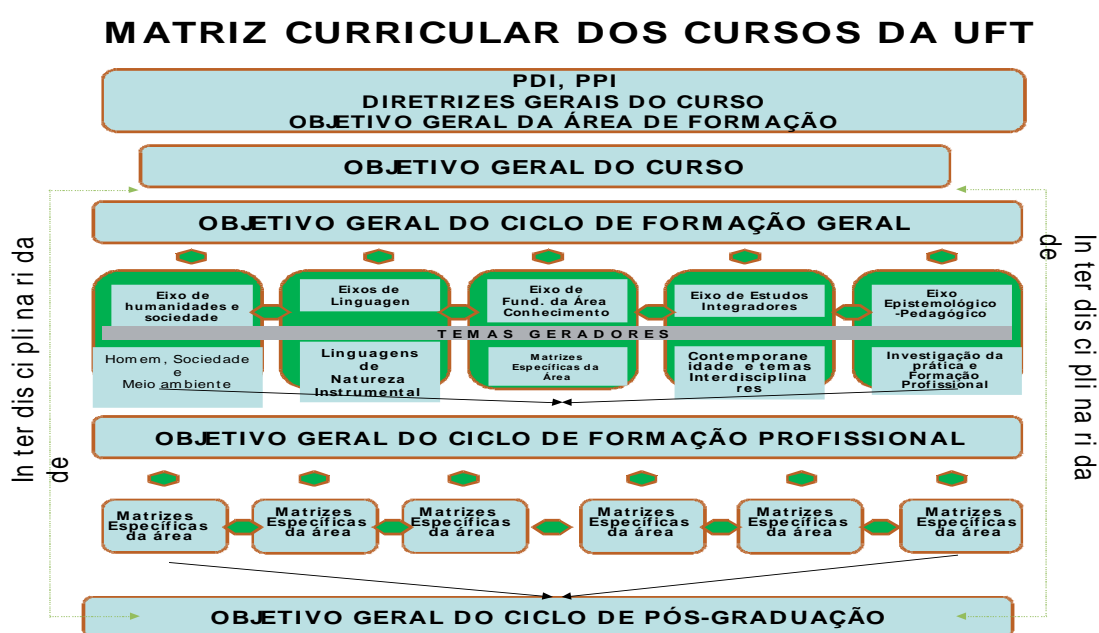
3.4. A Interdisciplinaridade na matriz curricular dos cursos da UFT

Este Projeto Pedagógico tem como referência básica as diretrizes do Projeto de Desenvolvimento Institucional (**PDI**), o Projeto Pedagógico Institucional (**PPI**) da UFT, as diretrizes curriculares do curso e os pressupostos da interdisciplinaridade.

A partir das concepções de eixos, temas geradores e do perfil do profissional da área de conhecimento e do curso, a estrutura curricular deve ser construída na perspectiva da

interdisciplinaridade, tendo como elemento desencadeador a problematização de sua contribuição para o desenvolvimento da ciência e melhoria da qualidade de vida da humanidade. Deve proporcionar, durante todo o curso, a busca de formulações a partir dos grandes questionamentos, que devem estar representados nos objetivos gerais e específicos, nas disciplinas, interdisciplinas, projetos, e em todas as atividades desenvolvidas no percurso acadêmico e nos trabalhos de conclusão do curso. Enfim, por meio do ensino e da pesquisa, os alunos deverão refletir sobre a área de conhecimento numa perspectiva mais ampliada e contextualizada como forma de responder aos questionamentos formulados.

Nessa configuração, o Projeto Pedagógico deste será formulado de acordo com o seguinte desenho curricular:



É preciso ter em mente que a interdisciplinaridade não é um saber único e organizado, nem uma reunião ou abandono de disciplinas, mas uma atitude, uma forma de ver o mundo e de se conceber o conhecimento, que as disciplinas, isoladamente, não conseguem atingir e que surge da comunicação entre elas. Para que se obtenha essa atitude é necessário estudo, pesquisa, mudança de comportamento, trabalho em equipe e, principalmente, um projeto que oportunize a sua ação; “para a realização de um projeto interdisciplinar, existe a necessidade de um projeto inicial que seja suficientemente claro, coerente e detalhado, a fim de que as pessoas nele envolvidas sintam o desejo de fazer parte dele” (Fazenda, 1995).

O Curso de Teatro poderá introduzir, na organização pedagógica e curricular, a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação,

com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e nos termos da Portaria/MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

Os 5 (cinco) eixos que estruturam o Ciclo de Formação Geral, assim como os 4 (quatro) eixos que estruturam o Ciclo de Formação Profissional, buscam responder aos objetivos formulados como elemento norteador das atividades.

Os eixos do curso de Teatro buscam a interface com os demais cursos ou áreas de conhecimento afins, e em especial com o Curso de Filosofia, de forma a ampliar a flexibilidade curricular e as possibilidades de mobilidade e creditação dos estudos realizados pelos alunos que desejarem transferir-se de curso ou complementar o currículo do curso em que se encontra vinculado ou, ainda, buscar uma segunda graduação.

Os eixos articulam-se em ciclos que correspondem aos três níveis de aprofundamento e distribuição dos conhecimentos das áreas, ou seja, Ciclo de Formação Geral; Ciclo de Formação específica e Ciclo de pós-graduação.

Ciclo de formação geral é composto de cinco eixos:

Eixo de Humanidades e Sociedade; Eixo de Linguagens; Eixo de Estudos Integradores e Contemporâneos; Eixo dos Saberes Epistemológico e pedagógicos; Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento.

Os eixos têm a mesma carga horária nos novos cursos do Projeto de Expansão e Reestruturação da UFT, sejam as licenciaturas sejam os bacharelados, para possibilitar maior mobilidade entre diferentes cursos.

Dessa carga horária, pelo menos, 20% deverá ser planejada em conjunto pelos docentes das disciplinas e ministradas em forma de aulas conjuntas, projetos, dentre outras formas. A avaliação da disciplina é composta de avaliação específica da disciplina e avaliação conjunta com as disciplinas em que ocorreu a articulação. Ou seja, será previsto, no processo avaliativo, que parte da nota será referente ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar.

- a) **Eixo de Humanidades e Sociedade:** temas geradores: Homem; Sociedade; Meio-Ambiente. Este eixo corresponde a, no mínimo, **120 horas**.
- b) **Eixo de Linguagens:** temas geradores: Linguagens de natureza universal; Produção textual; Língua estrangeira instrumental. Este eixo corresponde a, no mínimo, **120 horas**.

- c) **Eixo de Estudos Integradores e Contemporâneos** deve propiciar o enriquecimento curricular e possui os seguintes temas geradores: Contemporaneidade; Temáticas interdisciplinares. Este eixo corresponde a, no mínimo, **120 horas**.

Compreende a proposição integrada às demais áreas de conhecimento por meio de: a) seminários, palestras, debates, oficinas, relatos de experiências, atividades de natureza coletiva e estudos curriculares; b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos; c) projetos interdisciplinares.

- d) **Eixo dos Saberes Epistemológico e pedagógicos:** temas geradores: investigação da prática; formação profissional.

As disciplinas pedagógicas (didática, psicologias, metodologias específicas, história da educação e outras definidas pelos colegiados) estão contempladas neste eixo e perpassam os ciclos de Formação Geral e Profissional.

- e) **Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento:** que possui os seguintes temas geradores: Matrizes específicas da área.

Ciclo de Formação Profissional

Esse ciclo está estruturado em eixos específicos às áreas de formação do Curso, proporcionando a aquisição de competências e habilidades que possibilitam o aprofundamento do saber teórico ou teórico-prático, profissional disciplinar, multidisciplinar ou interdisciplinar. Corresponde a componentes curriculares voltados para áreas de concentração ou de formação básica de carreiras profissionais ou de pós-graduação.

Os eixos do Curso buscam a interface com os demais cursos da mesma área de conhecimento e de áreas afins, de forma a ampliar a flexibilidade curricular e as possibilidades de mobilidade e aproveitamento dos estudos realizados pelos alunos que desejarem transferir-se do curso ou complementar o currículo do curso ou, ainda, buscar uma segunda graduação.

As disciplinas de todos os períodos apresentam a mesma formulação dos outros eixos, prevendo os mesmos pressupostos interdisciplinares.

Ciclo de pós-graduação

Neste 3º. Ciclo, opcional para o aluno, os programas buscarão a articulação das áreas de pesquisa e de conhecimento aos cursos de graduação, inclusive daqueles oferecidos em outros *campi*, permitindo maior mobilidade dos alunos intra e inter*campi*.

Linhas de pesquisa: as disciplinas, os conteúdos devem estar articulados de forma a orientar as linhas que estarão compondo o 3º ciclo de pós-graduação:

- Cultura, educação e sociedade
- Ética, cidadania e ensino de Filosofia e Artes
- Cultura e saberes no contexto da Amazônia

3.5. Estrutura curricular interdisciplinar

Possibilidade de diálogo entre disciplinas do eixo, disciplinas do ciclo, ciclos diferentes e cursos diferentes.

DISCIPLINA	EIXO	C.H.	Interdisciplinaridade
Ética e Cidadania	Humanidades e Sociedade	30 h	Fundamentos da Educação Tema: a formação da cidadania
Conhecimento e realidade socioambiental	Humanidades e Sociedade	30 h	Ética e Cidadania: Tema: crise ambiental e crise ética

Proposta:

Buscar caminhos de diálogo entre diferentes disciplinas do ciclo básico e do ciclo profissional, no interior dos eixos ou entre eixos diferentes. Por exemplo: a articulação entre as disciplinas de ‘Ética e Cidadania’ e ‘Fundamentos da Educação’ gera a temática da “formação da cidadania”; “é possível ensinar valores?” Da articulação entre ‘Conhecimento e Realidade Socioambiental’ ‘pode-se discutir a necessidade de uma ética para o futuro, uma ética ambiental, desenvolvimento tecnológico e limites éticos, etc.

Outra forma de dialogar as disciplinas é possível partindo as da problematização, buscando respostas vindas de diferentes disciplinas, assim, podemos indagar: é possível ciência sem ética, e educação sem formação política?

Para auxiliar na concretização da diferentes possibilidades de dialogo entre as disciplinas, entre ciclos, entre cursos e entre disciplinas, o curso de licenciatura em Teatro poderá ofertar, de acordo com orientação didático pedagógica do colegiado, disciplinas na modalidade semipresencial, com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes

suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, desde que não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso, nos termos da Portaria no 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

Tal possibilidade, pode se concretizar através da oferta de disciplinas por meio do moodle, quando convier ao melhor aproveitamento didático pedagógico das disciplinas, com vista a promoção de fato da interdisciplinaridade e melhor aprendizagem dos alunos. As propostas deverão ser feitas conjuntamente pelos professores do curso, ou cursos envolvidos, indicando no Plano da Disciplina as ferramentas a serem utilizadas e a forma de acompanhamento e avaliação.

A organização em Eixos busca responder aos objetivos formulados pelo curso. São 05 (cinco) os eixos que estruturam o Curso. Tais eixos buscam a interface com os demais cursos ou áreas de conhecimento afins, de forma a ampliar a flexibilidade curricular e as possibilidades de mobilidade e aproveitamento / creditação dos estudos realizados pelos alunos que desejarem transferir-se de curso ou complementar o currículo do curso em que se encontra vinculado ou, ainda, buscar uma segunda graduação.

Os eixos articulam-se em ciclos que correspondem aos três níveis de aprofundamento e distribuição dos conhecimentos das áreas, ou seja:

- Ciclo de formação de geral;
- Ciclo de formação específico
- Ciclo de pós-graduação.

3.6. Implicações do processo de construção de um novo currículo

Esta formulação curricular será discutida e planejada semestralmente ao longo do processo de implantação dos novos cursos, implicando um grande esforço coletivo, uma vez que o primeiro passo rumo a essa nova proposta é a mudança do paradigma institucional, da postura dos professores e de toda a comunidade acadêmica.

O segundo passo rumo à operacionalização do currículo interdisciplinar é a opção metodológica. Uma prática interdisciplinar pressupõe a observância a fundamentos ou "pistas" para uma transformação curricular e exige mudanças de atitude, procedimento, postura por parte dos educadores, tais como:

- *sentir-se "parte do universo à parte; perceber-se interdisciplinar" (FAZENDA, 2006);*
- *historicizar e contextualizar os conteúdos (recuperar a memória dos acontecimentos, suas origens, causas, conseqüências e significações; buscar outras fontes como jornal, revistas, dentre outras);*
- *praticar o trabalho em parceria, em equipe interdisciplinar, estabelecendo pontos de contato entre as diversas disciplinas e atividades do currículo;*
- *buscar intensamente uma atitude de busca, de pesquisa, de transformação, construção, investigação e descoberta;*
- *definir uma base teórica única como eixo norteador de todo o trabalho formativo, explicitando: Que tipo de homem queremos formar? Que teoria de aprendizagem fundamenta o projeto escolar? Como estão situadas as relações interpessoais, a questão do poder, da autonomia e da centralização decisória no processo educacional?*
- *dinamizar a coordenação de área;*
- *recuperar o sentido do humano e da formação; buscar o mais profundo e significativo eixo da interdisciplinaridade, perguntando-se a todo momento: O que há de aprofundamento teórico-metodológico interdisciplinar nesta abordagem? Em que este conteúdo contribui para a formação profissional do aluno?*
- *propor projetos que articulem os conteúdos das diversas áreas de conhecimento.*

Segundo Fazenda (1994), o novo currículo deve ser instituído por meio da busca de um novo conhecimento para que educação do futuro esteja centrada na formação de um profissional mais humano e mais consciente de seu papel político, social, cultural. O significado curricular de cada disciplina não pode resultar de uma apreciação isolada de seu conteúdo, mas do modo como se articulam as disciplinas em seu conjunto; tal articulação é sempre tributária de uma sistematização filosófica mais abrangente, cujos princípios norteadores é necessário reconhecer.

Uma postura interdisciplinar instiga o pensamento ao enfrentamento das tensões para sua resolução, assim, cada educador se torna responsável por introduzir discontinuidades para serem discutidas e compartilhadas pelo grupo no intuito de provocar o equilíbrio e o desequilíbrio que vai provocar mudanças. Uma postura interdisciplinar nos leva a revisitar o velho tornando-o novo e buscando o novo que se tornará velho, num eterno movimento dialético que é fundamental para desenvolver novos itens e proposições para discussão. Partindo de um olhar interdisciplinar chegaremos ao transdisciplinar com mais entendimento.

A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo. Conforme Macedo (2002: 32), trata-se de perceber

a duração, o inacabamento e uma falta que movem incessantemente; a contradição que nos sujeitos em interação e nas estruturas movimenta a realidade e o conhecimento a respeito dela. O caráter temporal que implica na transformação, na historicidade, demanda, acima de tudo, uma atitude face ao conhecimento como um produto de final aberto, em constante estado de fluxo e infinitamente inacabado.

Nessa perspectiva, são os atos de currículo que se articulam no mundo da escola, situados em um contexto construído, que, efetivamente, constroem o currículo. As questões “como”, “o quê” e “por quê” se tornam fundamentais para o entendimento do currículo, uma vez que levam em conta a forma de “ser” e de “estar” no mundo dos alunos.

3.7. Processo de ensino-aprendizagem

O Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins – UFT, do Campus Universitário de Palmas foi proposto seguindo o pressuposto básico de que o aluno possui sua própria lógica de construção do conhecimento, sendo ele um sujeito ativo e particular do processo de ensino e aprendizagem. Com isso, o grande desafio do currículo é dar oportunidade para que o aluno (em suas particularidades) desenvolva o seu processo de aprendizagem e de desenho da sua formação. Com isto, o currículo tem como princípio organizador a mobilidade, a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade e a pesquisa com as seguintes linhas 1. Cultura, educação e sociedade; 2. Ética, cidadania e ensino de Filosofia e Artes; 3. Cultura e saberes no contexto da Amazônia. A relação permanente entre a teoria e a prática (articulação das disciplinas de fundamentos, de técnicas, nas oficinas e nos Seminários Interdisciplinares), com a flexibilidade curricular e o diálogo com o contexto social, com inserção na problemática da Amazônia.

O curso de licenciatura propõe a formação de um profissional consciente da problemática que envolve sua área de atuação, e do papel social de sua profissão no contexto da sociedade e da escola, possuindo uma atitude reflexiva, crítica, questionadora e com capacidade de intervir na realidade, seja da escola ou não, de forma transformadora. O

desenho curricular foi pensado de forma a desenvolver a autonomia do aluno para o desenvolvimento de seu processo de aprendizagem e de construção do conhecimento.

Para construção do curso foram considerados os seguintes pressupostos:

- *articulação do Curso de Licenciatura em Teatro com a Licenciatura em Filosofia;*
- *ciclo I comum aos dois cursos e desenho interdisciplinar durante todo o currículo;*
- *o curso atenderá as especificidades da licenciatura em Teatro que visa formar o professor/pesquisador que irá atuar no Ensino Básico e Médio, porém deverá receber formação de artista capaz de desenvolver capacidade de produção própria e independente, bem como trabalhar, além de professor pesquisador, em áreas paralelas do circuito artístico/cultural;*
- *interdisciplinaridade como base de sustentação do currículo;*
- *articulação permanente entre teoria e prática, seja em disciplinas de cunho teórico como nas atividades de laboratório de ensino;*
- *o aluno como sujeito da aprendizagem requerendo dele atuação como pesquisador desde o início do curso, portanto as atividades docentes devem ser pensadas a partir de problematizações;*
- *professor tutor para orientação dos alunos;*
- *flexibilização curricular;*
- *uso permanente de novas ferramentas e tecnologias na mediação do processo educacional;*
- *ênfase do papel do colegiado de curso na gestão didático-pedagógica e política do curso;*
- *críticidade;*
- *avaliação permanente.*

Tais pressupostos nos desafiam a construir um curso de formação de professores, contextualizado na realidade sócio-cultural da Amazônia, cuja missão é atuar reconhecendo a diversidade dos sujeitos amazônidas, suas identidades, valorizando-as e integrando-as a outras realidades. Voltando o olhar à produção, a pesquisa e ao ensino da arte, tomando a “arte” como objeto de estudo da cultura brasileira.

O curso foi pensado em teatro e interfaces, que não separam o objeto artístico dos outros objetos de investigação e pesquisa na UFT. Assim, o curso visa preencher um campo

de estudos e de produção criativa, de crítica e de formação. Neste sentido, será um instrumento de formação continuada e de desenvolvimento regional, pois formará profissionais para atuar nas escolas, cruzando vários campos do saber.

A pesquisa e a prática nos laboratórios são exigências para o licenciado e devem ser tomadas como condição básica e permanente para a sua atuação como educador. A formação do professor se dá no núcleo pedagógico, composto pela investigação das teorias da educação e pela prática de ensino. Neste sentido, a construção de laboratórios adequados, organização de núcleos de pesquisa, biblioteca com acervo adequado e principalmente um corpo docente habilitado, tornam-se fatores de extrema relevância no ensino, na pesquisa, na prática extensionista no curso de Artes – Teatro.

A *Arte* como toda área do conhecimento, aponta para vários caminhos e direções: novas pesquisas calcadas na interdisciplinaridade e novas reflexões sobre o fenômeno artístico e os meios expressivos. Conseqüentemente, a universidade, neste sentido, vem assumindo um papel decisivo na discussão e reflexão sobre a Arte, em primeiro lugar, porque o ambiente acadêmico – mais aberto à produção e a pesquisa, especificamente, na área ou ligadas a outras áreas do conhecimento – torna-se um lugar privilegiado para a reflexão, diálogo e trocas culturais para a produção do conhecimento.

3.8 Formas de construção e re-construção do conhecimento

O curso oferecerá uma sólida formação conceitual e técnica, partindo do pressuposto de que somente uma verdadeira integração entre o refletir e o fazer será capaz de provocar rupturas no modo convencional e pouco adequado como vêm sendo tratadas as questões relativas as artes e a cultura na estrutura e no funcionamento do ensino no nosso país.

O currículo do curso tem papel fundamental na formação do licenciado, pois, a pesquisa sobre as poéticas artísticas ou sobre o ensino, requer clareza sobre a função da Arte no contexto contemporâneo e, conseqüentemente, competência para tratar dos conteúdos artísticos, nos diferentes níveis de ensino. Pretende-se, acima de tudo, promover não só a reflexão sobre as concepções teórico-práticas, como também inovar no sentido de promover uma experiência que alie a prática à reflexão, de modo que a aprendizagem seja efetivamente integrada.

Os saberes instituídos, aliados às novas teorias que surgem na tentativa de apreender as realidades emergentes, serão os instrumentos básicos trabalhados na licenciatura. A pesquisa e a produção alimentam as disciplinas voltadas ao fazer e ao experimentar artístico,

em diversos meios expressivos. A pesquisa está também presente nas disciplinas teóricas que tratam dos conceitos fundamentais da linguagem e desdobram o fenômeno artístico em suas diversas discussões teóricas - História da Arte; Introdução a Estética; Patrimônio artístico e cultural do Brasil; Matrizes culturais da Amazônia; Antropologia Cultural, Filosofia da linguagem; Identidade e narrativa oral.

3.9 Avaliação da aprendizagem

Propomos para o curso de Teatro um processo avaliativo com uma visão crítica e humanista, centrada em experiências e necessidades dos alunos, reconhecendo-os como sujeitos do processo em um contexto sócio, político e cultural mais amplo. Aspectos referentes à intersubjetividade e a contextualização das relações concretas delineiam cenários das discussões atuais na área da avaliação.

Entendemos que avaliar as construções de conhecimento dos alunos, não implica apenas no ato de somar e dividir notas, fragmentando o aprendizado e colocando-o a serviço de resultados e do julgamento do professor. A avaliação não é um processo isolado do currículo, das ações de planejamento e de olhares multidimensionais; é uma atividade que não existe, nem subsiste por si mesma. Portanto, professor e aluno, poderão identificar os caminhos já percorridos no ensino e aprendizagem, bem como os pontos críticos, aqueles que necessitam de maior reflexão e tomada de decisão para desencadear em novas ações significativas. Constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

A avaliação do aluno, nos eixos do curso, contempla uma abordagem interdisciplinar e, sempre que possível, será realizada por meio de uma proposta integrada com outras disciplinas, conteúdos ou áreas. O processo avaliativo da disciplina será composto de avaliação específica da disciplina e avaliação conjunta com as disciplinas em que ocorreu a articulação. Ou seja, será previsto, que parte da nota referir-se-á ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar.

A avaliação é um aspecto fundamental no processo de inovação do ensino, pois se não mudar o processo de avaliação, será muito difícil fazer alguma coisa que tenha consistência. A avaliação formativa é a base do processo ensino-aprendizagem baseado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está centrada na avaliação da aquisição de conhecimento e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino e aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/ comportamentos.

Segundo Bordenave & Pereira¹ (2001, p.70), somente a adoção de uma atitude interdisciplinar permite “*a identificação precoce dos problemas que o aluno pode ter em seu trabalho e, ao fazê-lo, permite ao estudante identificar as suas dificuldades e buscar os caminhos de correção*”.

A avaliação, nessa perspectiva, assume um caráter processual e gradual, exigindo um esforço coletivo e contínuo no processo de pensar, agir, e transformar. Deve estar em permanente compromisso com o fazer docente e com a aprendizagem do aluno em um processo contínuo que é complexo e que envolve ao mesmo tempo elementos objetivos e subjetivos. Um dos caminhos possíveis para o desenvolvimento dessa modalidade de avaliação é a diagnóstica, realizada no contexto presente com vistas ao futuro, ou seja, é um processo de construção permanente, que favorece a investigação e o questionamento sobre as ações realizadas, tanto pelo professor quanto pelo aluno.

3.10 Gestão dos processos educativos

A proposta do curso em **Teatro** visa assegurar aos acadêmicos oportunidades diversificadas de vivenciar a educação básica na organização e gestão de sistema de ensino e nos projetos educacionais de diversas instituições.

Espera-se a partir disso:

¹ BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

- *articular a atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional: na organização do trabalho pedagógico escolar, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola nos processos educativos presenciais e semi-presenciais;*
- *assumir compromisso com uma ética de atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade;*
- *observar, participar, problematizar e questionar a prática vivenciada, utilizando como parâmetros as aprendizagens das várias disciplinas do curso e das inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas;*
- *socializar, problematizar e registrar sob a forma de relatório as observações feitas na unidade escolar.*

Considerando os objetivos da gestão dos processos educativos, propomos que os alunos desenvolvem atividades de observação e conhecimento da gestão do Processo Educativo. Esta atividade abrange:

- *planejamento e desenvolvimento de atividades nas escolas públicas de Educação Básica;*
- *análise do papel da equipe pedagógica no desenvolvimento de uma proposta educacional participativa nos processos educativos presenciais e semipresenciais;*
- *conhecimento do Planejamento Institucional e currículo como elemento norteador das ações político-pedagógicas da escola;*
- *conhecimento e acompanhamento do trabalho do supervisor e do coordenador escolar;*
- *análise do papel do Diretor na escola e suas principais funções na educação básica;*
- *conhecimento da Política e Gestão da Educação: os sistemas educacionais e modelos organizativos de escola.*

3.11. Formas de Ingresso e Mobilidade entre os Cursos

O ingresso no primeiro ciclo acontecerá, inicialmente, pelo vestibular (de acordo com as orientações em vigência na UFT), ou por outras modalidades de ingresso, conforme estudos a serem realizados com vistas à proposição de outros meios de seleção. Nessa etapa, o acadêmico terá que cursar os créditos de cada eixo, sendo que poderá cursar conteúdos e atividades curriculares oferecidos por outras áreas de conhecimento do campus e/ou de outro campus, observados os critérios de existência de vagas nas (inter) disciplinas e orientações

emitidas pela Coordenação da Área e/ou do Curso. O sistema de creditação dos estudos realizados será definido em **normativa própria**, devendo prever que a equivalência será definida pelo objetivo e ementa do eixo, independentemente da abordagem assumida pelas disciplinas ou interdisciplinas em cada uma das áreas de conhecimento. O aproveitamento dos eixos cursados em outro curso será realizado por meio de sistema creditação dos estudos realizados pelos estudantes nos eixos do Ciclo de Formação Geral. As complementações necessárias deverão restringir-se ao Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento, quando necessários.

O aluno deverá compor, ao final do 1º ciclo, um total de créditos mínimo, ou porcentagem em relação aos eixos de cada área de conhecimento a ser normatizado pela UFT para efeito de transferência de curso. Ao final do 1º. ciclo, será garantida uma declaração atestando os conhecimentos obtidos e a eventual mudança de área de conhecimento ou curso da UFT, em conformidade com a lei.

Para o ingresso no 2º ciclo, na existência de vagas para o curso, o acadêmico interessado terá três opções: por requerimento individual na existência de maior número de vagas que a demanda; por classificação do índice de rendimento e aproveitamento do primeiro ciclo (no caso de ter mais interessados do que vagas para determinada terminalidade), e/ou testes de conhecimento sobre conteúdos dos cursos específicos para cada opção de prosseguimento em sua carreira profissional. A prioridade será dada para os alunos que ingressaram na área de conhecimento, todavia, a migração entre áreas afins será possível desde que haja vaga e, respeitadas as prioridades estabelecidas para tais casos.

O 2º ciclo de cada curso garantirá o número de vagas definido no processo seletivo, proporcionalmente às terminalidades previstas para as respectivas áreas de conhecimento. As terminalidades que tiverem número maior de interessados, que o número de vagas previsto para a turma, atenderão às orientações de classificação acima. O bloco de conteúdos ofertados, no segundo ciclo, para determinada habilitação poderá ser cursado por acadêmicos de outra habilitação, permitindo a integralização curricular e a busca por uma nova habilitação ao concluir a primeira.

Ao final do 2º ciclo, o aluno receberá um diploma atestando a sua titulação em um curso, podendo, posteriormente, buscar a formação em outras áreas de conhecimento. Ao integralizar a proposta curricular, ele receberá um diploma de Licenciado, dependendo da opção realizada ao final do primeiro ciclo e do itinerário curricular integralizado.

A múltipla titulação deverá ser estimulada. Será disponibilizado ao aluno um serviço de orientação sobre os itinerários formativos, de maneira que ele possa cursar mais de uma

habilitação, por meio de combinações de títulos, assim como a migração de área na passagem do 2º para o 3º ciclo.

IV ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.3 Projeto Acadêmico do Curso

4.3.1 Justificativa

O *curso em Teatro, na modalidade Licenciatura*, tem como núcleo epistemológico a integração entre teoria e prática do fazer teatral e sua pedagogia específica. Neste sentido, o teatro é assumido, em uma perspectiva de ensino-aprendizagem, como forma de conhecimento e como prática produtiva e integrativa dos aspectos cognitivos e afetivos da expressão humana. Justifica-se a criação do curso pelo pequeno número de professores formados na área de Teatro, para atuar nas escolas públicas municipais e estaduais. Igualmente, a vocação do curso e o currículo visa a formação de um professor-artista capaz de dominar a abordagem metodológica, os princípios estéticos, políticos e pedagógicos da arte que ensina, assim como praticar e refletir sobre os procedimentos da elaboração do discurso cênico, permitindo a participação criativa e crítica *da arte e cultura no contexto da Amazônia*.

4.3.2 Objetivo geral da área de conhecimento

A área de conhecimento de 'Artes e Filosofia' articula saberes das áreas de 'Ciências Humanas' e de 'Linguística, Letras e Artes'. Trata-se de uma área de ampla abrangência epistemológica, que alia conhecimentos da grande tradição do pensamento e da cultura ocidental, que deram contornos significativos na formação do mundo contemporâneo.

4.3.3 Objetivo geral do Curso

Objetivos gerais

- Construir uma sólida fundamentação das linguagens artísticas com bases históricas, sociológicas, antropológicas e filosóficas a que se integra uma formação com base na pesquisa, na experimentação de novas práticas artísticas e na investigação do ensino.
- Tornar-se um centro gerador de desenvolvimento do Teatro contribuindo para a evolução cultural, artística, social, econômica e política do país;
- Oferecer uma formação artística e humanística para que o professor-artista considere seu papel de agente cultural, artístico, social e político;
- Criar, através das aulas teórico-práticas, um ponto de intersecção entre as atividades

de pesquisa, ensino e extensão.

Objetivos específicos

- Oferecer, através do Curso de Graduação, a formação do Licenciado em Teatro como um profissional familiarizado com as diferentes linguagens cênicas/teatrais, bem como os diversos sistemas geradores de signos do fenômeno teatral;
- Formar um profissional preparado para exercer a função de professor, ator, igualmente pesquisador no campo do Teatro e/ou em linguagens afins, como o cinema, artes visuais, música.
- Oferecer ao aluno um campo contextual da Cultura Brasileira atentando para suas manifestações espetaculares, bem como para os elementos técnicos e criativos específicos do imaginário brasileiro e suas configurações;
- Desenvolver a consciência e o estudo das tradições culturais brasileiras em constante diálogo com outras culturas;
- Possibilitar ao aluno o conhecimento prático e o domínio de técnicas e métodos técnicos e expressivos aliados à formação teórica e à prática cênica proporcionando uma visão do fenômeno teatral como forma de conhecimento crítico da realidade e de uma atuação artística transformadora;
- Capacitá-lo para o desenvolvimento de novas metodologias, equipamentos, procedimentos técnicos e didáticos na área de Teatro e correlatas.

4.3.4 Perfil Profissiográfico

De acordo com a proposta das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura em Teatro, estes cursos devem formar profissionais habilitados para a produção, a pesquisa, a crítica e o ensino do Teatro. A vertente da formação profissional especificada neste documento contempla o ensino e se compromete, portanto, com a formação do professor de Teatro. O campo de atuação deste profissional encontra-se prioritariamente na instituição escolar, mais especificamente no contexto da educação básica, porém, não se restringe a esta, visto que o Teatro, como fenômeno educativo, transcende o espaço da escola inserindo-se em outros espaços sociais no fomento da formação acadêmica, artística e cultural.

O curso aglutina três etapas interligadas, da área de conhecimento em Teatro: o ensino, a pesquisa, a experimentação/produção. O ensino e a pesquisa, núcleo expressivo do

novo curso, perpassará as disciplinas que têm o caráter teórico metodológico. A pesquisa e o fundamento de todo o currículo desdobra o fenômeno artístico, em suas diversas discussões teóricas. E nas aulas práticas e oficinas o aluno exercitará a experimentação das diversas linguagens e meios expressivos.

4.3.5 Competências e Habilidades

A formação do licenciado em Teatro deverá voltar-se para o desenvolvimento de competências que contemplem a formação do professor nos aspectos artísticos, pedagógicos, científicos e profissionais, a partir de uma atitude ética e reflexiva. Entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho deste profissional.

A organização do curso de licenciatura a partir da concepção de competências significa que o acúmulo de conhecimentos por si só não é suficiente para a formação do profissional, mas sim a capacidade de mobilizar tais conhecimentos para atender de forma crítica e criativa às diversas necessidades do seu campo de atuação profissional.

No que se refere ao professor de Teatro, o desenvolvimento de competências como possibilidade da formação de um profissional flexível ao atendimento de mudanças no campo pedagógico é de suma importância, tendo em vista que o mesmo lida com a arte, com o homem e a cultura, o que implica conviver com fenômenos de grande complexidade e plasticidade.

No entanto, salienta-se que o desenvolvimento das competências profissionais não se restringe à fase de formação acadêmica na licenciatura, mas também deve ser compreendido como um processo de formação continuada sendo, portanto, um instrumento que acompanha o aprimoramento permanente do profissional. Portanto, o conjunto de competências pontuadas neste documento de forma alguma pretende esgotar todas as necessidades do fazer pedagógico do professor de Teatro e interfaces, mas ressalta demandas importantes, considerando a proposta das Diretrizes Curriculares do ensino de graduação em Artes, os PCN's, e as Diretrizes para a formação de professores em cursos de Licenciatura, bem como as necessidades e especificidades da região Norte, na qual se insere o Estado do Tocantins, do contexto social e cultural, bem como as demandas da escola pública no contexto regional.

Competências e habilidades gerais:

- *orientar suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por princípios éticos, políticos e estéticos e por pressupostos epistemológicos coerentes;*
- *compreender o papel social da escola, e de outras instituições educacionais, promovendo uma prática pedagógica que valorize as características dos alunos e da comunidade, bem como as temáticas do mundo contemporâneo, devidamente articuladas com os objetivos do projeto educativo da instituição em que trabalha e as políticas nacionais e internacionais de educação;*
- *cooperar na elaboração coletiva de projetos educativos e curriculares;*
- *atuar em diferentes contextos da prática profissional, além da sala de aula, buscando compreender o fenômeno da educação em diversos espaços cuja articulação com a escola possa ser possível;*
- *conhecer e dominar os conteúdos referentes ao ensino, bem como seus significados em diferentes contextos sociais e as possibilidades de articulação entre os mesmos;*
- *conhecer e posicionar-se de forma crítica sobre as políticas culturais e educacionais;*
- *planejar, realizar e avaliar o ensino a partir de diferentes estratégias de abordagens dos conteúdos, sabendo eleger as mais adequadas, considerando a diversidade cultural dos alunos e da comunidade, os objetivos das atividades realizadas e as características dos próprios conteúdos;*
- *saber avaliar dando ênfase ao desenvolvimento cognitivo, sem deixar de lado as dimensões humanas em sua totalidade, desenvolvendo o homem integralmente, criando espaços para que o aluno possa desenvolver a imaginação, a criatividade, a antevisão de resultados, em igualdade de importância com os conteúdos acadêmicos;*
- *conhecer e fazer uso de processos de investigação que permitam avaliar sua atuação profissional e apontar outras possibilidades de intervenção pedagógica.*

Competências e habilidades específicas:

As competências e habilidades profissionais a serem objetivadas para o licenciado egresso do Curso de Licenciatura em Teatro são:

- *utilizar-se das linguagens artísticas, em especial as Artes Cênicas e suas respectivas tecnologias, como meio de expressão e comunicação, objetivando modos de fazer produtos artísticos;*
- *experimentar elaborações inventivas que proporcionem percepções com significado*

cultural. Tais fazeres devem ser acompanhados de reflexões, pesquisas, crítica e ensino, de forma tal, que transformem os conhecimentos estéticos e artísticos anteriores em compreensões mais elaboradas da convivência com a arte;

- *valorizar e freqüentar a produção artística de múltiplos grupos sociais, em tempo e espaços diferenciados, percebendo os diferentes gêneros, e contextualizando-os simbólica e socialmente, inseridos na sua produção, na produção do outro, na sua cultura e no confronto desta com as demais;*
- *saber utilizar as fontes bibliográficas sobre arte, valorizando os modos de preservação, conservação e restauração dos acervos de produções artísticas presentes em vários meios culturais;*
- *observar, compreender e analisar as relações entre o Teatro e outras linguagens, bem como, com outras áreas de conhecimento;*
- *entender os princípios das tecnologias aplicadas nas Artes Cênicas e associá-los ao conhecimento científico para subsidiar as pesquisas na área.*
- *compreender as diferentes linguagens artísticas como representação simbólica das culturas locais, regionais, nacionais e internacionais, propiciando a reflexão de sua própria identidade;*
- *identificar e aplicar, articuladamente, os conhecimentos básicos da linguagem corporal no teatro;*
- *integrar estudos e pesquisas na Prática Pedagógica e Interpretação Artística relacionado ao Teatro;*
- *incorporar à prática pedagógica do corpo em movimento, o conhecimento das transformações e rupturas conceituais que historicamente se processaram no Teatro;*
- *recriar processos, formas, técnicas, materiais e valores estéticos na concepção, interpretação artística, e na prática pedagógica, a partir de uma visão crítica da realidade;*
- *utilizar criticamente diversos materiais na interpretação artística e na prática educacional;*
- *utilizar adequadamente métodos, técnicas, recursos e equipamentos específicos à prática pedagógica referente ao ensino do Teatro;*
- *conceber, organizar e interpretar diversas modalidades de Teatro para a realização de projetos artísticos nas escolas;*

- *analisar e aplicar práticas e teorias de produção das diversas culturas artísticas, suas interconexões e seus contextos sócio-culturais;*
- *analisar e aplicar combinações e re-elaborações imaginativas, a partir da experiência sensível da vida cotidiana e do conhecimento sobre a natureza, a cultura, a história e seus contextos;*
- *demonstrar uma base pedagógico corporal consistente, que permita assimilar inovações e mudanças na prática pedagógica;*
- *ser consciente e crítico de seu papel social e político, capaz de enfrentar os desafios da sociedade contemporânea nas atividades artísticas, pedagógicas e culturais, como também, interagir nas novas redes de informação, com a fundamentação teórica refletida na sua prática pedagógica;*
- *adotar uma postura investigativa, reflexiva e criativa diante de suas atividades, capaz de produzir conhecimento;*
- *estar preparado para a atividade docente, com possibilidades de atuar num campo de trabalho com características múltiplas na especificidade da linguagem artística - Teatro.*

4.3.6 Campo de atuação profissional

O aluno formado no *Curso de Licenciatura em Teatro*, da Universidade Federal do Tocantins, poderá atuar na Educação Infantil, Educação Básica, e Ensino Médio, formal e informal, bem como, terá desenvolvido habilidades para a pesquisa na área de ensino de Teatro, seus conteúdos, objetivos e pressupostos metodológicos e avaliação.

Ainda de acordo com a proposta para as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da Graduação em Teatro, da Resolução nº 4 de 8 de março de 2004, o aluno egresso do Curso de Teatro de que trata este projeto, possuirá:

- *conhecimento dos elementos das linguagens teatrais em uso, suas especificidades e seus desdobramentos a nível regional e local.*
- *conhecimento da história do teatro e da literatura dramática.*
- *conhecimento de conceitos e métodos fundamentais à reflexão crítica dos diferentes elementos da linguagem teatral.*
- *domínio dos códigos e convenções da linguagem cênica mais usados na concepção de uma encenação.*

- *domínio técnico e expressivo do corpo visando a direção e a interpretação de um texto dramático.*
- *domínio técnico-construtivo na composição dos elementos visuais da cena teatral.*
- *capacidade de participar da criação do espetáculo teatral, articulando códigos e convenções da linguagem cênica.*
- *capacidade de pesquisa e de produção crítico-teórica sobre o fazer teatral.*
- *capacidade de investigação, análise, crítica e discussão conceitual dos diversos elementos e processos estéticos da arte teatral.*
- *capacidade de articulação entre a prática da criação teatral e a reflexão crítico-teórica, visando um questionamento dos próprios meios expressivos e especulativos, bem como dos procedimentos metodológicos empregados.*
- *capacidade de auto-aprendizado contínuo, pela confrontação crítica de propostas estéticas contemporâneas, as formulações teóricas decorrentes e o conhecimento adquirido.*

4.3.7 Proposta curricular - Curso de Licenciatura em Teatro

Assim, o Curso de Licenciatura em Teatro visa preencher um campo de estudos e de produção criativa, de crítica e de formação. Neste sentido, o curso será instrumento de formação profissional e de desenvolvimento regional, pois formará professores preferencialmente para atuar nas escolas, cruzando várias áreas do saber que até agora têm permanecido estanques na academia, a saber, as Linguagens, Estética, a História da Arte, Filosofia, o Meio Ambiente, a Tecnologia.

A Licenciatura foi pensada num formato interdisciplinar e transdisciplinar, possibilitando também aos seus alunos a mobilidade interna e externa na sua formação, o que reflete num currículo pensado por eixos e temas geradores. Buscamos também os processos interdisciplinares e multiculturais no ensino de Teatro, na concepção de que estamos passando por grandes transformações na sociedade e, em particular, na educação. Hoje falamos em Direitos Humanos, História e Cultura Afro-brasileira, Educação bilíngüe, Educação inclusiva, no Diálogo inter-religioso, igualmente inúmeras outras formas de multiculturalismo são notadas nos sistemas educacionais e na sociedade. Essas profundas transformações dão origem ao multiculturalismo, que reflete na geração e aquisição de conhecimento, no novo modo de observar a arte como processo na formação e transformação humana e cultural.

A UFT realizou o primeiro concurso vestibular para o Curso de Licenciatura em

Teatro em 2008. Atualmente, existe uma grande demanda para os cursos de formação de professores no Estado do Tocantins e região Norte, em especial na área de Artes, justificando-se pelo número reduzido de profissionais formados na área (seja Artes Visuais, Cênicas ou Música), sendo esta última outra lacuna emergente na educação, já que as escolas públicas do país terão três anos para inserir no currículo da educação básica o ensino da Música. É o que define a Lei n.º 11.769, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, sancionada no dia 18 de agosto de 2008, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no Diário Oficial da União.

Espera-se que o curso habilite profissionais aptos a atuar de forma articulada na educação básica, em escolas do ensino fundamental e médio e Instituições de ensino específico de Teatro, bem como, nos campos instituídos e emergentes. Igualmente possam trilhar o caminho da pesquisa científica em Teatro visando a criação, compreensão e difusão da cultura dessas artes e seu desenvolvimento, possibilitando a formação do profissional competente no sentido da capacitação artística, científica e política, envolvendo o domínio dos conteúdos das metodologias, das técnicas, das habilidades específicas, mediante uma intervenção crítica e participativa na própria realidade.

Neste sentido, o curso almeja interagir com a comunidade local com vistas a transformação de qualidade de vida na perspectiva dos princípios que regem a universidade, ou seja, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, oferecendo atividades interdisciplinares e transdisciplinares na área de arte e cultura. O nascimento e perfil do curso apóia-se na realidade regional de Palmas, do Estado do Tocantins, e contexto da Amazônia, para o ensino, criação/produção e pesquisa. Portanto, parte de uma proposta acadêmica que tem seus princípios didático/pedagógicos e desenho curricular articulados a uma proposta mais global formulada pela UFT. Nasce, portanto, em diálogo direto com o curso de Licenciatura em Filosofia, e outros cursos afins. Com Filosofia, em especial, prevê a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade durante todo o currículo, e a integração de ambos - nos três primeiros semestres que são comuns - como se pode visualizar no desenho a seguir.

4.3.7.1 Organização Curricular

O curso de Licenciatura em Teatro está organizado em momentos de formação *distintos*, mas *interligados*. Cada momento é um *ciclo*. São três os ciclos: 1- Ciclo de Formação Geral (Ciclo I); 2- Ciclo de Formação Profissional (Ciclo II); 3- Ciclo de Formação

Avançada (Ciclo III). Em cada ciclo encontram-se os *eixos*, forma em que os conteúdos curriculares se articulam. Os *conteúdos curriculares* são ofertados na forma de disciplinas no regime de créditos.

O fio condutor e aglutinador dos cursos de Licenciatura em Teatro e Licenciatura em Filosofia será o seminário interdisciplinar, que visará explorar certos temas que fazem parte do imenso corpo de conhecimentos em que a Filosofia e Teatro se apóiam, mas que nem sempre constam de um currículo regular ou é apresentado com o devido rigor e aprofundamento, se tornando, por isso mesmo, uma oportunidade rara para o próprio amadurecimento intelectual e profissional. Os seminários são uma tentativa de abordar os temas construindo em termos de conhecimento, dialogando com outras disciplinas já existentes com a intenção única de elevar o nível de compreensão e debate sobre o fenômeno filosófico e artístico.

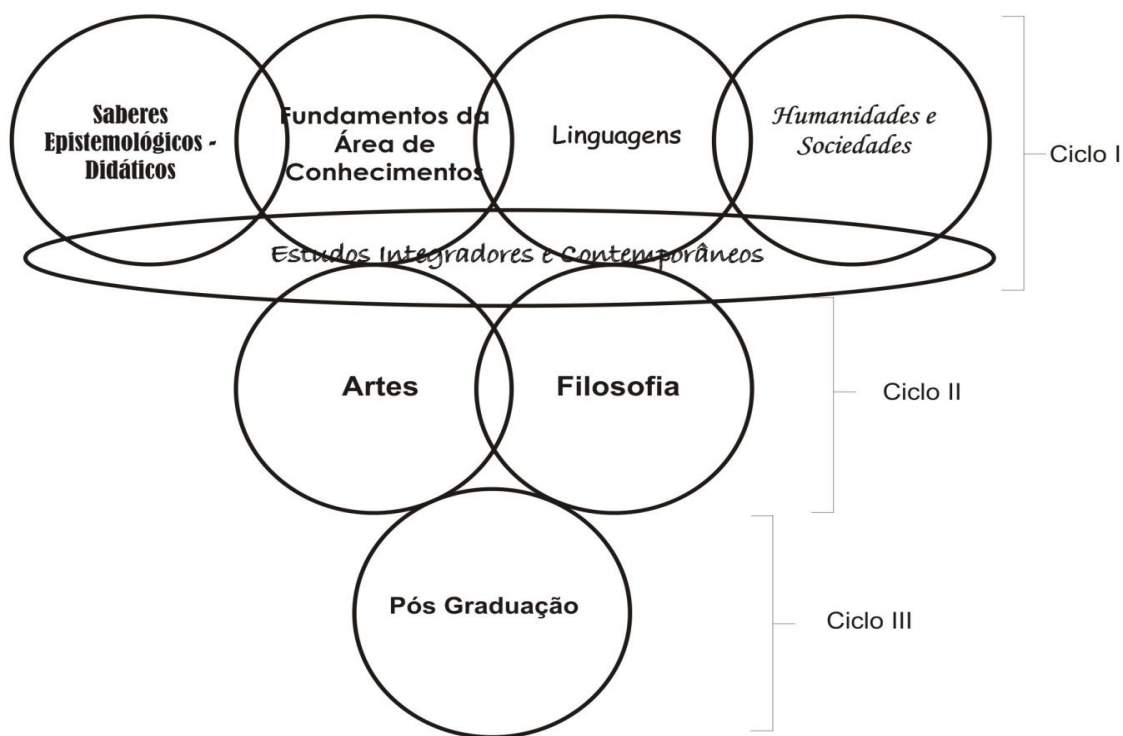
O objetivo principal é fazer um elo vertical e horizontal entre todas as disciplinas do curso. Vertical quando se refere às disciplinas do semestre e horizontal em relação às disciplinas dos quatro anos. A proposta é discutir conceitos sobre interdisciplinaridade, os quais vão sendo aprofundados no decorrer do curso, a fim de que se construa uma prática docente dentro desses princípios.

Os Seminários Interdisciplinares oferecem, em cada semestre, um leque de opções, concebidas como espaços de reflexão sobre âmbitos de confluência das áreas específicas. Os conteúdos visam o encontro das investigações mais atuais dos docentes com os diversos desafios—artísticos e meta-artísticos que o curso de Teatro suscita em termos de transversalidade.

Portanto, nestes seminários busca-se uma maior apropriação sobre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Para tanto, necessita-se de trabalhos coletivos, investigativos em contextos de pesquisa na universidade, na comunidade e na escola, articulados com as disciplinas do currículo e de outros cursos. Através dos diversos elementos, que vão surgindo no decorrer do semestre, seja pelos conteúdos trabalhados nas disciplinas, seja pelas descobertas feitas através da pesquisa realizada, propomos uma vivência interdisciplinar, que deverá ser analisada de forma reflexiva ao longo do semestre e ao longo do curso.

E como regulamento adotar-se-à que os Seminários Interdisciplinares serão obrigatórios aos alunos regularmente matriculados nos cursos de licenciatura de Teatro e Filosofia. Serão abertos para alunos especiais, desde que haja vaga e seja solicitada matrícula nas coordenações dos cursos de Teatro e Filosofia. Sendo ao todo ofertados 6 Seminários

Interdisciplinares, ao longo dos quatro anos das licenciaturas, sob responsabilidade do grupo de professores que compõem as mesmas. Com temas diversos e complementares as áreas que sejam norteadores e integradores das disciplinas de cada semestre letivo ou do curso como um todo.



4. 3.7.2 Ciclo de Formação Geral (Ciclo I)

Objetivo geral do Ciclo da área 'Teatro e Filosofia' consiste na formação sólida, humanista e interdisciplinar que possibilita a apropriação por parte dos alunos dos saberes necessários à compreensão crítica da realidade natural, social e cultural, bem como a construção do seu próprio itinerário formativo dentro do leque de possibilidades aberto pela Universidade, com gestão do próprio conhecimento. Ademais, o Ciclo I visa a construção de conhecimentos no campo da ciência e da educação de modo a constituir uma base para o ulterior momento de aprofundamento no Ciclo Profissional.

Os eixos que compõem o Ciclo I são: Humanidades e Sociedade; Linguagens; Estudos Integradores e Contemporâneos; Saberes epistemológico-didáticos; Fundamentos da área de Conhecimento. Cada eixo adota como carga horária mínima 120h.

Conteúdos curriculares de cada eixo:

- a) **Humanidades e Sociedade:** *Ética e Cidadania; Matrizes culturais na Amazônia e Conhecimento e realidade sócio-ambiental.*

b) **Linguagens:** *Leitura e Produção de Textos Científicos e Leitura de Textos Científicos em Língua Estrangeira.*

c) **Fundamentos da Área de Conhecimento:** *Introdução à Filosofia; Antropologia filosófica; Filosofia da Linguagem; Introdução à Estética; História da Arte; Patrimônio Artístico e Cultural do Brasil.*

d) **Estudos Integradores e Contemporâneos:** *História e Teoria da Ciência; Seminário Interdisciplinar I; Seminário Interdisciplinar II; Seminário Interdisciplinar III.*

e) **Saberes Epistemológicos e Pedagógicos:** *Filosofia da Educação; Sociedade, Cultura e História da Educação; Psicologia da Educação.*

Em seguir, aparecem delineados os objetivos, os temas, conteúdos e atividades interdisciplinares de cada eixo.

Deve-se ressaltar que nas atividades interdisciplinares o diálogo entre disciplinas não vai se esgotar nas *propostas* indicadas neste projeto. O caráter dinâmico do diálogo interdisciplinar impede a fixação de uma *interdisciplina* de uma vez para sempre. Caberá sempre aos docentes buscarem novas formas diálogo interdisciplinar no seu trabalho coletivo. Para tanto, em cada eixo são destinadas no mínimo 20% da carga horária para as atividades interdisciplinares.

4. 3.7.3 Eixos e componentes curriculares do Ciclo I

a) Eixo de Humanidades e Sociedade.

Carga horária: 120 horas.

Objetivo geral: compreender de modo crítico as diversas dimensões da realidade – natureza, cultura e sociedade – nas suas determinações sociais, culturais, comportamentais, ecológicas, éticas e legais, buscando a articulação das diversas abordagens dos conhecimentos no interior do eixo, e deste com os demais eixos do ciclo.

Temas geradores: Homem, Sociedade e Meio Ambiente.

Conteúdos curriculares: 1) Ética e Cidadania (60h); 2) Matrizes culturais da Amazônia (30h); 3) Conhecimento e Realidade Socioambiental (30h)

Atividades interdisciplinares (CH 24h):

Propostas: Diálogo entre as disciplinas de *Ética e Cidadania* e *Conhecimento e Realidade Socioambiental* para trabalhar a temática da ética ambiental; entre *Matrizes culturais da*

Amazônia, Conhecimento e Realidade Socioambiental e disciplinas pedagógicas para debater a afirmação dos direitos indígenas no Tocantins e o papel da Educação nesse processo; entre *Filosofia da Educação e Ética e Cidadania* para discutir a cidadania como conceito central da política e da educação analisando suas limitações e seus desdobramentos.

b) Eixo de Linguagens.

Carga Horária: 60 h (teóricas) e 60 h (práticas)

Objetivo geral: Desenvolver competências e habilidades na área das linguagens (verbal, não verbal e instrumental) para possibilitar o desenvolvimento da oralidade e escrita, com foco em retórica, argumentação, lógica, produção de texto, estratégias de leituras, prática de escuta e análise da linguagem simbólica.

Temas geradores: Linguagens de Natureza Universal. Produção Textual. Línguas Instrumentais.

Conteúdos curriculares: 1) Leitura e Produção de Textos (60h); 2) Leitura de textos científicos em língua estrangeira (60h)

Atividades interdisciplinares:

Leitura de textos técnicos em língua estrangeira e uso de ferramentas da WEB para trabalho com hipertexto e traduções. Diálogo entre *Leitura e Produção Textuais* com *Leitura de Textos Científicos em Língua Estrangeira, Linguagem Cultura e Mídia* e *Filosofia da Linguagem*.

c) Eixo de Estudos Integradores e Contemporâneos.

Carga horária: 120 h

Objetivo geral: Desenvolver conhecimentos nos campos da educação superior, da tecnologia da informação e da contemporaneidade - por meio de palestras, debates, mesas redondas, oficinas, relatos de experiências e outras atividades - para articular os diversos conteúdos dos eixos e dos ciclos dos cursos.

Temas geradores: Contemporaneidade. Temáticas Interdisciplinares.

Conteúdos curriculares: 1) História e Teoria da Ciência (30h). 2) Seminário interdisciplinar I (30h), Seminário interdisciplinar II (30h) e Seminário interdisciplinar III (30h).

Atividades interdisciplinares: Diálogo entre *História e Teoria da Ciência* e *História do Arte*: arte e ciência no contexto do séc. XX; *História e Teoria da Ciência* e *Antropologia Filosófica*: a arqueologia do saber sobre o homem.

Seminários interdisciplinares: *Mente, Cérebro e Inteligência*: Filosofia, Neurociência (Física, Biologia, Medicina) e Ciência da Computação em diálogo.

Essas atividades poderão ter formas diferenciadas de avaliação, dependendo das definições da coordenação do curso.

d) Eixo dos Saberes Epistemológico-Pedagógicos.

Carga horária: 180 h

Objetivo geral: Investigar os fundamentos teóricos e as práticas sociais da instituição escolar, visando a formação didática do professor, sua qualificação profissional e a reflexão acerca do papel da Universidade com a Educação Básica.

Temas geradores. Investigação Profissional. Formação Profissional.

Conteúdos curriculares: 1) Sociedade, Cultura e História da Educação (60 h). 2) Filosofia da Educação (60 h). 3) Psicologia da Aprendizagem (60 h).

Atividades interdisciplinares: Diálogo entre *Filosofia da Educação* e *Ética e Cidadania* para discutir a centralidade da cidadania na formação dos alunos do Ensino Médio; *Psicologia da aprendizagem* e *História e Teoria da Ciência* para se debruçar sobre as relações entre epistemologia e aprendizagem; *Sociedade, cultura e história da educação* com *História da Arte* e *História da Filosofia* para evidenciar o contexto e ambiente histórico em que Arte, Filosofia, Cultura e Sociedade se entrelaçam na construção da realidade.

e) Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento.

Carga horária: 360 h

Objetivo geral: Introduzir ao estudo de conteúdos fundamentais de Filosofia e Artes, a fim de construir uma visão panorâmica dos métodos, das temáticas, dos problemas e dos conceitos básicos dessas áreas de saber.

Temas geradores. Matrizes Específicas da Área.

Conteúdos curriculares: 1) Introdução à Filosofia (60 h); 2) Antropologia filosófica (60 h); 3) Introdução à Estética (60 h); 4) História da Arte (60 h); 5) Patrimônio artístico e cultural do Brasil (60 h); 6) Filosofia da Linguagem (60 h); 7) Antropologia cultural (60h).

Atividades interdisciplinares:

As disciplinas de *Introdução à Estética* e *Filosofia da Linguagem* serão ofertadas pelo grupo de professores com formação em Filosofia, em Artes e Letras, que realizarão as atividades de acordo com as ementas, que contemplam tanto a abordagem artística quanto filosófica dos conteúdos.

Diálogo entre Antropologia Filosófica, Antropologia Cultural e Teoria da Ciência/Epistemologia para aprofundar a criação e o estatuto epistemológico das ciências do homem.

TABELA 1 – Eixos e disciplinas do Ciclo I com carga horária e créditos.

Eixo	CH	Disciplina	CH/Cred.	CH. Teor. Prát.
Humanidades e Sociedade	120h	Ética e Cidadania Matrizes culturais da Amazônia Conhecimento e realidade sócio-ambiental	60h 4cr. 30h 2cr. 30h 2cr.	60h 30h 30h
Linguagens	120h	Leitura e Produção de Textos Leitura de Textos Científicos em Língua estrangeira	60h 4cr. 60h 4cr.	30h 30h 30h 30h
Fundamentos de Artes e Filosofia	420h	Introdução à Filosofia Antropologia Filosófica Introdução à Estética História da Arte Patrimônio Artístico Cultural Filosofia da Linguagem Antropologia Cultural	60h 4cr. 60h 4cr. 60h 4cr. 60h 4cr. 60h 4cr. 60h 4cr. 60h 4cr.	60h 60h 60h 60h 60h 60h 30h 30h
Estudos Integradores e Contemporâneos	120h	História e Teoria da Ciência Seminário interdisciplinar I Seminário interdisciplinar II Seminário interdisciplinar III	30h 2cr. 30h 2cr. 30h 2cr. 30h 2cr.	30h 30h 30h 30h
Saberes Epistemológicos e Pedagógicos	180h	Sociedade, Cultura e História da Educação Filosofia da Educação Psicologia da Aprendizagem	60h 4cr. 60h 4cr. 60h 4cr.	60h 60h 60h
TOTAL	960h		960h 64cr.	870h 90h

4. 3.7.4 Ciclo de Formação Específica - Ciclo II

O objetivo do Ciclo II é dar continuidade ao processo de formação do aluno de forma a preparar o licenciado em Teatro, para atuar na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, bem como no ensino informal, também, formar profissionais habilitados para a pesquisa na área de ensino de artes, seus conteúdos, objetivos e pressupostos metodológicos e avaliação, mediante:

- a construção de uma sólida fundamentação da linguagem da arte em suas bases

históricas, sociológicas, antropológicas e filosóficas a que se integraria uma formação com base na pesquisa, na experimentação de novas práticas artísticas e na investigação do ensino;

- o fomento à pesquisa no ensino de Teatro, direcionando suas temáticas para os Programas de Pós-graduação existentes na UFT;
- a capacitação didática na teoria e na prática, em especial nos laboratórios de ensino, e nas oficinas constituindo as habilidades necessárias para a produção de material didático voltado para o ensino de artes na escola.

Esse ciclo está estruturado em eixos específicos às áreas de formação que proporcionam a aquisição de competências e habilidades que possibilitam o aprofundamento num dado campo do saber teórico ou teórico-prático, profissional disciplinar, multidisciplinar ou interdisciplinar. Corresponde a componentes curriculares voltados para áreas de concentração ou de formação básica de carreiras profissionais ou de pós-graduação.

Os eixos dos cursos buscam a interface com os demais cursos da mesma área de conhecimento e de áreas afins, de forma a ampliar a flexibilidade curricular e as possibilidades de mobilidade e creditação dos estudos realizados pelos alunos que desejarem transferir-se de curso ou complementar o currículo do curso em que se encontra vinculado ou, ainda, buscar uma segunda graduação.

As disciplinas de todos os períodos apresentam a mesma formulação dos outros eixos, prevendo os mesmos pressupostos interdisciplinares. Esses agrupamentos estão detalhados tanto no corpo do PPC quanto nas ementas específicas.

Este ciclo corresponde ao percentual mínimo de 60 a 65% da carga horária total do curso, sendo que, pelo menos, 20% dessa carga horária serão ministradas em conjunto pelos docentes das disciplinas. Os conteúdos das disciplinas ou interdisciplinas deverão abranger estudos sobre temas/problemas complexos, irredutíveis a recortes mono-disciplinares. Cada disciplina ou interdisciplina possui carga horária de 30 ou 60 horas. A avaliação é composta de avaliação específica da disciplina e avaliação conjunta com as disciplinas em que ocorreu a articulação.

No **curso de Teatro**, o segundo ciclo é dividido em **4 (quatro) eixos**, sendo: **Eixo Conteúdos Básicos: Estudos Formativos em Artes; Eixo Conteúdos Didáticos Específicos; o Eixo Estágio e TCC; Eixo de Estudos Integradores e contemporâneos (Seminários Interdisciplinares e atividades complementares)**, acontecem de forma articulada, uma vez que os conteúdos dos três eixos buscam formar um licenciado capaz de

atuar no espaço escolar de modo a promover a inclusão do aluno no mundo lúdico, desenvolvendo sua capacidade de apreciar e manifestar sua sensibilidade, contribuindo para a vida em sociedade primada pela cidadania e pela a vivência democrática.

4. 3.7.5 Eixos do Ciclo II (Ementas e disciplinas dos Ciclos I e II)

No Curso de Licenciatura em Teatro, o currículo é constituído por 08 (oito) períodos letivos, com aulas no período noturno e estágio curricular, preferencialmente, no turno matutino e vespertino.

No II ciclo são definidos 4 (quatro) eixos de conteúdos:

1. Eixo Conteúdos Básicos: Estudos Formativos em Artes

Ementa: Este eixo investiga o fenômeno do entendimento humano através da expressão, representação e interpretação da arte, oportunizando ao estudante de Teatro o contato com a produção artística nas Artes Cênicas. Exame crítico, valorativo dos conceitos e critérios condizentes ao fenômeno artístico no contexto histórico-cultural, visando discernir o condicionamento por eles exercidos na produção das artes cênicas. Análise das teorias estéticas, através da reflexão especulativa e conceitual do processo estético, visando delimitar um horizonte epistêmico de uma filosofia do belo e das variadas manifestações artísticas.

Temas Geradores: História, Cultura, Artes Cênicas e experimentação/produção.

Objetivo geral: Contemplar o embasamento teórico e reflexivo sobre as linguagens artísticas, bem como sobre a cultura brasileira, buscando dar ao aluno um conhecimento mais amplo sobre o fenômeno artístico, suas repercussões e sua importância enquanto forma de conhecimentos da experiência humana. Igualmente, oferecer ao aluno, através de conteúdos curriculares teórico-prático, aprofundamento nas linguagens artísticas, possibilitando ao aluno a contemplação de processos de experimentação, criação, produção e uso de materiais da linguagem cênica.

2. Eixo Conteúdos Didáticos Específicos

Ementa: Este eixo compreende estudos que objetivam investigar a ação de ensinar e aprender. Examinam-se ferramentas cognitivas, materiais e currículos, interações

professor/aluno e aluno/aluno, representações sociais envolvidas na ação educativa e a formação inicial e continuada naquelas áreas do saber escolar.

Temas Geradores: Investigação, Metodologia e Formação profissional.

Objetivo Geral: Contemplar o embasamento teórico e reflexivo sobre os conteúdos didáticos específicos da formação do professor.

3. Eixo Estágio e TCC

Ementa: Princípios pedagógicos e artísticos necessários para a orientação das atividades artísticas no ensino fundamental e médio. Métodos e processos para a educação em Teatro, e acompanhamento das atividades e expressões estético-artísticas dos alunos, considerando os indivíduos em seus contextos sociais, culturais e econômicos.

Temas Geradores: Educação, Arte e Didática.

Objetivo Geral: Abordar a relação entre as Artes Cênicas e a Educação, bem como os elementos que configuram o trabalho docente. Igualmente, oportunizar a prática pedagógica em sala de aula no Ensino Fundamental e Médio.

4. Eixo de Estudos Integradores e contemporâneos (Seminários Interdisciplinares e de Atividades Complementares)

a) Seminários Interdisciplinares

Ementa: Propõe uma reflexão sobre os fundamentos epistemológicos da pesquisa científica e sua articulação com as questões metodológicas, particularmente no caso das investigações interdisciplinares. Nestes seminários pretende-se focalizar diferentes concepções relacionadas à arte e cultura, e ao alcance dos processos de integralização inter e transdisciplinar no campo das Ciências Humanas e Sociais. Espera-se também que a disciplina ofereça subsídios para a maturação progressiva nos projetos de TCC.

Temas Geradores: História, Filosofia, Arte e Cultura, Linguagens.

Objetivo Geral: Pesquisar temáticas emergentes em Filosofia e Teatro, buscando o diálogo

com outras formas de saber para ampliar a compreensão dos problemas complexos que assolam o mundo contemporâneo.

b) Atividades Complementares:

Ementa: São atividades acadêmico-científico-culturais, de ensino, pesquisa, extensão, podendo ser substituída, parcial ou totalmente, projetos na atividade do ensino do teatro.

Temas Geradores: Artes, Teatro, Cultura.

Objetivo Geral: Desenvolver atividades referentes à área de conhecimento em Teatro, com participação em Simpósios, Seminários, Congressos, Festivais e Concursos artísticos e culturais, ou ainda disciplinas em outros cursos que venham a complementar a formação do aluno.

4. 3.7.6 Conteúdos curriculares do Ciclo II

a) Eixo Conteúdos Básicos: Estudos Formativos em Artes - teoria e prática:

Disciplinas: Literatura Dramática I; Literatura Dramática II; Fundamentos da Linguagem Teatral; História e Evolução do Teatro; Interpretação; Corpo, Expressão e Criatividade; Cenografia; Jogos Teatrais; Técnicas de Teatro e Dança na Educação; Improvisação; Linguagem Musical; Técnicas de Expressão vocal e canto; Performance; Percepção e Artes na Linguagem Visual; Teatro de Rua e Carnavalização; Folclore brasileiro; Identidade e Narrativa oral.

b) Eixo Conteúdos Didáticos Específicos

Disciplinas: Libras; Didática e Formação de Professores; Educação e Tecnologias Contemporâneas; Currículo, Política e Gestão Educacional; Metodologia e Prática do Ensino de Teatro I e II.

c) Eixo Estágio e TCC

Disciplinas: Estágio Supervisionado I, II, III e IV.

d) Eixo de Estudos Integradores e contemporâneos - Seminários Interdisciplinares e de Atividades Complementares

Seminário Interdisciplinar I, II, IV, V, VI.

Atividades Complementares: Atividades técnico-científicas e ou culturais a serem trilhadas pelos alunos como formação global e complementar ao curso.

4. 3.7.7 Ciclo de Formação Avançada, Pós-Graduação (Ciclo III)

Neste ciclo, o objetivo consiste em aprofundar os conhecimentos na área de Teatro e interfaces em programas de Pós-graduação estruturados a partir de linhas de pesquisas consolidadas na Instituição. As Licenciaturas de Filosofia e Teatro estão criando e implantando um Núcleo de Estudos em Cultura, Filosofia e Linguagens, que fomenta o desenvolvimento de pesquisa que dará suporte a criação de cursos de pós-graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado).

Linhas de Pesquisa:

- Cultura, Educação e Sociedade.
- Ética, Cidadania e Ensino de Filosofia e Artes.
- Cultura e saberes no contexto da Amazônia.

4. 3.7.8 Estrutura Curricular

TABELA 3 – Estrutura curricular do Ciclo I. Carga horária: 990h; 64 créditos.

1º. PÉRIODO					
Componentes curriculares	Cred.	CHT	CHP	CHTL	Interdisciplinas
A. 1 Introdução à Filosofia	4	60		60	3, 8,18
D. 2 Sociedade, Cultura e História da Educação	4	60		60	7,14,19
A. 3 Introdução à Estética	4	60		60	1,11
E. 4 Leitura e Produção de Textos Científicos	4	30	30	60	9, 4, 18
C. 5 Seminário interdisciplinar I	2	30		30	10, 17
B. 6 Conhecimento e Realidade Socioambiental	2	30		30	12
Total	20	270	30	300	

2º. PÉRIODO					
Componentes curriculares	Cred.	CHT	CHP	CHTL	Interdisciplinas
D 7 Filosofia da Educação	4	60		60	7, 12, 15
A 8 Antropologia Filosófica	4	60		60	1,14,18
E 9 Leitura de textos científicos em língua estrangeira	4	30	30	60	4,9, 18
C. 10 Seminário interdisciplinar II	2	30		30	5,17
A 11 História da Arte	4	60		60	3,20,26,3339,45
B. 12 Ética e Cidadania	4	60		60	6,7,15,27,37,42,49
Total	22	300	30	330	

3º. PÉRIODO					
Componentes curriculares	Cred.	CHT	CHP	CHTL	Interdisciplinas
A. 13 Patrimônio Artístico e Cultural do Brasil	4	60		60	11,16
A .14 Antropologia Cultural	4	30	30	60	2, 8,16
C. 15 História e Teoria da Ciência	2	30		30	12, 14,47
B. 16 Matrizes Culturais da Amazônia	2	30		30	14, 6
C. 17 Seminário interdisciplinar III	2	30		30	5,10
A. 18 Filosofia da Linguagem	4	60		60	1, 8,14,
D. 19 Psicologia da Aprendizagem	4	60		60	2,12, 15
Total Ciclo I	22	300	30	330	
	64	870	90	960	

Legenda e carga horária dos eixos do ciclo de formação geral:

A - Eixo Fundamentos da área de Conhecimento: 480h

B - Eixo de Humanidades e Sociedade: 120h

C - Eixo de Estudos Integradores e Contemporâneos: 120h

D - Eixo de Saberes Epistemológico-didáticos: 120h

E - Eixo de Linguagens: 120h

CICLO II							
Período	Componente curricular	Créd.	Teor.	Prát.	Estág.	Total	Inter disciplinas
4	20.Literatura Dramática I	02	30			30	20, 21, 24, 28
4	21. História e Evolução do Teatro	04	60			60	20, 32,37,
4	22.Interpretação	04	30	30		60	21, 24, 27, 30
4	23.Língua Brasileira de Sinais - Libras	04	60			60	25, 31, 36,37
4	24.Fundamentos da Linguagem Teatral	04	30	30		60	21, 29, 46
4	25.Didática e Formação de Professores	04	60			60	20, 32,37,
4	26.Seminário Interdisciplinar IV	02	30			30	Todas
TOTAL		24	300	60		360	
5	27. Corpo, Expressão e Criatividade	04	30	30		60	22, 30, 34,
5	28. Literatura Dramática II	04	60			60	20, 21, 24, 28
5	29. Cenografia	02		30		30	21, 29, 46
5	30. Jogos Teatrais	02		30		30	22, 30, 34
5	31. Educação e Tecnologias Contemporâneas	04	60			60	27, 30, 32, 34
5	32. Técnicas de Teatro e Dança na Educação	04	30	30		60	22, 30, 34

(ATUALIZADO PELA RESOLUÇÃO CONSEPE N° 29/2018)

5	33. Estágio Supervisionado I	04	45	45	90	90	Todas
TOTAL		24	225	165	90	390	
6	34. Improvisação	02		30		30	22, 32, 30, 34
6	35. Linguagem musical	04	30	30		60	35, 40, 41
6	36. Currículo, Política e Gestão Educacional	04	60			60	31, 36, 37, 38
6	37. Metodologia e prática do ensino de Teatro I	04	60			60	31, 36, 37, 38
6	38. Estágio Supervisionado II	12	45	75	120	120	Todas
6	39. Seminários Interdisciplinares V	02	30			30	Todas
TOTAL		28	225	135	120	360	
7	40. Técnicas de Expressão Vocal e Canto	04	30	30		60	35, 40, 41
7	41. Performance	02		30		30	22, 32, 30, 34
7	42. Metodologia e prática do ensino de Teatro II	04	60			60	31, 36, 37, 38
7	43. Optativa	02	30			30	
7	44. Estágio Supervisionado III	08	30	75	105	105	Todas
7	45. Percepção e Arte na Linguagem Visual	02	60			60	22, 30, 34
TOTAL		22	210	135	105	345	
8	46. Teatro de Rua e Carnavalização	02		30		30	22, 30, 34, 50
8	47. Optativa	02	30			30	
8	48. Estágio Supervisionado IV – TCC	06	30	60	90	90	Todas
8	49. Seminário Interdisciplinar VI	02	30			30	Todas
8	50. Folclore brasileiro	04	60			60	22, 30, 34, 51
8	51. Identidade e narrativa oral	02		30		30	35, 40, 41
TOTAL		20	150	120	90	270	

Ciclos	Teóricas	Práticas	Estágio	Atividades Complem.	TOTAL
Primeiro Ciclo	900 horas	60 horas			960 horas
Segundo Ciclo	960 horas	360 horas	405 horas		1725 horas
	1860 horas	420 horas	405 horas	195 horas	2880 horas

A carga horária do **Curso de Licenciatura em Teatro** perfaz **2.880h/a**, sendo **960h a carga horária do Ciclo de Formação Geral** e **1.725h/a do Ciclo de Formação Profissional** mais 195h de Atividades Complementares, totalizando a carga horária de **2.880h/a**.

4. 3.7.9 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DO CICLO I E II

CICLO I - EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DO CICLO I

1) INTRODUÇÃO À FILOSOFIA (60 H/A)

Ementa

O nascimento do logos filosófico no Ocidente. Relação da filosofia com outros saberes: mito, senso comum, religião, ciência. História, problemas e paradigmas da filosofia.

Bibliografia básica

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E. P. **Compêndio de Filosofia**. São Paulo: Loyola, 2007.

PORTA, Mario Ariel González. **A filosofia a partir de seus problemas**. São Paulo: Loyola, 2002.

Bibliografia complementar

CARRILHO, Manuel Maria. **O que é Filosofia?** Lisboa: Editora Difusão Cultural.

COSTA, Cláudio. **Uma Introdução contemporânea à Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COSSUTTA, Frédéric. **Elementos para a leitura dos textos filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994

GHIRALDELLI JR., P. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Manole, 2003.

HEIDEGGER, M. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 2006.

2) SOCIEDADE, CULTURA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (60 H/A)

Ementa

Estudo da contribuição das ciências sociais e humanas para a compreensão do fenômeno educativo e sua aplicação no processo de formação do educador. Conceitos fundamentais à Sociologia, História e Antropologia para a compreensão da relação entre Educação e

Sociedade. A Educação como processo social; a educação brasileira na experiência histórica do ocidente; a ideologia liberal e os princípios da educação pública; sociedade, cultura e educação no Brasil. A interdisciplinaridade do pensamento pedagógico. Multiculturalismo e políticas educacionais de ação afirmativa.

Bibliografia Básica:

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA JR., João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reformas do Estado e mudanças na produção.** Bragança Paulista, SP: EDUSP, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

Bibliografia Complementar:

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia.** Trad. e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna., 19ª. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias.** Trad. de Gaetano Lo Mônaco, 9ª. ed., São Paulo: Cortez, 2001.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** Trad. de José Severo de Camargo pereira., 3ª. ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982. (Coleção educação contemporânea).

CUNHA, Lui Antônio e GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação.** Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

3) INTRODUÇÃO À ESTÉTICA (60 H/A)

Ementa

A reflexão estética a partir da evolução histórica. O horizonte artístico na relação Sujeito/ Objeto/ Sociedade. A reciprocidade entre teoria estética e experiência – estética.

Bibliografia básica

ADORNO, Theodor W. **Teoria Estética.** Lisboa, Martins Fontes, 1970.

CHIPP, H.B. (org.) **Teorias da Arte Moderna.** São Paulo, Martins Fontes, 1988.

NUNES, Benedito. **Introdução à Filosofia da Arte.** São Paulo, Buri, 1966.

Bibliografia Complementar

ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Notas de Literatura**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 2003.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

GOMBRICH, Ernst. **História da Arte**. São Paulo, Círculo do Livro, 1978.

GREENBERG, Clement. **Arte e Cultura**. São Paulo, Ática, 1996.

4) LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS CIENTÍFICOS (60H/A)

Ementa

Estudo do texto como unidade de comunicação. A relação do texto com o contexto sócio histórico e cultural. A relação entre a produção dos enunciados e dos atos da fala, e o contexto da enunciação. Visão da linguagem como processo de persuasão e de reflexo da ideologia de uma sociedade. A leitura e a escrita na universidade: linguagem e conhecimento. Produção e circulação do conhecimento. Produção de resenhas.

Bibliografia Básica

ABREU, Antonio Suarez. **Curso de redação**. São Paulo, ática, 2002.

CITELLI, Adilson. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**, 4ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

FIORIN, J. L. e SAVIOLI, F. P. **Lições de texto - leitura e redação**. São Paulo: Atica, 2000

MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.), **Gêneros textuais & ensino**. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

Bibliografia Complementar

CHIAPPINI, Ligia (Coord.) **Aprender e ensinar com textos de aluno**, v. 1. São Paulo: Cortez, 1997.

CUNHA, Celso F. & CINTRA, L. R.J F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. São Paulo: Nova Fronteira 2000.

DIONISIO, A. P.; FARACO, Carlos. **Prática de texto - Língua portuguesa para estudantes universitários**. Petrópolis: Vozes, 1992.

GUIMARÃES, Eduardo (org.) **Produção e circulação do conhecimento: Estado, Mídia e Sociedade**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

5) CONHECIMENTO E REALIDADE SÓCIO-AMBIENTAL (30 H/A)

Ementa

A questão ambiental e a educação, considerando a relação sociedade-natureza, a construção do conhecimento e a prática pedagógica escolar. Política ambiental nos âmbitos nacional e internacional. Diretrizes para a educação ambiental no contexto da educação brasileira e de seu currículo escolar.

Bibliografia Básica

COELHO, Maria Célia N., SIMONIAN, Lúcia e FENZL, Norbert (Org.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia gestão de recursos naturais**. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

VIEIRA, Paulo F. e MAIMON, Dália (Org.). **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental rumo à interdisciplinaridade**. Belém: NAEA/UFPA, 1993.

Bibliografia Complementar

BACKER, Paul de. **Gestão Ambiental: a Administração do Verde**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1995.

BECKER, Dinizar F. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável necessidade e/ou possibilidade?** 4ª. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido: ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, 2000.

MONTBELLER-FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**. Florianópolis: UFSC, 2001.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Stúdio Nobel/FUNDAP, 1993.

6) SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR I

Ementa

Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo e dos cursos envolvidos no diálogo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade da temática abordada.

7) FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO (60 H/A)

Ementa

A educação como problema filosófico. Filosofia e Filosofia da Educação. Problemas filosóficos da educação. As perspectivas filosóficas da Educação no Brasil.

Bibliografia básica:

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Filosofia da educação**. São Paulo: Ática, 2006.

_____(Org.) **O que é Filosofia da Educação?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FULAT, O. **Filosofias da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

Bibliografia complementar

CURY, Carlos Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1989.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KONDER, L. **Filosofia e Educação: de Sócrates a Habermas**. São Paulo: Forma e Ação, 2006.

PUCCI, Bruno (org.). **Teoria crítica e educação**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFISCAR, 1998.

SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa: Horizonte, 1978.

8) ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA (60 H/A)

Ementa

O homem como problema filosófico. Natureza e condição humanas. As concepções filosóficas sobre o homem: clássica grega, cristã medieval, moderna e contemporânea. O problema do homem na filosofia contemporânea.

Bibliografia básica

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ARLT, Gerhardt. **Antropologia filosófica**. Petrópolis: Vozes, 2008.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. 3ª ed. São Paulo; Martins Fontes, 1994.

Bibliografia Complementar

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.). **Paradigmas filosóficos da atualidade**. Campinas: Papirus, 1989.

DASTUR, Françoise. **A morte: ensaio sobre a finitude**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

HEIDEGGER, M. **Sobre o Humanismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VAZ, H. C. L. **Antropologia Filosófica I e II**. São Paulo: Loyola, 2004.

9) LEITURA DE TEXTOS CIENTÍFICOS EM LINGUA ESTRANGEIRA (60h/A)

Ementa

Introdução e prática das estratégias de compreensão escrita que favorecem uma leitura mais eficiente e independente de textos variados. Desenvolvimento da competência comunicativa em contextos elementares e específicos. Aspectos gramaticais. Vocabulário básico. Produção de textos.

Bibliografia Básica

HARDISTY, D., WINDEATT, S. CALL. **Resource Books for Teachers**. Oxford English. 1994.

HUTCHINSON, T.; WATERS, A. **English for Specific Purposes: a learning centered approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

MCKAY, S.Lee. **Teaching English as an International Language**. Oxford. 2002. RICHARDS, J. C. & NUNAN, D. (eds.) **Second Language Teacher Education**. New York : Cambridge University Press, 1990.

ROBINSON, P. ESP - **English for Specific Purposes**. Oxford: Pergamon Press, 1980.

Bibliografia Complementar

DUDLEY-EVANS, T.; ST JOHN, M. **Developments in ESP: a multi-disciplinary approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

GULEFF, V.L., SOKOLIK, M.E., LOWTHER, C. **Tapestry Reading 1**. Heinle&Heinle Thomson Learning. 2000.

NUTTAL, C. **Teaching reading skills in a foreign language**. London: Heinemann, 1999.

ROBINSON, P. ESP. **ESP Today: a practitioner's guide**. Hertfordshire: Prentice Hall, 1991.

10) HISTÓRIA DA ARTE (60 H/A)

Ementa

Teoria, História e Crítica de Arte, com ênfase em Arte Moderna e Contemporânea.

Bibliográfica Básica:

BAZIN, G. **História da História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JANSON, H. G. **História Geral da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

STANGOS, N. **Conceitos da Arte Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

JANSON, H.G. **História Geral da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Bibliografia Complementar:

CHIPP, H. **Teorias da Arte Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

DE FUSCO, R. **História da Arte Contemporânea**. Lisboa: Presença, 1988.

READ, H. **História da Pintura Moderna**. São Paulo: Zahar / Círculo do Livro, 1980.

FABRIS, A.; ZIMMERNANN, S. **Arte Moderna**. SP: Experimento, 2001.

GOMBRICH, E. **História da Arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

11) ÉTICA E CIDADANIA (60 H/A)

Ementa

A ética como ação humana. Conceitos fundamentais da ética (liberdade, norma, virtude, valor, pessoa). As correntes fundamentais da ética. Caracterização da cidadania. A cidadania como debate ético.

Bibliografia Básica

FERREIRA, Nilda Tevês. **Cidadania: uma questão para a educação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

GALLO, Silvio (Coord.) **Ética e cidadania: caminhos da Filosofia** (elementos para o ensino de Filosofia). Campinas, SP: Papirus, 1997. 112p.

HERMANN, N. **Pluralidade e Ética em Educação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

Bibliografia Complementar

BORGES, M. L.; DALL'AGNOL, D. DUTRA, D. V. **Ética**. Rio de Janeiro: DP&A.

HABERMAS, J. **Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política**. São Paulo: Loyola.

HERKENHOFF, João Batista. **Ética, educação e cidadania**. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 1996

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

OLIVEIRA, M. A. **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000.

12) SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR II (30H/A)

Ementa

Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo e dos cursos envolvidos no diálogo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade da temática abordada.

13) PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DO BRASIL (60 H/A)

Ementa

Análise das formulações do conceito de patrimônio cultural e a relação com o conceito de memória a partir do estudo de políticas culturais, usos sociais e das diversas maneiras com que cada sociedade se apropria de sua história. Tipologia (material, imaterial). Reflexão conceitual sobre a diversidade do patrimônio cultural brasileiro a partir de tradições culturais que contribuíram para formação do povo brasileiro: comunidades afro-brasileiras, comunidades indígenas e grupos imigrantes, entre outros. Preservação e Conservação do Patrimônio. Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Bibliografia básica

ARGAN, G. C. **A história da arte como história da cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 1997.

MARTINS, C. **Patrimônio cultural**. Da memória ao sentido do lugar. São Paulo, SP: Roca, 2006.

Bibliografia Complementar

LEMOES, C.A.O. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo, Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos).

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

BOSI, E. **Memória e sociedade**. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979.

- CASTRO, S.R. de. **O Estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro, Renovar, 1991.
- BERNARDET, J. C. **O nacional e popular na cultura brasileira**. Cinema. São Paulo: Brasiliense, 1987
- FONSECA, M. C. L. **A noção de referência cultural nos trabalhos de Inventário**. In: Inventário de Identificação um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 1998.
- PIRES, M. J. **Lazer e turismo cultural**. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2002.
- VASCONCELLOS, C. M. **Turismo e Museus**. São Paulo, SP: Aleph, 2006. BOURDIEU, P. (1997) **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (1976) **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo, Pioneira.

14) ANTROPOLOGIA CULTURAL (60 H/A) **EMENTA**

Introdução ao estudo da antropologia no seu sentido mais abrangente e a relação ser humano/biologia/cultura. Conceitos básicos e metodologia própria à antropologia. Observação de padrões culturais em sua diversidade, explorando os valores do comportamento social e cultural sob uma visão antropológica – hábitos, costumes, condutas e preconceitos ditados pela formação dos grupos. Percepções culturais dos fatos sociais. Antropologia Urbana, gênero e linguagem e diversidade cultural.

Bibliografia Básica

- DA MATA, R. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, C. L. et al.(orgs.). **Gênero e representação**: teoria, história e crítica. Belo Horizonte: FALE, UFMG, 2002.
- LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Bibliografia Complementar

- GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo. 3. ed. Rio de Janeiro: FU, 2001.
- ROCHA, E. **O que é etnocentrismo**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

15) HISTÓRIA E TEORIA DA CIÊNCIA (30 H/A)

Ementa

Evolução do pensamento científico. Ciência e Sociedade. Ciência e religião. Crise dos paradigmas da ciência. Epistemologia e Educação.

Bibliografia básica

ALVES, R. **Filosofia da Ciência**: introdução ao jogo e às suas regras. São Paulo: Loyola, 2005.

JAPIASSU, H. **As Paixões da Ciência**: estudo de história das ciências. São Paulo: Letras e letras, 1991.

DUTRA, L. H. de A. **Introdução à teoria da Ciência**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

Bibliografia complementar

CARRILHO, M. M. **Epistemologia**: posições e críticas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1994.

HABERMAS, J. **Verdade e Justificação: Ensaio Filosófico**. São Paulo: Loyola.

JONAS, H. **Ética, Medicina e Técnica**. Lisboa: Vega, 1994

ROHDEN, L. (Org.) **A Filosofia e a Ciência redesenham horizontes**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

16) MATRIZES CULTURAIS DA AMAZÔNIA (30 H/A)

Ementa

Estudos sobre o contexto histórico, marco conceitual e pesquisas sobre construções imaginárias e identidades culturais brasileiras, focando interfaces com os saberes e as práticas culturais na Amazônia. Estudo das populações tradicionais em regiões tropicais e a importância das populações para a conservação de florestas tropicais e a preservação da Amazônia.

Bibliografia Básica

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

SOUZA, Marcio. **Breve história da Amazônia**. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

MEIRELLES FILHO, João. **O livro de Ouro da Amazônia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

Bibliografia Complementar

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

Cunha, Manuela Cordeiro (org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

ANDERSON, Anthony (orgs). **Esverdeando a Amazônia**: Comunidades e empresas em busca de práticas e negócios sustentáveis. Brasília e São Paulo: Instituto internacional de Educação no Brasil, 2002.

17) FILOSOFIA DA LINGUAGEM (60 H/A)

Ementa

A linguagem como o universo dos signos e lugar da constituição da ideologia. A linguagem como problema filosófico. Discussões sobre sujeito, sociedade e língua, e reflexão sobre as teorias das interações verbais.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 1996.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986

Bibliografia complementar

ECO, Umberto. **Semiótica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Ática, 1991

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**, SP: Martins Fontes, 1981.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa I** - Racionalidad de La acción y racionalización social. Madri: Taurus, 1987.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: EDUSP, 1994.

18) PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM (60 H/A)

Ementa

Estudo da cartografia contemporânea do desenvolvimento integral da criança e adolescência. Concepções epistemológicas de base para as teorias psicológicas: o inatismo, o empirismo e o interacionismo. Relação teoria e prática relativa à aprendizagem sob a ótica construtivista e sóciointeracionista por meio dos fundamentos da teoria de Jean Piaget, Vygotsky e Wallon.

Bibliografia Básica:

ÁRIES, P. **História Social da Criança e da família**. RJ: Guanabara, 1998. CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem**. 27 ed., RJ: Vozes, 1998.

_____. **Psicologia e desenvolvimento humano**. RJ: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky, aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

LA TAILLE, Yves de et al. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo, Summus, 1992.

Bibliografia complementar:

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. e PALHARES, Marina Silveira. (Orgs.). **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 2 ed., SP: Autores Associados, 2000.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 8 ed., RJ: Vozes, 2000.

MATUI, Jiron. **Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino**. SP: Moderna, 1995.

OLIVEIRA, Zilma M. (Org.). **Educação infantil: muitos olhares**, SP: Cortez, 1994.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 10 ed; RJ: Vozes, 2000.

19) SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR III (30H/A)

Ementa

Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo e dos cursos envolvidos no diálogo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade da temática abordada.

CICLO II - EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DO CICLO II

1) LITERATURA DRAMÁTICA I (30H/A)

Ementa

O fazer poético e a questão dos gêneros, sua gênese e posterior hibridização. Análise histórica e de textos representativos da literatura dramática universal, da estrutura da obra dramática e da composição de textos. Relação literatura-teatro. Crítica e instrumentalização para a leitura e a análise de textos.

Bibliografia Básica:

MAGALDI, Sábato. **O texto no teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

NUÑEZ, Carlinda Fragale Pate et al. **O teatro através da história – O Teatro Ocidental**. (Volume 1). Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.

ROUBINE, Jean-Jacques. **Introdução às grandes teorias do teatro**. (Tradução, André Telles). Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, Junito de Souza. **Teatro Grego: Origem e Evolução**. S. Paulo: Ars Poética, 1992.

GASSNER, John. **Mestres do teatro I**. (Tradução, Alberto Guzik; J. Guinsburg). São Paulo: Perspectiva, 1974.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KITTO, H.D.F. **A tragédia grega – Estudo literário**. (volumes I e II) Coimbra: Armênio Amado, 1972

NUÑEZ, Carlinda Fragale Pate e PEREIRA, Victor Hugo Adler. **O Teatro e o Gênero Dramático**. In: JOBIM, José Luis (Org). Introdução aos Termos Literários.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

2. HISTORIA E EVOLUÇÃO DO TEATRO (60H/A)

Ementa

Origens do teatro. O teatro dos povos primitivos. Grécia: a tragédia e comédia, o teatro na época helenística. O teatro medieval. O Teatro do Renascimento: Itália, França, Espanha, Inglaterra e Portugal. O Teatro Clássico e Barroco. O Teatro no século XVIII. Estudo do Teatro enquanto fenômeno histórico: o Século XVIII na Europa – as reações que propiciaram

novas propostas de encenação até as modernas encenações; as tendências contemporâneas. As origens do Teatro Brasileiro. Desenvolvimento da comédia burguesa. O teatro romântico. O realismo. O naturalismo. O teatro no Brasil do século XVIII ao XIX. Teatro brasileiro e vida teatral no século XX e XXI.

Bibliografia Básica:

CARLSON, Marvin, **Teorias do Teatro** - Estudo Histórico-crítico dos gregos à actualidade. São Paulo: UNESP, 1997.

PIGNARRE, Robert, **História do Teatro**. 3ª ed. Trad. Maia Pinto e Maria Manuela de Bragança. Mem Martins: Pub. Europa-América, 1984.

ROUBINE, Jean-Jacques. **A linguagem da encenação teatral**. Apresentação e tradução Yan Michalski. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

Bibliografia Complementar:

BERRETINI, Célia. **O teatro ontem e hoje**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

CACCIAGLIA, Mário. **Pequena história do teatro no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor/Edusp, 1986.

CAFEZEIRO, Edwaldo, GADELHA, Carmen. **História do teatro brasileiro**: de Anchieta à Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUERJ/FUNARTE, 1996.

MOUSSINAC, Léon, **História do Teatro**: Das origens aos nossos dias. Trad. Mário Jacques. Amadora: Livraria Bertrand, 1972.

3. INTERPRETAÇÃO (60H/A)

Ementa

O fenômeno do entendimento humano através das ciências dos espíritos, expressar, representar e interpretar uma obra de arte. A hermenêutica: o proceder interpretativo. A prática teatral como experimento. Jogos teatrais e improvisação como elementos de investigação da cena. O ator e seus instrumentos de expressão: o gesto, a respiração, o olhar, a memória, a relação intrapessoal. Ação física como instrumento e método de construção da cena teatral. Estudo da máscara corporal. O silêncio na cena. Exercícios e experimentos dramáticos.

Bibliografia Básica

GROTOWSKI, Jerzy. **Em busca de um teatro pobre**. Trad. Aldomar Conrado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

STANISLAVSKI, Constantin. **A criação de um papel**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **A construção da personagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Bibliografia Complementar

ASLAN, Odete. **O ator no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BORBA FILHO, H. **Teoria prática do teatro**. São Paulo: Íris, 1960.

BENTLEY, Eric. **O dramaturgo como pensador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CARLSON, M. **Teorias do Teatro**. São Paulo: Unesp, 1997.

4. LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (60H/A)

Ementa

Introdução aos aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Apresentar o ouvinte à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). Ampliação de habilidades expressivas e receptivas em LIBRAS. Conhecimento da vivência comunicativa e aspectos sócio-educacionais do indivíduo surdo.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Lourdes. **Língua de Sinais e Aquisição da Linguagem**. In: **Fonoaudiologia: no sentido da linguagem**. São Paulo: Cortez, 1994.

APOVILLA, F.C., RAPHAEL, W. D. (no prelo h). **Sinais da LIBRAS e o universo da Educação**. In: F. C. Capovilla (Org.). **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo do Surdo em LIBRAS**. (Vol. 1, de 19 volumes, 340 pp.). São Paulo, SP: Edusp, Vitae, Brasil Telecom, Feneis.

PERLIN, G. **Identidades Surdas**. In: SKLIAR, C. (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua Brasileira de Sinais: Estudos Lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma e Identidade Social**. In:_____. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOLDFELD, Márcia. **A Criança Surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

LACERDA, Cristina B. Feitosa de. **A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos**. Cadernos Cedes, ano XX, n. 50, abr. 2000.

5. FUNDAMENTOS DA LINGUAGEM TEATRAL (60H/A)

Ementa

A análise textual da representação. A estrutura textual da representação. A pragmática da análise do texto espetacular. O texto e a representação. Enunciação, intertextualidade e recepção. Encenação virtual e real. Princípios da semiótica e da semiologia teatral. Signo, significado e recepção. Texto dramático e encenação. Texto da representação, texto cultural e práticas intertextuais. Estudos das propriedades específicas da cena, seus sistemas significantes e sua organização no fenômeno teatral. Noções básicas sobre os diversos sistemas geradores de signos teatrais, focando a estrutura do espetáculo e suas relações com a cena em processo. Mapeamento dos componentes da linguagem cênica, da ação, da visualidade, da sonoridade e dos efeitos teatrais.

Bibliografia Básica:

FERRARA, Lucrécia D'aléssio. **A Estratégia dos Signos**. Ed. Perspectiva, 1986

PAVIS, Patrice. **A Análise dos Espetáculos** – São Paulo, Perspectiva,, 2003.

PLAZA, JULIO. **Tradução Intersemiótica**. Perspectiva, 1987.

ROUBINE, Jean Jacques. **A Linguagem da Encenação Teatral**. São Paulo: Zahar Editores, 1998.

Bibliografia Complementar:

DURAND, Gilbert. **A imaginação Simbólica**. Ed Cultrix, 1993

FERNANDES, Sílvia. (1996). **Memória e Invenção: Gerald Thomas em Cena**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.

CARLSON, Marvin. **Teorias do Teatro**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

COHEN, Renato.(1998). **Work in Progress na Cena Contemporânea**. São Paulo: Ed. Perspectiva.

RÖHL , Ruth – **O Teatro de Heiner Muller**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

6. DIDÁTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES (60H/A)

Ementa

Estudo da função social da escola, a história e historicidade da profissão docente focando: relação teoria-prática na didática crítica, conteúdo-forma, interação professor-aluno, planejamento da ação didática, desenvolvimento dos conteúdos e concepções pedagógicas: a) liberal (tradicional, renovada-progressista, renovada não-diretiva, tecnicista), b) progressista (libertadora, libertária, crítico-social dos conteúdos). Compreensão da aula como forma de organização do ensino, enfocando a escola, o currículo e o plano de curso, plano de disciplina, plano de aula, as características gerais da aula, a estruturação didática da aula, tipos de aula, assim como os procedimentos de ensino-aprendizagem individualizantes, socializantes e sócio-individualizantes com base nos conceitos de transposição didática, contrato didático, situações didáticas e as relações com o saber.

Bibliografia Básica

CASTRO, Amélia Domingues de. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. (Orgs.). **Ensinar a ensinar**: didática para a escola fundamental e média. SP: Pioneira, 2001.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. São Paulo, SP: Ática, 1999.

LIBÂNEO. J. C. **Didática**. 12ª reimpressão, SP: Cortez, 1994.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 10 ed., SP: Papirus, 2000.

_____. **Didática**: o ensino e suas relações. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

Bibliografia Complementar

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 4 ed., GO: Alternativa, 2001.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? como planejar?**: currículo, área, aula. 3 ed., Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. (Coord.). **Pedagogia**: ciência da educação? São Paulo, SP: Cortez, 1996.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-

pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo, Libertad, 2002.

_____. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização. 10 ed., São Paulo, Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro & FONSECA, Marília. (Orgs). **As dimensões do projeto político-pedagógico:** novos desafios para a escola. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. ARAUJO, José Carlos Souza. KAPUZINIAK, Célia. (Orgs). **Docência:** uma construção ético-profissional. Campinas, São Paulo: Papirus, 2005.

7 - SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR IV

Ementa

Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo e dos cursos envolvidos no diálogo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade da temática abordada.

8- CORPO, EXPRESSÃO E CRIATIVIDADE (60 H/A)

Ementa

Estudo das possibilidades corporais e vocais na construção cênica, aplicado à Educação. Desenvolver o conceito de corpo como uma unidade psicofísica. Dar noção de eixo e da integração das partes do corpo em relação a esse eixo. Trabalhar equilíbrio, fluência e flexibilidade. Estimular, através da improvisação e da criatividade, a incorporação destes conceitos às técnicas de dança e teatro. Integração grupal, recuperação e desenvolvimento da espontaneidade, do sentido de humor e do ludismo.

Bibliografia Básica:

VEIGA NETO, A. **Linguagens, espaços e tempo no ensinar e aprender.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DANTAS, M. **Dança:** o enigma do movimento. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999.

REVERBEL, Olga. **Jogos teatrais na escola.** São Paulo: Scipione, 1989

Bibliografia Complementar:

JAPIASSU, Ricardo. **Metodologia do ensino de teatro.** Campinas, SP: Papirus, 2001.

KOUDELA, Ingrid. **Jogos teatrais.** São Paulo: Perspectiva, 1992.

LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento.** São Paulo: Summus, 1978.

LEENHARDT, Pierre. **A criança e a expressão dramática**. Lisboa: Estampa, 1974.

SPOLIN, Viola. **O jogo teatral no livro do diretor**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

SPOLIN, Viola. **O fichário de Viola Spolin**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

STOKOE, Patrícia, e HARF, Ruth. **Expressão corporal na pré-escola**. São Paulo: Summus, 1987.

9 – LITERATURA DRAMÁTICA II (60H/A)

Ementa

O Teatro no Brasil. Origens cristãs do teatro no Brasil. A vertente pagã. Escola romântica X realista. O naturalismo. As vanguardas. Contemporaneidade. A abordagem histórica e tendências contemporâneas. Estudo do texto dramático, identificando filiação estética, estilos e convenções ao lado da reflexão sobre a visão de mundo do autor e os caminhos da renovação da dramaturgia moderna e contemporânea. Crítica e instrumentalização para leitura e análise de textos.

Bibliografia Básica:

CAFEZEIRO, E. & GADENHA, C. **História do teatro brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ-FUNARTE, 1996.

FARIA, João R. **O teatro na estante**. São Paulo: Ateliê, 1998.

MAGALDI, Sábato. **Iniciação ao teatro**. São Paulo: Edusp, 1965.

PICCHIO, Luciana S. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

Bibliografia Complementar :

MAGALDI, Sábato: **Iniciação ao Teatro**. São Paulo, Ed. Àtica, 1986.

MOUSSINAC, León: **História do Teatro: Das origens aos nossos dias**. São Paulo, Livraria Bertrand, s/d.

REDONDO, Júnior: **O Teatro e sua Estética**. Lisboa, Ed. Arcádia, s/data.

ROUBINE, Jean Jacques: **A linguagem da Encenação Teatral 1880/1980**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

10 – CENOGRAFIA (30H/A)

Ementa

Noções históricas. Cenografia e arquitetura. Cenografia e iluminação. Cenografia e formas da natureza. Cenografia e obra. Funções e relações da cenografia no espetáculo teatral. Exercícios entre o ator e o espaço cenográfico. Desenvolvimento do raciocínio tridimensional. A função do cenógrafo: o uso do palco relacionado com os atores. Tipos de espaços (grande/pequeno/horizontal/vertical/diagonal/plano). Possibilidade de aumentar ou limitar o movimento dos atores. Cenografia na escola e na comunidade. Cenografia e recursos financeiros.

Bibliografia Básica:

MONTOVANI, Ana: **“Cenografia”**. Série **princípios**; Editora Ática, São Paulo, 1989.

SERRONI, J. C. **Uma experiência cenográfica**. SESC/S.P.. XX Bienal Internacional de São Paulo, 1996.

ARNHEIN, Rudolf: **Arte e percepção visual**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1988.

Bibliografia Complementar:

COELHO NETO, J. Teixeira. : **Em Cena, O Sentido: Semiologia do Teatro**. São Paulo, Ed. Duas Cidades, 1980.

FARINA, Modesto: **Psicodinâmica das Cores em Comunicação**. São Paulo, Ed. Edgar Blecher Ltda, 1987.

GOES, Frederico e Lauro: **A Evolução de Espaço Cênico**. Rio de Janeiro, Revista Tempo Brasileiro, 1983

GROMBRICH, E.H. **História da Arte**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

HOCHBERG, Julian E. **Percepção**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1973.

STANGOS, Nikos. **Conceitos da Arte Moderna**. Zahar Editor, R.J., 1993.

11 – JOGOS TEATRAIS (30H/A)

Ementa

Os jogos dramáticos e teatrais. O espaço cênico. O improviso, Improvisação livre e orientada. Imaginação e fantasia. Objetos intermediários: estímulos plásticos, verbais e sonoros. Jogo. Relação ambiente, personagem, ação dramática. Foco. Prontidão para respostas. Criação de cenas. Criação de personagens. Raciocínio cênico e exercícios

Bibliografia Básica:

KOUDELA, I.D. **Jogos Teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 1998

REVERBEL, O. **Teatro na Sala de Aula**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

BOAL, A. **200 exercícios e jogos para o ator e o não ator com vontade de dizer algo através do teatro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Bibliografia Complementar:

COELHO, P. **O teatro na educação**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

COURTNEY, R. **Jogo, teatro e pensamento**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

JAPIASSU, R. **Metodologia do ensino de teatro**. Campinas: Papirus, 2001.

KOUDELA, I.D. **Texto e Jogo**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BARBA, Eugênio e SAVARESE, Nicola. **A arte secreta do ator**. Campinas: Hucitec, 1995.

12 – EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS (60H/A)

Ementa

Contemporaneidade e presentividade: ciberespaço; cibercultura; tecnologias intelectuais; aprendizagem colaborativa em rede; inclusão digital; as tecnologias de informação e comunicação e suas possibilidades nas novas relações com o saber e as mutações na educação presencial, ensino online, educação à distância, *e-learning*, a partir das políticas de incorporação das tecnologias na escola. Tecnologias e suas implicações na educação; gestão da comunicação e das mídias no ambiente escolar.

Bibliografia Básica

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. SP: Papirus, 2007.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. SP: Edições Loyola, 1998.

_____. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

RAMAL, Andrea Cecilia. **Educação na cibercultura**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

Bibliografia Complementar:

ALAVA, Séraphin. **Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. RJ: Jorge Zahar, 2001.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. XAVIER, Antônio Carlos. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 2 ed., Rio de Janeiro, RJ: Editora Lucerna, 2005.
- RUDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura: perspectivas do pensamento tecnológico contemporâneo**. RS: Sulina, 2003.
- SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço**. SP: Paulus, 2004.
- _____. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. SP: Paulus, 2007.
- SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro, RJ: Quarter, 2000.
- TAPSCOTT, Don. **Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da geração net**. São Paulo, SP: Makron Books, 1999.

13 – TÉCNICAS DE TEATRO E DANÇA NA EDUCAÇÃO (60H/A)

Ementa

As Artes Cênicas como forma de comunicação: teatro, dança, ópera, circo. O teatro na escola. Estudos técnicos fundamentais da arte de representar: o treinamento do ator e seus personagens, por meio de técnicas que o conduzem à sondagem contínua de sua experiência subjetiva. Os novos sistemas de interpretação, interligando o envolvimento emocional e o distanciamento das emoções. A dança na escola. Técnicas básicas de dança. Características coreográficas e estilos. Composição coreográfica. Tendências atuais na dança. O teatro e a dança na educação.

Bibliografia Básica

- MAY, Rollo. **A coragem de criar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SHILDER, Paul. **A imagem do corpo**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FELDENKRAIS, Mosche. **Vida e Movimento**. São Paulo: Summus, 1988.

Bibliografia Complementar

- FELDENKRAIS, Mosche. **O poder da Autotransformação**. São Paulo: Summus, 1994.
- PIKLER, Emmi. **Mover-se em Liberdade**. Desarrollo de la motricidade global. Madrid:

Narcea, S.A. de Ediciones, 1985.

PONTY-MAURICE, Merleau. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LABAN, Rudolf. **Domínio do Movimento**. São Paulo: Summus, 1978.

14 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (90H/A)

Ementa

Pesquisa de campo em diversas situações de ensino de Teatro. Mapeamento de possibilidades, reconhecimentos de territórios; de multiplicidade; diferentes construções de projetos pedagógicos (Ensino formal municipal e estadual, projetos com Educação de Jovens e Adultos, escolas particulares, Fundações, etc.). Entender a diversidade das situações de ensino e o espaço da arte. Elaboração descritiva e analítica de um relatório de campo.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Referenciais para formação de professores**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte** / Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FAZENDA, I. et al. (orgs.) **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

PARSONS, Michael J. **Compreender a arte: Uma abordagem à experiência estética do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo**. Tradução de Ana Luísa Faria. Lisboa: Presença, 1992.

Bibliografia Complementar

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANS, Paulo de Tarso Cheida. **A criança e o artista**. São Paulo: Papirus, 1995.

15 – IMPROVISACÃO (30H/A)

Ementa

A improvisação. O espaço cênico. Improvisação livre e orientada. Imaginação e fantasia. Objetos intermediários: estímulos plásticos, verbais e sonoros. Jogo. Relação ambiente, personagem, ação dramática. Foco. Prontidão para respostas. Criação de cenas. Criação de personagens. Diferentes possibilidades de estímulos (visuais, sonoros, pictóricos, notícias de jornal). Raciocínio cênico.

Bibliografia Básica:

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
SPOLIN, Viola. **Improvisação para teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

Bibliografia Complementar:

BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
CHÂTEAU, Jean. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.
COURTNEY, Richard. **Jogo, teatro e pensamento**. São Paulo: Perspectiva, 1980.
KOUDELA, Ingrid. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
FELDENKRAIS, Moshe. **Consciência pelo movimento**. São Paulo: Summus, 1977.

16 – LINGUAGEM MUSICAL (60H/A)

Ementa

A natureza do conhecimento musical. Bases biológicas, psicológicas e sociais do desenvolvimento musical. Teorias da aprendizagem musical.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, Moema Craveiro. **A educação musical e o novo paradigma**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2000.
GORDON, Edwin E. **Teoria de aprendizagem musical**. Competências, conteúdos e padrões. Tradução de Maria de Fátima Albuquerque. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2000.
SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente**. Tradução de Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

Bibliografia Complementar:

HOWARD, Walter. **A música e a criança**. Tradução de Noberto Abreu e Silva neto.

São Paulo: Summus, 1984.

GAINZA, Violeta Hemsy de (editora). **Nuevas perspectivas de la educacion musical.**

Buenos Aires: Guadalupe, 1990.

_____. **Estudos de psicopedagogia musical.** Tradução de Beatriz A. Cannabrava.

São Paulo: Summus, 1988.

SOUZA, Jusamara (org.) **Música, cotidiano e educação.** Porto Alegre: Programa de

Pós-graduação em Música do Instituto de Artes da UFRGS, 2000.

17 – CURRÍCULO, POLITICA E GESTÃO EDUCACIONAL (60H/A)

Ementa

Estudo do currículo contemporâneo nas diversas teorias críticas e pós-críticas. As perspectivas históricas do campo do currículo no Brasil. O currículo, a política e a gestão democrática na legislação educacional brasileira com destaque para a proposta governamental de currículo nacional através de parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental e Médio e demais ações, programas e projetos curriculares implementados nas escolas na educação básica.

Bibliografia Básica

CORAZZA Sandra. **O que quer um currículo.** 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DOLL Jr. William E. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna.** Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

MOREIRA, Antonio Flávio. **Currículo: questões atuais.** 4 ed., Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2 ed., 1ª reimpressão, Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

Bibliografia Complementar

COSTA, Marisa Vorraber. (Org.) **O currículo nos limiares do contemporâneo.** 2. ed. RJ: DP&A, 1999.

MACEDO, Elizabeth F. de. LOPES, Alice Ribeiro Casemiro. **Currículo: debates contemporâneos.** SP: Cortez, 2002.

MOREIRA, Antonio Flávio. **Currículo, cultura e sociedade.** 3 ed., São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Currículo:** políticas e práticas. 2 ed., Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. **Currículos e programas no Brasil.** 4 ed., Campinas, Papirus, 1999.

_____. GARCIA, Regina Leite. **Currículo na contemporaneidade.** SP: Cortez, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da & MOREIRA, Antonio Flávio.(Orgs.).**Territórios contestados:** o currículo e os novos mapas políticos e culturais.Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais:** as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____.**O currículo como fetiche:** a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999.

_____. **Teorias do currículo:** uma introdução crítica. Porto, Portugal: Porto Editora, 2000.

TORRES, S. Turjo. **Globalização e interdisciplinaridade.** O Currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 1998.

18 – METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DE TEATRO I (60H/A)

Ementa

O Teatro e suas interfaces com as expressões artísticas: artes visuais, literatura, música, dança e novas mídias.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Ana Mae (org.) **Inquietações e mudanças no ensino da arte.** São Paulo, Cortez, 2002

_____. (org.) **Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____.**Arte – educação: leitura no subsolo.**São Paulo: Cortez, 1999.

HÉRNANDEZ, Fernando.**Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho.**Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000

Bibliografia Complementar

BERGER, John. **Modos de ver.** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FAZENDA, Ivani (org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade.** SP: Cortez, 2002.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação:** os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MARTINS, Maria Helena; ARANHA, Maria L. de Arruda. **Temas de filosofia**. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

19 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (120H/A)

Ementa

Imersão em situações de ensino não-formal. Mapeamento e imersão em experiências de ensino não formal que privilegiem experiências de arte e cultura. Imersão no cotidiano escolar formal (ensino fundamental e médio). Prática pedagógica como prática social: análise de processos pedagógicos e da estruturação do trabalho docente. Observação das relações profissionais na escola-campo. Observação da estrutura da rotina escolar, da construção e viabilização do Projeto Político Pedagógico – PPP e do Projeto de Desenvolvimento Escolar – PDE. Elaboração do projeto em parceria – escola e comunidade – na viabilização e desenvolvimento de materiais e recursos a serem utilizados no projeto. Elaboração de projetos para escola.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Referenciais para formação de professores**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte** / Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. RJ: Ed. DP&A, 2003.

PARSONS, Michael J. **Compreender a arte: Uma abordagem à experiência estética do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo**. Tradução de Ana Luísa Faria. Lisboa: Presença, 1992.

ROSSI, Maria Helena Wagner. **Imagens que falam – leitura da arte na escola**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

Bibliografia Complementar

HOFFMANN, Jussara M. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir, em avaliação**. POA: Mediação, 2005.

MACHADO, Regina. **O violino cigano e outros contos de mulheres sábias**. SP: Companhia

das Letras, 2004.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Arte, infância e formação de professores: Autoria e transgressão**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. **Arte na educação infantil**. Ed: Univille, 2007.

PILLAR, Analice Dutra. **A educação do olhar no ensino das artes**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

20 – SEMINÁRIOS INTERDISCIPLINARES V (30H/A)

Ementa

Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo e dos cursos envolvidos no diálogo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade da temática abordada.

21 – TÉCNICAS DE EXPRESSÃO VOCAL E CANTO (60H/A)

Ementa

Estudo das técnicas básicas da expressão vocal, como respiração, interpretação, percepção musical. Orientação técnica progressiva. Interpretação como ponto de personalização e intuição musical visando à formação do intérprete. Orientação de técnicas respiratórias e percepção. Valorização da criatividade e do repertório da música instrumental brasileira.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, Léslie Piccolotto (org) **Trabalhando a voz**. São Paulo: Summus, 1988.

LEHMANN, Lilli. **Aprenda a cantar**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.

STORTI, Carlos Alberto. **Introdução à regência**. Uberlândia: EDUFU, [s.d.].

Bibliografia Complementar:

MATHIAS, Nelson. **Coral, um canto apaixonante**. Brasília: Musimed, 1986.

COELHO, Helena de Souza Nunes Wohl. **Técnica Vocal para coros**. 4. ed. São Leopoldo (RS): Sinodal, 1999.

ROCHA, Ricardo. **Regência – uma arte complexa**. Rio de Janeiro: Íbis Libris, 2004.

ZANDER, Oscar. **Regência Coral**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1985.

BARBOSA, Joel. **Regência**. Brasília: Musimed, [s.d.].

22 – PERFORMANCE (30H/A)

Ementa

O corpo como objeto e suporte de representação na cultura artística. A performance como linguagem híbrida e suas manifestações cênicas, musicais e visuais. Desenvolvimento de pesquisa e de prática experimental individual apoiada nos estudos da performance contemporânea. As linguagens corporais como recursos-eixo do processo criativo.

Bibliografia Básica:

GREINER, Christine. **O Corpo**. São Paulo: Annablume, 2005.

JEUDY, Henri-Pierre. **O Corpo como objeto de Arte**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PIRES, Beatriz Ferreira. **O corpo como suporte da arte**. São Paulo: Senac, 2005.

Bibliografia Complementar:

ARCHER, Michael. **Arte contemporânea, uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOLDBERG, Roselee. **Performance art**. New York: Harry N. Abrams, 1998.

SANTAELLA, Lucia. **Corpo e comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

23 – METODOLOGIA E PRÁTICA DO ENSINO DE TEATRO II (60H/A)

Ementa

Abordagens atuais do Teatro na Escola: teatro em sala-de-aula, extracurricular, como eixo curricular, como oficinas tópicas de curta duração. Construção, Articulação e Transformação do Texto Dramático e do Texto Teatral na sala de aula, na escola, e na comunidade.

Bibliografia Básica

FERRAZ, MARIA Heloísa; FUSARI, Maria F. de Rezende. **Metodologia do ensino de Arte**. São Paulo: Cortez, 1999.

SHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ZABALA, A. **Prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Bibliografia Complementar

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes e bases para o ensino médio: arte**, Brasília, 1999.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A.I.P. **Compreender e transformar o ensino**. 4ª ed Porto Alegre: Artmed, 2000.

25 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO III (105H/A)

Ementa

Desenvolvimento da Intervenção pedagógica. Aplicação da proposta desenvolvida no estágio II. Desenvolvimento de uma ação concreta que permaneça na escola e/ou nos espaços do estágio mesmo depois do término deste. Avaliação em processo e em parceria das etapas do projeto. Elaboração do relatório final.

Bibliografia Básica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte**/Secretaria de Educação Fundamental. RJ: DP&A, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.) **Didática e formação de professores: percursos e perspectiva no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cortez, 1997

ZABALA, Antoni (org.). **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em sala de aula**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

Bibliografia Complementar

MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice Casimiro (orgs.). **Currículo: debates contemporâneos**. SP: Cortez, 2002.

NÓVOA, António. (Coord.) **Os professores e a sua formação**. Tradução de Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares. Lisboa, 1995.

PAIVA, Edil V. de. (org.) **Pesquisando a formação de professores**. RJ: DP&A, 2003.

26 – PERCEPÇÃO E ARTE NA LINGUAGEM VISUAL (60H/A)

Ementa

Os fundamentos teóricos e práticos para a compreensão da linguagem visual. Conceitos básicos sobre os processos de captação e leitura da imagem pelo homem. Análise e estudo da programação visual na sociedade contemporânea. A evolução das técnicas e dos meios de

produção gráfica. As novas tecnologias e os meios de veiculação da informação.

Bibliografia Básica:

COSTELLA, A. **Para apreciar a arte**: roteiro didático. São Paulo: SENAC, 1997.

DOMINGUES, D. **A arte no século XXI**. A humanização das tecnologias. São Paulo: Unesp, 1997.

DONDIS, D. **Sintaxe da linguagem visual**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Bibliografia Complementar:

ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte**: um paralelo entre arte e ciência. Campinas: Autores Associados, 1998.

BOSI, A. **Reflexões sobre a Arte**. Porto Alegre: UFRGS, ANPAP, São Paulo: Ática, 2000.

KANDINSKY, Wassily. **Ponto e linha sobre plano**. Lisboa. 12ª edição. Edições 70, 1992.

ORTEGA Y GASSET, J. **A desumanização da arte**. São Paulo: Cortez. 1991.

OSTROWER, Fayga. **Universos da arte**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

27 – TEATRO DE RUA E CARNAVALIZAÇÃO (30H/A)

Ementa

Exploração e experimentação do Teatro de Rua, através de práticas cênicas, visando o domínio gradativo dos princípios básicos do Teatro de Rua e da Performance.

Bibliografia Básica:

COHEN, Renato. **Performance Como Linguagem**. Ed. Perspectiva, 1989.

CRUCIANI, Fabrício/ FALLETI, Cleli. **Teatro de Rua**. Ed. HUCITEC, 1999

GLUSBERG, Jorge. **A Arte da Performance**. Ed. Perspectiva, 1987.

Bibliografia Complementar:

BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. Ed. Perspectiva, 2000.

BOAL, Augusto. **Técnicas Latino-Americanas de Teatro Popular**. Editora Hucitec, 1979.

BORNHEIM, Gerd A. **Teatro: A Cena Dividida**. Ed.: L&PM editores., 1983.

CARREIRA, André. **Teatro de Rua Depois dos Anos do Autoritarismo**. Revista cadernos de Classe. – Ed. Universidade de Brasília. N.º 0. 1988.

GARCIA, Silvana. **Teatro de Militância**. Editora Perspectiva, 1990.

MAGALDI, Sábato. **Iniciação ao Teatro**. Ed, Ática, 2000.

29 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV E TCC (90H/A)

Ementa

Elaboração de monografia final de curso com base em projeto anteriormente elaborado, considerando as exigências teórico-metodológicas e relacionado com as respectivas linhas de pesquisa do Curso de Teatro.

Bibliografia Básica

GAUTHIER, C. Por uma teoria da pedagogia, pesquisas contemporâneas **sobre o saber docente**. Ijuí: Unijuí, 1998.

SHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ZABALA, A. **Prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Bibliografia Complementar

FERRAZ, MARIA Heloísa; FUSARI, Maria F. de Rezende. **Metodologia do ensino de Arte**. São Paulo: Cortez, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes e bases para o ensino médio: arte**, Brasília, 1999.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PICOÑEZ, S., (Org), **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. São Paulo: Papirus, 1994.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (Org) **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2002.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A.I.P. **Compreender e transformar o ensino**. 4ª ed Porto Alegre: Artmed, 2000.

30 – SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR VI (30H/A)

Ementa

Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo e dos cursos envolvidos no diálogo, estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade da temática abordada.

31 – FOLCLORE BRASILEIRO (60H/A)

Ementa

Contexto histórico-social da arte popular brasileira. Artesanato, teatro e música popular. Teorias e métodos de pesquisa empírica na cultura popular. Culturas que contribuíram para a formação do folclore brasileiro. Literatura folclórica: prosa e poesia. Religião, rodas, danças e músicas folclóricas, folguedos e festas populares do estado e região norte.

Bibliografia básica:

BRANDÃO, C. R. **O que é folclore**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984

CASCUDO, L.C. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1972.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Bibliografia Complementar:

BURKE, P. **Cultura popular na idade moderna: 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LOPES, N. **O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical**. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

NASCIMENTO, A. E.; BULHÕES NETTO, P. J.; BULHÕES, S. F. **Vamos indo na ciranda – Mestre Chiquinho de Tarituba de bailes e histórias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

VILHENA, L. R. **Projeto e Missão – o movimento folclórico Brasileiro (1948 a 1964)**. Rio de Janeiro. Editora: Funarte; Fundação Getúlio Vargas, 1997.

32. IDENTIDADE E NARRATIVA ORAL (30H/A)

Ementa

História oral na escola. O ensino baseado em fontes históricas alternativas. Oralidade, memória, identidade e cultura. Modalidades de história oral: histórias de vida, entrevistas temáticas, biografias e outras. Usos da história oral: análise e destinos dos documentos. Formatos de arquivamento na escola. Identidade e memória de populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas do estado e região norte.

Bibliografia Básica

BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narração**. Petrópolis: Vozes, 1976.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CALDAS, Alberto. **Oralidade, texto e história:** para Ler a história oral. São Paulo: Loyola, 1999.

MEIHY, José C. **Manual de história oral.** 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MONTENEGRO, Antonio torres. **História oral e memória.** São Paulo: contexto, 2001.

Bibliografia Complementar

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

BAKTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento.** São Paulo: Hucitec, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

THOMSON, Alistair. "Aos 50 anos: uma perspectiva internacional da história oral". IN: FERREIRA, M.; FERNANDES, T.; ALBERTI, V. **História oral:** desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2000.

Disciplinas Optativas:

1. A Palavra em Performance
2. A Voz em Performance
3. Análise do Texto Espetacular
4. Antropologia da Dança
5. Arte e Educação
6. Arte e Fotografia
7. Arte e Sociedade
8. Cinema e Literatura Brasileira
9. Direção Teatral
10. Espaços Alternativos: A Cena Pós-Teatral
11. Estudo da Metamorfose das Formas
12. Desastre e Teatro de Risco
13. Direção de Atores no Cinema
14. Dança: ritmos afros e indígenas
15. Estudos Culturais
16. Filosofia e Cinema
17. Leitura Dramática
18. Linguagem Cinematográfica
19. Mito e Filosofia

20. Movimento e Linguagem
21. Música e Sociedade
22. Música Popular brasileira
23. Oficina de Artes Plásticas
24. Oficina de Desenho
25. Oficina de História e evolução da Música
26. Oficina de Técnicas circenses
27. Poéticas Teatrais
28. Ritmo e Música
29. Rito, Jogo e Mito
30. Sociologia da Arte
31. Teatro Contemporâneo
32. Teatro de Animação
33. Teatro de Máscaras
34. Teatro de Sombras
35. Teatro e Cinema
36. Teatro e Crítica Cultural
37. Teatro e Mostras
38. Teatro e Ecologia
39. Teatro Experimental Universitário
40. Teatro Hegemônico
41. Teatro e Subalternidade
42. Teatro e Instalação
43. Teatro na Escola
44. Teatro Nô
45. Teatro e o Devir Animal
46. Teoria da Literatura

4.3.7.10 Laboratórios do Curso de Artes – Teatro

No **Curso de Licenciatura de Teatro, da UFT**, a idéia de laboratório expressa-se, nesse caso, como “espaço de experimentação” e as aulas práticas cumprem esse papel. “Refletir e experimentar”. É isso o que o curso busca instrumentalizar técnica, teórica e didaticamente o profissional em formação para a compreensão das Artes, em interação com

outras áreas do conhecimento, e a inserção delas na sociedade.

O Curso de Teatro busca contemplar a multiplicidade do ponto de vista seja das técnicas do processo criativo, seja da relação entre os elementos componentes da linguagem artística. Os laboratórios foram pensados para comportar 40 alunos no mesmo espaço e com as mesmas atividades práticas, oportunizando ao aluno vivenciar na prática as inúmeras possibilidades da arte, que comporá sua formação voltada para a sala de aula e para a escola pública.

O Laboratório de Artes Cênicas será multifuncional, dividindo o mesmo espaço para a experimentação e técnicas de dança e teatro. Improviso, esquetes, coreografias, instalações.

O Laboratório de Artes Visuais é um espaço de prática e experimentação, igualmente para produção de material didático, figurino, cenário. Também este laboratório atenderá os alunos de Artes Visuais da UAB/UFT, que será ofertado pela UFT.

O Laboratório de Música é um espaço para experimentação e prática musical, com aulas de Técnicas de Expressão vocal e canto; Prática Instrumental e ritmos étnicos; Linguagem e musical. Também para dar suporte às pesquisas acadêmicas da área de música.

A prática das manifestações artísticas, em suas diversas formas de expressão, traduz elementos representativos da sociedade. Possibilita a percepção de si mesmo e do outro, do individual e do coletivo, e gera identidade essencial para a construção da cidadania. Elemento esse essencial na prática cotidiana na comunidade, em sala de aula, na escola como um todo. É a inserção do futuro professor de Teatro na comunidade e na escola, promovendo a crítica, a discussão e o crescimento do indivíduo. Sabe-se que um dos tripés de atuação da UFT concentra-se na extensão. Ela é de extrema importância porque leva conhecimento, informação e cultura ao cidadão. Por isso, a ideia é que os laboratórios abriguem múltiplas atividades de extensão, fora do horário de aula dos discentes. A intenção é oferecer cursos de extensão de teatro, dança, desenho, pintura, escultura, história da arte, música, etc.

Os laboratórios devem estar equipados com a aparelhagem de apoio pedagógico como aparelhos de som, televisores, Linhas telefônicas; Aparelho de fax; Máquinas de xerox; Aparelhos de som; Retroprojektor; Notebook; Data show; Televisores; Aparelhos DVD, além de todo mobiliário.

Os laboratórios de Teatro são:

- 1) **LABORATÓRIO DE ARTES CÊNICAS** (teatro e dança) 100m² no total, com 50m² para dança e 50m² para teatro, para atender 40 alunos no mesmo horário e com a mesma

atividade.

- 2) **LABORATÓRIO DE ARTES VISUAIS** (produção de material didático, figurino, cenário), com 70m² para laboratório atelier, para atender 40 alunos no mesmo horário e com a mesma atividade.
- 3) **LABORATÓRIO DE MÚSICA** (uso teórico-prático), com 100 m², com tratamento acústico, e armários com chave para guardar os instrumentos musicais, 40 carteiras e uma mesa/cadeira para professor. Este laboratório atenderá 40 alunos nas aulas de experimentação e prática musical. Faz-se necessário quadro com pentagrama para o Laboratório de Música, para as aulas de teoria musical e oficinas.

Laboratório I

1. LABORATÓRIO DE ARTES CÊNICAS (TEATRO E DANÇA)

Especificações da obra: Metragem total do laboratório - 100m². Divisão:

1- Para DANÇA, com 50m² em borracha Esponjosa/Piso para Amortecimento de Impacto (piso emborrachado). Barras afixadas nas paredes, paredes espelhadas e aparelho de som completo.

QTDE.	DESCRIÇÃO
01	Esqueleto
01	Trapézio
03	Reformer
01	cadeira Combo
22	Halteres
20	Pares de tornozeleira
11	Theraband
06	Círculos Mágicos
03	Bolas Feijão
04	Bolas Grandes
01	Armário com 60 colchonetes

2- Para TEATRO com 50m2, com piso de madeira e tablado.

Principais equipamentos de apoio ao teatro:

QTDE.	DESCRIÇÃO
02	Araras grandes para figurino
02	Armários de aço duas portas
04	Biombos
04	Cubos grandes
04	Cubos pequenos
01	Kit de iluminação direcionada para apresentação de pequenas peças, esquetes, e improvisos
01	Tablado de madeira
01	Filmadora
01	Câmara fotográfica digital – Bateria da Câmara – Carregador de bateria e cartão de memória
01	Microcomputador Multimídia – Impressora – Scanner
05	Microfones de lapela

Laboratório II

2. LABORATÓRIO DE ARTES VISUAIS.

Especificações: Metragem: 70m2 de laboratório, com divisão de 5m2 para depósito com chave, para guardar máquinas e materiais. Os móveis indispensáveis para o funcionamento do laboratório: bancadas, pia (tanque), e armários.

Principais equipamentos de apoio: bancadas grandes em granito, guilhotina, pia, armários para guardar (gravura; desenho; artes plásticas), os materiais e um depósito, e segue a lista de materiais específicos para cada oficina.

1- OFICINA DE ESCULTURA (Cerâmica)

Equipamentos necessários

01	Forno elétrico
----	----------------

05	Tornos de mesa manual
02	Tornos elétricos
01	Balança analítica
01	Forno a gás (Raku)
01	Compressor de ar com duas pistolas
01	Máquina extrusora
01	Maromba

Laboratório III

3. LABORATÓRIO DE MÚSICA (uso teórico-prático)

Metragem: 100m2 para as aulas teórico-práticas de música, com isolamento acústico.

Equipamentos necessários:

05	Armários grandes
02	02 caixas acústicas
01	01 mesa de som, com 8 canais, 01 potencia
01	Notebook com sistema Operacional Mac OSX v 10.5 Leopard, Intel Core Duo de 2,5 GHz, 4 GB de memória, HD de 250 GB,
01	data-show
01	Tela de projeção
05	microfones SM 58 sem fio (Shure)
01	Violino
02	Violas caipiras
01	Violoncelo
01	Contrabaixo
05	Violões
02	Guitarras Elétricas
05	Flautas Transversais
05	Flautas doces
01	Oboé
02	Clarinetes
01	Saxofone soprano

01	Saxofone alto
01	Saxofone tenor
01	Saxofone barítono
01	Trompetes
01	Tuba
02	Teclados eletrônicos
01	Piano de cauda (ou de armário)
01	Teclado Alesis (sintetizador)
01	Marimba
01	Vibrafone
01	Xilofone
01	TAM TAM (36 20)
01	trio de Prato de choque (sabian)
02	Bomgô
02	Triângulos
02	Trio de Tubadora
02	Tambores diversos
01	Caixa
02	Pandeiros

4.3. 8 Interface pesquisa e extensão

O Curso de Teatro assume as orientações institucionais, estabelecidas à luz da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, presentes nos documento emanados pelos órgãos superiores da UFT, em especial Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico Institucional (PPI) e documento de referência REUNI APROVADO.

No currículo do curso as atividades de pesquisa perpassam todos os componentes curriculares, sendo a produção textual, incluindo artigos científicos, obrigatória em algumas disciplinas, como nos seminários interdisciplinares, no estágio supervisionado IV quando se produz o TCC.

Juntamente com o curso de Filosofia, o curso de Teatro está criando e implantando um Núcleo de Pesquisa em **Cultura, Filosofia e Linguagens**, que visa fomentar o

desenvolvimento de pesquisa que dará suporte a pesquisa e criação de cursos de pós-graduação.

Em consonância com o PPI, o curso adota como área prioritária de pesquisa a Educação, nas seguintes linhas de pesquisa: a) Cultura, educação e sociedade; b) Ética, cidadania e ensino de Teatro; e c) Cultura e saberes no contexto da Amazônia;

O curso de Teatro cria condições de integração da comunidade universitária com a sociedade em geral ao proporcionar o acesso desta ao conhecimento filosófico transmitido e construído na universidade.

As atividades de extensão se apresentam, no Curso, como momento de privilegiado de inserção na comunidade e, num movimento de mão dupla, de participação da comunidade externa na vida acadêmica. Essas atividades são norteadas pela política de extensão e cultura propostas no PPI da UFT, que é baseada nos valores do compromisso social, do respeito à diversidade e da Arte e cultura.

Dentre as áreas de extensão do PPI, o Curso elege, preferencialmente, para atuar em: Direitos Humanos e Justiça, Educação e Meio Ambiente, sobretudo com engajamento em programas de promoção da cidadania.

Assim, na extensão, o Curso busca atingir suas finalidades precípuas de promover a cidadania plena, a formação de um *ethos* com nova atitude estética, ética e política, além de somar forças na luta contra a desigualdade social, contra o preconceito diante das diferenças de ordem étnica e de gênero, e na luta pela implantação da justiça social e ambiental.

4.3. 9 Interface com programas de fortalecimento do ensino

Para atingir seus objetivos principais, o Curso fomenta o envolvimento dos professores e dos alunos nos programas de aperfeiçoamento discente institucionalizados na UFT, como Programa Institucional de Monitoria/PIM (Resolução CONSEPE, n° 16/2008), Programa Institucional de Monitoria Indígena/PIMI (Resolução CONSEPE, n° 20/2007), PET, PIBID, Prodocência e Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil/MA (Resolução CONSEPE, n° 19/2007).

Nesses programas o curso de Licenciatura em Teatro visa ampliar o leque de atividades de caráter didático-pedagógicas desenvolvidas pelos alunos monitores sob orientação dos professores tutores. Ademais, a visão articulada entre a iniciação à pesquisa, a preparação para a docência e o diálogo com a comunidade é uma meta a ser buscada por

professores-tutores e alunos-monitores em cada programa, respeitando a especificidade de cada um destes.

Assim, os programas de aperfeiçoamento discentes são vistos como um *locus* privilegiado para formar profissionais e cidadãos com experiência de vivência acadêmica e social em toda a sua abrangência, possibilitando o convívio e o trabalho coletivo para superar deficiências de aprendizagem, de adaptação (PIM e PIMI) e possibilitando a melhoria da própria formação nos ambientes da universidade (PET) e da escola (PIBID e Prodocência), e de outras IES (MA)

4.3.10 Interface com as Atividades Complementares

As atividades complementares compõem o currículo flexível do curso de Licenciatura em Teatro. As atividades complementares do curso seguirão as diretrizes estabelecidas na Resolução CONSEPE n° 009/2005, que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão que são validadas na UFT.

4.3.11 Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

PLANO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Introdução e diagnóstico

O curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* de Palmas, tem duração mínima de oito semestres com turmas de aproximadamente 80 alunos, no primeiro ciclo, e 40 alunos, no segundo ciclo. Ao final do curso, obtém o título de Licenciado em Teatro.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n°9394 de 1996, remete aos sistemas de ensino a atribuição de estabelecer normas para a realização dos estágios, parte fundamental da formação do graduando em Licenciatura. Baseados nas premissas dessa lei, do Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 09/2001 e das resoluções CNE/CP 01/2002 e 02/2002, consideramos que a concretização da qualidade da formação docente deve primar pela articulação entre teoria e prática.

De acordo ainda com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), pensamos que o currículo da Licenciatura permite uma adequada distribuição das disciplinas de cunho pedagógico — fundamentos essencialmente teóricos — e das disciplinas de cunho teórico-prático — estágios supervisionados.

As disciplinas de cunho pedagógico permitem ao futuro professor a inserção nas discussões históricas e atuais sobre a escolarização e possibilitam um embasamento teórico sobre diferentes concepções do processo educacional como um todo. Tal embasamento é fundamental para as discussões metodológicas e aplicadas ao ensino de Teatro que se desenvolvem nos estágios supervisionados.

Conforme orientações já citadas e utilizadas como fio condutor para elaboração do PPC da Licenciatura, acrescentamos a resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFT (CONSEPE) n°03/2005, que normatiza a organização e o funcionamento do estágio curricular obrigatório nos cursos de Licenciatura. Segundo esta, em seu artigo 3° é considerado estágio curricular “um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas à área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional”. Este, de acordo com o artigo 4°, tem como objetivo, “oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, e do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário”.

Nesse sentido, a prática de ensino e o estágio supervisionado se constituem em momentos articuladores entre estudos teóricos (disciplinas pedagógicas e disciplinas de TEATRO específicas) e a docência vivenciada no contexto escolar eliminando a dicotomia existente no processo de construção do conhecimento. Decorre disso que o curso de Licenciatura em Teatro objetiva a preparação de professores, possibilitando-lhes uma formação teórico-prática centrada na competência técnica, científica, política e pedagógica. Instrumentalizando-os de competências e habilidades que contribuem para a análise e a problematização constante de sua ação pedagógica na educação básica. Nesse sentido, procuramos a formação de um docente capaz de realizar uma constante reformulação de sua prática pedagógica.

O desenvolvimento dos estágios supervisionados oportuniza aos estagiários confrontar os conhecimentos adquiridos em sua formação com situações de trabalho e com a prática pedagógica de professores das escolas, estimulando o hábito de observar, questionar e relacionar a teoria com a prática no cotidiano educativo escolar. Dessa forma, constitui-se como um trabalho interdisciplinar, articulando as disciplinas do curso e da escola, e como um trabalho interpessoal, relacionando-se com diferentes atores da ação pedagógica — professores, supervisores, tutores, monitores, alunos.

Considerando a constante análise do que é vivenciado em suas experiências didáticas, os estágios supervisionados podem assumir um caráter de pesquisa das condições e práticas

da profissão. A pesquisa decorre da observação, problematização, análise e discussão do que acontece dentro da instituição escolar enquanto local considerado fundamental para a formação do cidadão. Assim, o estagiário assume um papel reflexivo sobre sua prática docente, procurando sempre a melhoria de seu trabalho.

Em relação a sua graduação, destacamos como ponto final do período de formação docente, o desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pelo aluno na disciplina de estágio IV. Este TCC está atrelado aos estágios I, II e III e se constitui em uma retomada de todos seus estudos na Universidade e vivências nas escolas em torno de um tema. O trabalho final ainda é apresentado para a comunidade universitária a fim de divulgar os resultados e estimular a discussão docente.

Objetivo geral:

Possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e artísticos à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Teatro .

Objetivos específicos:

- Proporcionar discussões sobre o aprendizado nas disciplinas pedagógicas e artísticas do curso;
- Possibilitar a realização de observações no cotidiano das escolas-campo, para conhecer e analisar a realidade em que se dará a prática docente;
- Auxiliar no planejamento de aulas de acordo com a realidade escolar observada;
- Orientar a pesquisa de metodologias para o ensino de Teatro;
- Permitir o desenvolvimento da regência em sala de aula, considerando planos de aula, a realidade observada e o plano político pedagógico da escola;
- Favorecer a problematização do vivenciado no estágio com o estudo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática docente;
- Habilitar o acadêmico a relacionar teoria e prática, problematizando e analisando-as na elaboração de um trabalho final e no desenvolvimento de campo teórico-investigativo da docência.

Metodologias

De acordo com o PPC do curso, as disciplinas de cunho pedagógico desenvolvem-se do primeiro ao sétimo semestre e compreendem as disciplinas de Sociedade, Cultura e História da Educação, Filosofia da Educação, Psicologia da Aprendizagem, Didática e Formação de Professores, Educação e Tecnologias Contemporâneas, Currículo, Política e Gestão Educacional, Metodologia e Fundamentos do Ensino, Metodologia e Fundamentos do Ensino, conforme a tabela abaixo.

PER	COMPONENTES CURRICULARES	CRED	CHT	CHP
1	Sociedade Cultura e História da Educação	04	60	
2	Filosofia da Educação	04	60	
3	Psicologia da Aprendizagem	04	60	
4	Didática e Formação de Professores	04	60	
5	Educação e Tecnologias Contemporâneas	04	60	
6	Currículo, Política e Gestão Educacional	04	60	
7	Metodologia e Prática do Ensino do Teatro I	04	60	
8	Metodologia e Prática do Ensino do Teatro II	04	60	

As disciplinas listadas totalizam 480 horas. O desenvolvimento metodológico dessas disciplinas é competência de um professor específico da área, tendo sempre que possível articulação com a realidade escolar e o ensino de Teatro.

O estágio supervisionado do curso de TEATRO/UFT se divide em quatro disciplinas, realizadas cada uma em um semestre, as quais apresentam objetivos próprios. No entanto, alguns procedimentos devem ser observados em todos semestres como os listados abaixo:

- ao se apresentar à escola pretendida, o estagiário deve levar a carta de apresentação à direção da escola, pedindo autorização para a realização de seu estágio. Essa deve ser comprovada para o professor da disciplina com assinatura e carimbo da direção da escola (Anexo 1);
- num segundo momento, o estagiário define, com o professor da disciplina Artes ensino Fundamental e do Ensino Médio, seu horário e turno de estágio, o período de duração, a turma e o conteúdo a ser desenvolvido. Tais informações devem ser preenchidas na ficha em anexo (2);

Cada disciplina é composta de uma carga horária denominada teórica, desenvolvida na Universidade, e uma carga horária denominada prática, desenvolvida junto à escola-campo. De acordo com o período em que se encontra, o estagiário realizará observações, entrevistas, oficinas, palestras, regências de aulas, entre outras atividades, descritas na tabela abaixo.

UNIVERSIDADE		ESCOLA-CAMPO
Estágio I: contexto escolar / Instrumentação para	45h: participação em discussões e atividades em sala de aula, seminários sobre temas observados, planejamentos,	45: observações em escola e aulas; entrevistas; análise de PPP da escola.

o ensino de Teatro (5º semestre – 90horas)	busca de materiais, elaboração de trabalho final.	
Estágio II: Docência no Ensino Fundamental (6º semestre – 120horas)	45h: planejamento de regência, regência no Ensino Fundamental, participação em discussões, busca de materiais alternativos para ensino de Teatro, auto- análise crítica, elaboração de trabalho final.	75h: observações e regência em turmas do ensino fundamental.
Estágio III: (7º semestre – 105horas)	30h: planejamento de regência, regência no ensino fundamental, participação em discussões, busca de materiais alternativos para ensino de Teatro, auto- análise crítica, elaboração de trabalho final.	75h: observações e regência em turmas do ensino fundamental.
Estágio IV: Docência no Ensino Médio (8º semestre – 90horas)	30h: elaboração de TCC	60h

Avaliação

I- Disciplinas pedagógicas:

Avaliação dessas disciplinas, assim como dito em relação à metodologia utilizada, cabe a cada um dos professores da área responsáveis pelas mesmas, visando sempre à formação docente como um todo.

II- Estágios I, II e III:

A avaliação do estagiário cabe ao professor da disciplina de Estágio da UFT, considerando critérios específicos apresentados ao estagiário no início do semestre. Salientamos que a frequência é fundamental de acordo com a resolução do CONSEPE 03/2005, na qual consta frequência mínima de 75% nas aulas realizadas na Universidade e 100% nas atividades realizadas na escola campo.

Sendo o professor da disciplina da UFT o principal responsável pela avaliação do estagiário, esta deve ser contínua durante o semestre, considerando o empenho do estagiário nas atividades realizadas tanto na Universidade — debates, escrita e análise de textos, planejamentos entre outras — quanto na escola-campo — oficinas, observações, regências. Além desse acompanhamento, o estagiário será avaliado através de um texto final do trabalho feito no semestre na forma de relatório.

Nos Estágios II e III, que requerem envolvimento com alunos e turmas da escola, a realização de oficinas, palestras, regências em sala, os futuros docentes serão avaliados também pela observação *in loco* do professor da disciplina.

Mesmo sem intencional sobrecarregar o professor da escola-campo que acolherá o estagiário em suas turmas, acreditamos que sua avaliação do trabalho do estagiário é relevante. Para tanto, o professor utiliza a ficha em anexo (3).

III- Estágio IV: TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)

O TCC deve ser escrito, preferencialmente, na forma de trabalho monográfico. Como material de análise, o TCC versará sobre algum ponto relevante na vivência educacional dos três semestres em que o futuro docente realizou seu estágio na escola-campo. Dessa forma, o aluno concluinte, futuro professor de Teatro deverá relacionar toda sua prática no curso e na escola, transformando o TCC numa monografia. TCCs na forma de artigo também podem ser realizados.

Os formulários e documentos a serem utilizados pelos estudantes, assim como pela Central de Estágios, encontram-se no sítio da UFT, www.uft.edu.br - estágios.

PLANO DE TRABALHO: SUPERVISÃO DO ESTÁGIO DE ARTES - TEATRO EM ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NUMA PARCERIA ESCOLA/UFT

Uma das etapas mais cruciais na vida acadêmica do/a graduando/a de licenciatura em Teatro é seu estágio docente, cuja disciplina — Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental e Médio — é realizada ao final do curso, quando o/a aluno/a já concretizou praticamente todos os componentes curriculares de cunho científico e pedagógico.

Nesse estágio, é necessária a disponibilidade de escolas-campo, estaduais ou privadas, nas quais os/as alunos/as possam desenvolver suas práticas. Pensando nisso, venho por meio deste plano de trabalho apresentar os objetivos, propostas e atividades desenvolvidas nessa disciplina para que a direção e/ou supervisão possam estar informados de seus direitos para com o/a estagiário/a e permitir o trabalho deste/a em seu estabelecimento de ensino.

DIREITOS E DEVERES DAS PARTES ENVOLVIDAS:

Cabe a escola-campo, *durante o período de estágio docente*, permitir o uso dos espaços disponíveis na escola, como salas de aula, biblioteca, laboratórios, auditórios entre outros, pelo/a estagiário/a em Teatro como melhor convier a este/a, bem como o uso de recursos audiovisuais que porventura a escola disponha. Por outro lado, fica reservado à direção/supervisão da escola tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da escola, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade com a(s) turma(s) em que estagia ou com o/a professor/a titular de Artes da mesma. Ocorrendo as últimas atitudes citadas, o professor supervisor da Universidade deve ser informado.

Com o consentimento das escolas, torna-se responsabilidade do/a/ aluno-estagiário/a, *durante seu período de estágio*, comprometer-se com suas atividades docentes tanto na turma em que estagia, quanto com o/a professor/a responsável da escola e com a direção da mesma, cumprir com as normas escolares, cuidar e zelar pelos locais e recursos didáticos disponibilizados pela escola e avisar qualquer ausência inesperada antecipadamente. É direito do/a aluno/a estagiário/a usufruir toda estrutura que a escola possa proporcionar, bem como relatar à direção qualquer problema interno que venha a ter na(s) turma(s) de estágio em relação ao não cumprimento por parte dos alunos das normas da escola. Também cabe ao/a estagiário/a, informar a direção e supervisão escolar de qualquer projeto ou oficina que venha a oferecer e desenvolver no espaço escolar.

Ao/a professor/a de Artes da turma de estágio cabe, *apenas*, a orientação ao/a estagiário/a de quais conteúdos devem ser desenvolvidos durante o período que o/a mesmo/a assumirá sua turma, qual a participação deste trabalho de estágio na avaliação trimestral da turma, bem como acompanhar suas atividades.

Ao professor supervisor da UFT cabe o acompanhamento e a supervisão do desenvolvimento do estágio docente na presente escola, através de encontros semanais com o/a estagiário/a bem como uma visita à escola e à(s) turma(s), durante o período de estágio, para a realização de observações do trabalho do aluno. Destaco que todo trabalho de planejamento do estágio cabe à professora da UFT e ao/a aluno/a estagiário/a, não acarretando maior envolvimento do professor titular da turma nessa atividade, nem trabalho extra para este.

Por fim, acrescento que a participação dos/as estagiários/as no dia a dia escolar não traz nenhum ônus financeiro para a escola que o/a recebe.

**REGULAMENTO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO DO
CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES - Teatro**

De forma complementar às normativas orientadoras do Estágio Supervisionado da UFT definidas em conformidade com a Lei 11.788/2008, que se encontram disponíveis no endereço www.uft.edu.br, link 'estágios', o presente Regulamento deverá ser observado.

**CAPÍTULO I
Identificação**

Art. 1º - O presente regulamento trata da normatização das atividades de estágio obrigatório e não obrigatório do curso de Licenciatura em Teatro *campus* de Palmas.

§1- os estágios supervisionados obrigatórios são relativos à Prática de Ensino do Curso de Licenciatura em Teatro da UFT/Palmas.

§2- as normatizações ora dispostas apresentam consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Teatro e com a Lei nº 7.888/2008.

**CAPÍTULO II
Dos Objetivos**

Art. 2º- O estágio Supervisionado obrigatório tem como objetivo: possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e artísticos à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Teatro.

Art. 3º- O estágio não-obrigatório objetiva a ampliação da formação profissional do estudante por meio das vivências e experiências próprias da situação profissional em instituições conveniadas com a UFT de acordo com assinatura do termo de compromisso.

DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO:

**CAPÍTULO III
Da Organização**

Art. 4º- O estágio supervisionado obrigatório está organizado em quatro disciplinas denominadas Estágio Supervisionado I; Estágio Supervisionado II; Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV e TCC.

**CAPÍTULO IV
Programação de estágio e duração**

Art. 5º - A duração dos estágios obrigatórios totaliza 405h e compreende um conjunto de ações planejadas por professores vinculados ao Colegiado do Curso, as quais devem ser cumpridas integralmente pelo acadêmico matriculado.

§1º- os estágios I, II e III totalizam 315h, divididas em teóricas e práticas;

§2º- o estágio IV totaliza 90h.

Art. 6º- A programação de cada estágio será de cargo do professor responsável e envolverá o desenvolvimento de estratégias que visem o estabelecimento permanente do ciclo de ação/reflexão/ação ao longo do processo de docência e articulação entre as atividades/discussões na disciplina e a prática do estágio nas instituições escolares.

§1- A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo acadêmico - estagiário, de comum acordo com os profissionais das instituições e sob a avaliação dos professores de estágio.

§2 - Todas as atividades planejadas pelo estagiário, antes de implementadas, deverão ser aprovadas pelo professor da disciplina de Estágio, assegurada a participação coletiva nas decisões.

CAPÍTULO V

Locais de realização do estágio

Art. 7º - As atividades de estágio propostas serão desenvolvidas em instituições de ensino particulares ou públicas, de acordo com as possibilidades da instituição escolar, preferencialmente na cidade de lotação do Curso.

Parágrafo único – em casos especiais, serão aceitos estágios em outras instituições como ONGs, fundações culturais, centros que comprovem atividades ligadas ao ensino de Teatro.

Art. 8º. - A escolha da instituição para a realização do estágio fica a critério do estagiário considerando a autorização prévia dos responsáveis, o aceite do diretor e do professor da instituição e a disponibilidade de vagas.

CAPÍTULO VI

Avaliação

Art. 9º. - A avaliação do estagiário cabe ao professor da disciplina de Estágio da UFT, considerando critérios específicos apresentados ao estagiário no início do semestre e no regimento acadêmico da Universidade.

Parágrafo único – ao professor da instituição que recebe o estagiário caberá uma avaliação do trabalho do mesmo de acordo com critérios estabelecidos pelo professor do estágio.

CAPÍTULO VII

Das atribuições do Estagiário

Art. 10. - Ao acadêmico que se habilitar ao estágio compete:

I- participar de todas as atividades dos estágios;

II- comprometer-se com suas atividades docentes tanto na turma em que estagia, quanto com o/a professor/a responsável da escola e com a direção da mesma,

III- cumprir com as normas escolares,

IV- cuidar e zelar pelos locais e recursos didáticos disponibilizados pela escola e

V- avisar qualquer ausência inesperada com antecedência.

VI- cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO VIII

Das atribuições dos supervisores de Estágio

Art. 11. - Compete aos supervisores de Estágio:

I- possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio

II- orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografias e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pelo aluno.

III- orientar e controlar a execução das atividades do estagiário.

IV- acompanhar o planejamento do estágio, quadro de horários e relatórios.

V- realizar uma avaliação em todas etapas de desenvolvimento do estágio, desde as aulas na universidade até a regência na escola.

CAPÍTULO IX

Das atribuições das instituições escolares

Art. 12. Compete às instituições escolares que recebem os estagiários:

I - permitir o uso dos espaços disponíveis na escola, como salas de aula, biblioteca, laboratórios, auditórios entre outros, pelo/a estagiário/a como melhor lhe convier

II- permitir o uso de recursos audiovisuais disponíveis pela instituição

III- tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da escola, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade com a(s) turma(s) em que estagia ou com o/a professor/a titular da mesma.

DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO:

CAPÍTULO X

Da organização

Art. 13. - O estágio não obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

Art. 14. - O estágio não obrigatório pode ser desenvolvido nas áreas de ARTES PLÁSTICAS, VISUAIS E CÊNICAS, definidas pelo Colegiado do Curso em instituições conveniadas com a UFT — termo de compromisso— que atendam os pré-requisitos:

I- pessoas jurídicas de direito privado;

II- órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

III- profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

Art. 15. - O tempo de duração de estágio não obrigatório não pode ultrapassar dois anos na mesma instituição, seis horas diárias e 30 horas semanais.

Art. 16. - O estágio não obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a instituição conveniada.

Art. 17. - Atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos vinculadas à e desenvolvidos na UFT não são considerados estágios não obrigatórios.

CAPÍTULO XI

Desenvolvimento e Avaliação

Art. 18. - A elaboração do Plano de Trabalho do Estagiário deve ser formulada de acordo entre as três partes conveniadas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e instituição conveniada) de acordo com suas necessidades.

Art. 19. - A avaliação do estagiário cabe ao supervisor de área a qual o estágio está vinculado de acordo com artigo 16 e ao supervisor da instituição concedente a cada seis meses.

Art. 20. - Cada supervisor de área da UFT é escolhido entre os membros do Colegiado de ARTES - Teatro.

#1- Cada supervisor deve ser responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação de no máximo dez estagiários;

#2- a avaliação deve considerar a frequência e os relatórios elaborados pelo estagiários a cada seis meses.

Art. 21. - Ao término do período de estágio, a unidade concedente emitirá um termo de realização de estágio.

CAPÍTULO XII

Das disposições gerais

Art. 22. - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelos supervisores responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado por instâncias superiores.

Art. 23. - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

4.3.12 Prática Profissional e Trabalho de Conclusão de Curso

Avaliação da Aprendizagem, do curso e da Instituição

A avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

A **avaliação do aluno** nesses eixos contempla uma abordagem interdisciplinar e, sempre que possível, será realizada por meio de uma proposta interdisciplinar. Recomenda-se que sejam previstos Seminários Interdisciplinares durante a oferta do eixo, com a participação de todos os professores envolvidos, com o intuito de promover um debate mais ampliado da temática. O processo avaliativo da disciplina será composto de avaliação específica da disciplina e avaliação conjunta com as disciplinas em que ocorreu a articulação. Ou seja, será previsto, que parte da nota referir-se-á ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar.

A avaliação é um aspecto fundamental no processo de inovação do ensino, pois se não e muda a avaliação, será muito difícil fazer alguma coisa que tenha consistência. A avaliação formativa é a base do processo ensino-aprendizagem baseado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está centrada na avaliação da aquisição de conhecimento e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino e aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/ comportamentos.

Segundo Bordenave & Pereira² (2001, p.70), somente a adoção de uma atitude interdisciplinar permite “a identificação precoce dos problemas que o aluno pode ter em seu trabalho e, ao fazê-lo, permite ao estudante identificar as suas dificuldades e buscar os caminhos de correção”.

A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às

² BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo. Conforme Macedo (2002: 32), trata-se de perceber

a duração, o inacabamento e uma falta que movem incessantemente; a contradição que nos sujeitos em interação e nas estruturas movimenta a realidade e o conhecimento a respeito dela. O caráter temporal que implica na transformação, na historicidade, demanda, acima de tudo, uma atitude face ao conhecimento como um produto de final aberto, em constante estado de fluxo e infinitamente inacabado.

Nessa perspectiva, são os atos de currículo que se articulam no mundo da escola, situados em um contexto construído, que, efetivamente, o constroem o currículo. As questões “como”, “o quê” e “por quê” se tornam fundamentais para o entendimento do currículo, uma vez que levam em conta a forma de “ser” e de “estar” no mundo dos alunos.

Das avaliações e dos critérios de aprovação

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução Consepe 05/2005 art 4, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina.

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

Avaliação do curso e Avaliação Institucional

De acordo com a natureza do Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo a ser desenvolvido nos cursos da UFT visa promover a qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento

Institucional – PDI. Em atendimento às diretrizes do SINAES, aprovado pela Lei nº 10.861/2004, a UFT implantou, em abril de 2004, o processo de Avaliação Institucional, criando, na oportunidade, Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA), composta por um representante docente, por campus, representantes discentes, do corpo técnico-administrativo e um representante da sociedade civil.

Nesse contexto, torna-se, portanto, significativo o processo de reestruturação das arquiteturas curriculares, dos cursos e programas em oferta, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos próprios elementos e mecanismos de avaliação. Para tanto, está sendo aprofundada uma cultura da avaliação, assim como a implantação de um constante acompanhamento das suas estruturas internas, para que a UFT possa concretizar a sua missão de “produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (PDI, 007).

Assim, foram estabelecidos alguns indicadores que deverão nortear o processo de avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente e a avaliação institucional, a saber:

Missão: identificação e avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição; definição de sua identidade; indicadores de responsabilidade social; programas e processos que conferem identidade à instituição; contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

Corpo de professores/pesquisadores: formação acadêmica e profissional; situação na carreira docente; programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão; distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; forma de admissão na carreira docente; entre outros.

Corpo discente: integração de alunos e professores de distintos níveis; participação efetiva na vida universitária; dados sobre ingressantes; evasão/abandono; qualidade de vida estudantil; tempos médios de conclusão; formaturas; realidade dos ex-alunos; questões da formação profissional; a relação professor/aluno;

Corpo de servidores técnico-administrativos: integração dos servidores, alunos e professores; formação profissional; situação na carreira, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com a distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; concursos e outras formas de admissão na carreira.

Currículos e programas: concepção de currículo; organização didático-pedagógica, objetivos; formação profissional e cidadã; adequação às demandas do mercado e da cidadania; integração do ensino com a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade, flexibilidade/rigidez curricular; extensão das carreiras; inovações didático-pedagógicas; utilização de novas tecnologias de ensino; relações entre graduação e pós-graduação; e o que constar da realidade.

Produção acadêmico-científica: análise das publicações científicas, técnicas e artísticas; patentes; produção de teses; organização de eventos científicos; realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais; formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica.

Atividades de extensão e ações de intervenção social: integração com o ensino e a pesquisa; políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade; transferências de conhecimento; importância social das ações universitárias; impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; participação de alunos; iniciativas de incubadoras de empresas; capacidade de captação de recursos; pertinência e equidade; ações voltadas ao desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania; programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social.

Infra-estrutura: análise da infra-estrutura da instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção de conhecimento, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades da instituição.

Gestão: administração geral da instituição e de seus principais setores; estruturação dos órgãos colegiados; relações profissionais; políticas de desenvolvimento e expansão institucional; perfil; capacitação; políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional dos servidores; eficiência e a eficácia na utilização dos recursos.

Convênios e parcerias: análise do número dos convênios e parcerias realizadas; tipos de instituições; nível da contrapartida da universidade quanto ao capital intelectual empregado nos convênios e parcerias; potenciais espaços de trabalho colaborativo em diversos segmentos da sociedade.

FORMAS DE INGRESSO E MOBILIDADE

O ingresso no primeiro ciclo acontecerá, inicialmente, pelo vestibular (de acordo com as orientações em vigência na UFT), ou por outras modalidades de ingresso, conforme

estudos a serem realizados com vistas à proposição de outros meios de seleção. Nessa etapa, o acadêmico terá que cursar os créditos de cada eixo, sendo que poderá cursar conteúdos e atividades curriculares oferecidos por outras áreas de conhecimento do campus e/ou de outro campus, observados os critérios de existência de vagas nas (inter) disciplinas e orientações emitidas pela Coordenação da Área e/ou do Curso. O sistema de creditação dos estudos realizados será definido em **normativa própria**, devendo prever que a equivalência será definida pelo objetivo e ementa do eixo, independentemente da abordagem assumida pelas disciplinas ou interdisciplinas em cada uma das áreas de conhecimento. O aproveitamento dos eixos cursados em outro curso será realizado por meio de sistema creditação dos estudos realizados pelos estudantes nos eixos do Ciclo de Formação Geral. As complementações necessárias deverão restringir-se ao Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento, quando necessários.

O aluno deverá compor, ao final do 1º ciclo, um total de créditos mínimo, ou porcentagem em relação aos eixos de cada área de conhecimento a ser normatizado pela UFT para efeito de transferência de curso. Ao final do 1º. ciclo, será garantida uma declaração atestando os conhecimentos obtidos e a eventual mudança de área de conhecimento ou curso da UFT, em conformidade com a lei.

Para o ingresso no 2º ciclo, na existência de vagas para o curso, o acadêmico interessado terá três opções: por requerimento individual na existência de maior número de vagas que a demanda; por classificação do índice de rendimento e aproveitamento do primeiro ciclo (no caso de ter mais interessados do que vagas para determinada terminalidade), e/ou testes de conhecimento sobre conteúdos dos cursos específicos para cada opção de prosseguimento em sua carreira profissional. A prioridade será dada para os alunos que ingressaram na área de conhecimento, todavia, a migração entre áreas afins será possível desde que haja vaga e, respeitadas as prioridades estabelecidas para tais casos.

O 2º ciclo de cada curso garantirá o número de vagas definido no processo seletivo, proporcionalmente às terminalidades previstas para as respectivas áreas de conhecimento. As terminalidades que tiverem número maior de interessados, que o número de vagas previsto para a turma, atenderão às orientações de classificação acima. O bloco de conteúdos ofertados, no segundo ciclo, para determinada habilitação poderá ser cursado por acadêmicos de outra habilitação, permitindo a integralização curricular e a busca por uma nova habilitação ao concluir a primeira.

Ao final do 2º ciclo, o aluno receberá um diploma atestando a sua titulação em um curso, podendo, posteriormente, buscar a formação em outras áreas de conhecimento. Ao

integralizar a proposta curricular, ele receberá um diploma de Licenciado, Bacharel ou Tecnólogo, dependendo da opção realizada ao final do primeiro ciclo e do itinerário curricular integralizado.

A múltipla titulação deverá ser estimulada. Será disponibilizado ao aluno um serviço de orientação sobre os itinerários formativos, de maneira que ele possa cursar mais de uma habilitação, por meio de combinações de títulos, assim como a migração de área na passagem do 2º para o 3º ciclo.

**V CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO
ADMINISTRATIVO**

5.1. Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico Administrativo.

5.1.1 Formação acadêmica e adequação dos docentes ao curso

Nome completo	Condições de Trabalho	Composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	Publicação e experiência profissional
Fábio Henrique Duarte	DE	Graduação em Filosofia - UFMA Mestre em Filosofia - UFG	Currículo Lattes
Karylleila dos Santos Andrade	DE	Graduação em Letras - UNITINS Mestre em Linguística – USP Doutor em Linguística – USP	Currículo Lattes
Kátia Maia Flores	DE	Graduação Biblioteconomia UFG Mestre em História UFPE Doutor em História UFMG	Currículo Lattes
Kherlley Caxias Batista Barbosa	DE	Graduação em Teologia - Fac. S. Bonaventura Graduação em Filosofia - UCG Mestre em Teologia Fac. S. Bonaventura	Currículo Lattes
José Manoel Miranda de Oliveira	DE	Graduação em Filosofia UFG Mestre em Educação UFPE	Currículo Lattes
Roseli Bodnar	DE	Graduação em Letras Mestre em Teoria da Literatura.	Currículo Lattes
Sandoval Antunes de Souza	40h	Graduação em História UE Maringá Mestre em Educação UE Maringá	Currículo Lattes

Corpo Docente

Nome do Curso	Formação acadêmica	Número de alunos	Laboratórios
Curso de Licenciatura em Artes	Licenciatura em Artes	40 alunos	Laboratório de Música Laboratório de Artes Visuais Laboratório de Artes Cênicas
Curso de Licenciatura em Filosofia	Licenciatura em Filosofia	40 alunos	Laboratório de Ensino de Filosofia I e II

Corpo Técnico Administrativo (para trabalho na secretaria da área de Filosofia e Teatro, nos laboratórios específicos) dos cursos de Teatro e Filosofia.

Nome do técnico	Condições de trabalho 40h semanais	Formação de nível médio/superior	Experiência profissional
Abrir concurso	40h	Técnico em Secretariado ou Secretária executiva	Experiência comprovada na área de atuação
Abrir concurso	40h	Técnico em Tecnologia da Informação ou graduado em Ciência da Computação	Experiência comprovada na área de atuação
Abrir concurso	40h	Técnico em Música ou Graduado em Música	Experiência comprovada na área de atuação
Abrir concurso	40h	Técnico em Artes Visuais ou Graduado em Artes Visuais	Experiência comprovada na área de atuação
Abrir concurso	40h	Técnico em Artes Cênicas ou graduado em Teatro ou Dança.	Experiência comprovada na área de atuação
Abrir concurso	40h	Técnico nível superior	Experiência comprovada na área de atuação

VI INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

6.1. Instalações físicas e laboratórios do Campus

O Campus de Palmas é constituído de 14 blocos - onde funcionam salas de aulas, laboratórios, a administração do Campus e a Reitoria –, uma Estação Experimental e um Centro universitário para atividades acadêmicas e culturais, ocupando uma área total de aproximadamente 600.000m². Com aproximadamente 79.963m² de área construída, o campus está localizado na Avenida N 15. ALCNO 14 s/n, Município de Palmas no estado do Tocantins.

Os espaços físicos utilizados no Campus de Palmas estão distribuídos em 14 (catorze) blocos, um Centro universitário e uma Estação Experimental.

Os Blocos A, B, C são blocos exclusivos para salas de aulas teóricas. Cada bloco desses possui área construída de aproximadamente 1.655m². Também os blocos E, F e G são blocos de sala de aula, cada bloco possui 5 salas de aula com 60,20 m².

Nos Blocos I, II e III há salas destinadas para aulas teóricas e práticas, assim como laboratórios de uso dos cursos do Campus. Esses blocos são edificações de 02 (dois) pavimentos com área construída de aproximadamente 2.517m² cada bloco.

Nos blocos 1, 2 e 3 encontram-se os laboratórios do Curso de Medicina, com as mesmas medidas dos blocos E, F e G.

O Bloco IV é a sede da administração superior da UFT (Reitoria) e sua edificação apresenta uma área construída de aproximadamente 2.817 m².

No Bloco de Apoio Logístico e Acadêmico – BALA - funcionam salas da administração acadêmica do Campus, salas de coordenações de cursos e de núcleos de pesquisa da área de saúde. O edifício tem área construída total de 1459,33 m², dividida em dois pavimentos (térreo e superior).

A Estação Experimental é o local onde se desenvolvem pesquisas que necessitam de maior área para os experimentos de campo. A estação possui uma área construída de aproximadamente 1270m².

Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte - CUICA - é um espaço cultural, sem fins lucrativos. O objetivo principal do CUICA é criar um espaço de fomento e divulgação da cultura contemporânea regional. Oportuniza a realização de espetáculos de teatro, dança e música, mostras de artes visuais, projeções de cinema e vídeo, oficinas,

debates e cursos, além de manter sob sua guarda expressivo acervo cultural permanente do Estado do Tocantins.

No Campus de Palmas há lanchonetes e áreas específicas para aulas de campo de todos os cursos da Universidade lotados em Palmas.

6.1.1 Instalações administrativas

As salas administrativas são organizadas de forma a oferecer boas condições de trabalho ao corpo técnico que desenvolve atividades de direção, secretaria das coordenações, secretarias acadêmicas, jurídicas, de comunicação, informática, além das salas da Reitoria.

A distribuição das salas obedece a uma estrutura que oferece o entrosamento entre as diversas funções bem como bom atendimento ao público.

BLOCO II

Instalações	Área (m²)	Horário de funcionamento
Direção do Campus e Assessoria	42	8:00 - 22:00
Administração do Campus	42	8:00 - 18:00
Coordenações de Curso	16	8:00 - 18:00
Secretaria Acadêmica	21	8:00 - 18:00
Almoxarifado de Produtos Químicos	15	8:00 - 18:00
Sala de Apoio ao Docente	42	8:00 -22:40
Sala de Reuniões	21	8:00 -22:40

Bloco IV

Instalações	Área (m²)	Horário de funcionamento
Gabinete do Reitor	75	8:00 - 18:00
Secretaria da Reitoria	25	8:00 - 18:00
Vice-Reitoria	42	8:00 - 18:00
PROGRAD	63	8:00 - 18:00
PROPESQ	83	8:00 - 18:00
PROAD	63	8:00 - 18:00
PROEX	63	8:00 - 18:00

Diretoria de Informática	63	8:00 - 18:00
Diretoria de Assuntos Internacionais	21	8:00 - 18:00
Recursos Humanos	42	8:00 - 18:00
Departamento de Transportes	21	8:00 - 18:00
SEMEC	21	8:00 - 18:00
FAPTO	21	8:00 - 18:00
Pós-graduação	21	8:00 - 18:00

BALA

Pavimento térreo	Área
Recepção	20,95 m²
Sanitários masculino/feminino	18,18m² cada
Sala da segurança	8.11m²
Serviço e DML	23.07m²
Secretaria Acadêmica	51.00m²
Auditório para 75 pessoas	104.10m²
Laboratório de Informática para 26 pessoas	61.89m²
Central de Processamento de Dados	39.27m²
Almoxarifado	44.58m²
Cantina:	41.10m².
Pavimento superior	
Sanitários masculino/feminino	18,18m² cada
Coordenação de Pós-graduação/Mestrado	37.87m².
-Coordenação do Curso de Medicina	42.93m².
Coordenação Núcleo de Estudos de Saúde do Tocantins	41.07m².
Coordenação Laboratorial:	41.07m².
-Protocolo:	22.89m².
Salas de professores: 17 salas	10,00m²
	17m²
Sala de Vídeo-conferência para 34 pessoas	51.70m².

6.2 Biblioteca

A Universidade Federal do Tocantins conta com uma biblioteca no Campus Universitário de Palmas que atende aos 11 cursos de graduação oferecidos, ao corpo de funcionários técnicos administrativos e a programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. A biblioteca tem como finalidade oferecer apoio aos programas acadêmicos da UFT por meio de serviços e produtos que forneçam suporte para pesquisas.

A biblioteca como parte integrante do desenvolvimento da aprendizagem e como centro de informações incentiva e assessora tecnicamente o corpo docente e discente quanto à utilização do acervo bibliográfico e dos recursos informacionais existentes.

Foi iniciado em 2006, o processo de informatização/modernização das bibliotecas da UFT com a inserção do acervo em uma base de dados (SIE/Biblioteca); esse procedimento ocorreu em todas as bibliotecas da UFT, incluindo a biblioteca do Campus de Palmas, objetivando a criação do SIB/UFT (Sistema de Bibliotecas da UFT).

Foram adquiridos e instalados na biblioteca do Campus de Palmas, os equipamentos necessários para informatização e modernização, tais como: microcomputadores, impressoras, monitores, equipamento antifurto eletromagnético na saída da biblioteca, leitora de código de barras no setor de circulação da biblioteca (empréstimo e devolução). Além disso, encontra-se em andamento a construção de um novo prédio para a biblioteca e a aquisição de mobiliário (estante de aço para livros, expositor de livros, mesas de escritório, mesas para estudo, cadeiras, armários, etc.),

Seguindo a política de modernização nas bibliotecas, freqüentemente executa-se a aquisição de novos títulos e exemplares de livros para completar e complementar a bibliografia básica de todas as disciplinas oferecidas nos cursos de graduação.

Espaço físico

Área de 550,20m²

1º pavimento 398,20m²

2º pavimento: 152m²

O acervo está armazenado em boas condições, em estantes apropriadas, com fácil acesso aos usuários. Toda área é climatizada, iluminada natural e artificialmente e controlada por funcionários que verificam a entrada e saída de usuários.

A biblioteca da UFT/CUP está dividida em dois pavimentos:

1º pavimento: acervo geral, expositor de novas aquisições (livros e periódicos), jornais para consulta local, sala de estudo com 08 mesas e 32 cadeiras, 03 computadores para pesquisa e localização do acervo, sala de coordenação, sala de aquisição de materiais, sala de processamento técnico.

Na coordenação estão concentradas as informações e trabalhos técnicos desenvolvidos pelo bibliotecário, assistido por auxiliares.

Na entrada da biblioteca temos um guarda-volumes (com uma funcionária da empresa de vigilância “Jorima”, responsável pela guarda dos pertences dos usuários),

Bolsistas, executam um trabalho de auxílio à pesquisa e acesso ao acervo bibliográfico.

Os empréstimos, devoluções e reservas dos livros são realizados por funcionários (técnicos administrativos e bolsistas) no balcão de atendimento.

Os livros do acervo geral estão organizados em ordem de classificação por áreas do conhecimento nas estantes.

2º pavimento: sala de leitura coletiva com 20 mesas e 80 cadeiras, sala de estudo com cabines para estudos individuais,

Sala com materiais especiais (fitas de vídeo-VHS e armário com CDs-Rom).

Estantes com monografias, dissertações e teses.

Seção de periódicos com aproximadamente 610 títulos de periódicos permitindo consulta aos mesmos somente no local.

A Biblioteca do Campus de Palmas dispõe atualmente, nos vários setores, de mobiliário e equipamentos abaixo discriminados:

- Acervo Geral: 97 estantes;
- Sala de Leitura: (Térreo) 08 mesas com 4 cadeiras cada;
- Sala de estudo individual (2º piso): 12 cabines;
- Sala de leitura (2º piso): 20 mesas com 4 cadeiras cada, 10 cabines;
- Setor de processamento técnico do acervo: 05 computadores, 01 impressora;
- Recepção e atendimento ao usuário: 03 computadores;
- Consulta ao acervo: 03 computadores;
- Coordenação: 01 computador.

Instalações Para Estudos Individuais

A sala de estudos individuais está localizada no 2º pavimento da biblioteca, dispõe de 12 cabines individuais para estudo, em ambiente totalmente climatizado.

Instalações Para Estudos em Grupos

As salas de estudo em grupo, localizadas no 1º e 2º pavimento da biblioteca, possuem juntas 28 mesas com 4 cadeiras cada, com capacidade para 112 usuários sentados.

6.2.1 Acervo bibliográfico

O acervo da biblioteca compõe-se de livros, teses, folhetos, periódicos nacionais e estrangeiros, obras de referência e materiais especiais direcionado às áreas de conhecimento trabalhadas nos cursos do Campus de Palmas da UFT. As obras encontram-se ordenadas por assunto de acordo com a Classificação Decimal Dewey (CDD). Os materiais (livros, periódicos, CD-ROM e vídeos) existentes na biblioteca, estão cadastrados (no SIE/biblioteca ou em livros de tombo), possibilitando a circulação do material de acordo com a política de empréstimo estabelecida, com possibilidade de renovações ou reservas.

a) Livros

A política de aquisição e expansão do acervo da biblioteca da UFT prioriza a compra das bibliografias básicas que constam nas ementas de todas as disciplinas, ou seja, no programa de cada disciplina. Portanto, o acervo está de acordo com os programas das disciplinas e atende as propostas pedagógicas dos cursos, além de ter a proporção, para os livros básicos de 1 exemplar para cada 10 alunos do curso.

A biblioteca possui atualmente em seu acervo um total de 13.404 títulos e 45.180 exemplares.

b) Periódicos

A seção de periódicos dispõe atualmente de 1.124 (hum mil, cento e vinte e quatro) periódicos nacionais e 174 (cento e setenta e quatro) internacionais. Além disso os alunos professores e técnicos administrativos, tem acesso livre ao portal de periódicos da CAPES em computadores localizados dentro da instituição.

c) Jornais e Revistas

A biblioteca da UFT mantém assinaturas de jornais que complementam a formação acadêmica à medida que são veículos de divulgação do panorama atual, o que auxiliam na contextualização das questões relacionadas com os conteúdos abordados em sala.

jornais - assinaturas de 02 jornais: 01 local e 01 do sudeste do país.

d) Acesso ao Acervo

Consulta: a pesquisa do acervo bibliográfico é realizada em 03 terminais de computadores, localizados na entrada da biblioteca.

Empréstimo: é realizado diretamente nos balcões de atendimento. Cada aluno pode emprestar três livros por sete dias, renováveis por mais sete dias em caso de não existência de reservas. Os professores podem emprestar até cinco livros pelo prazo de quinze dias.

Reserva: O usuário pode fazer reservas somente de materiais que podem ser emprestados. O material fica à espera do usuário pelo prazo de um dia.

Renovação: Todo material pode ser renovado, pelo mesmo tempo de empréstimo, desde que não esteja reservado e que não constem pendências no nome do usuário em quaisquer bibliotecas da UFT.

e) Política de Atualização e Expansão do Acervo

A política da atualização do acervo de livros e periódicos acontece conforme listagem emitida pelos professores e coordenadores de curso, semestralmente e encaminhadas à coordenação do sistema de bibliotecas da UFT.

6.3 Infra-estrutura

a) Informatização

A informatização da Biblioteca da UFT iniciou em 2006, com a implantação de software de banco de dados

b) Base de Dados

- A UFT disponibiliza várias bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES, com acesso em qualquer computador da instituição.

6.3.1 Administração e serviços

a) Corpo Técnico

A biblioteca do Campus de Palmas conta com o seguinte quadro de funcionários:

1 Bibliotecário

horário das 8:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h

Auxiliares administrativos e bolsistas:

Manhã:

01 auxiliares administrativos no horário das 8:00h às 14:00h

02 bolsista das 8:00h às 12:00h

01 bolsista das 9:00h às 13:00h

Tarde:

02 auxiliares administrativos no horário das 12:00h às 18:00h

01 bolsista das 14:00h às 18:00

Noite:

03 auxiliares administrativos no horário das 16h30 às 22h30

02 bolsistas das 18:00h às 22:00h

Total: 06 auxiliares de biblioteca

06 bolsistas

No Processamento técnico :

04 auxiliares administrativos

05 bolsistas

b) Apoio a Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A biblioteca tem como política interna prestar serviços de orientação na normalização dos trabalhos técnicos científicos, segundo recomendações da ABNT. Também auxilia na catalogação do material e treina o usuário quanto à pesquisa de fontes documentais e bibliográficas, sua recuperação e serviços oferecidos, inclusive com visitas programadas.

c) Atendimento ao Público

De Segunda à Sexta-feira: 08h - 22h.

Sábados: 08h - 12h

6.3.2 Laboratórios de informática

O objetivo dos laboratórios de informática é proporcionar ao aluno o contato com aplicativos básicos e softwares de informática (Sistemas Operacionais, Editores de Texto, Planilhas Eletrônicas, Gerenciadores de Bancos de Dados e Linguagem de Programação) Todos os laboratórios possuem infra-estrutura necessária para acesso aos principais serviços disponíveis na INTERNET (www, FTP, Telnet, E-Mail,), possibilitando a pesquisa através da INTERNET e facilitando a obtenção de material de forma atualizada e dinâmica.

O Campus de Palmas dispõe de 05 Laboratórios de Informática para os discentes, contando com 189 computadores, assim distribuídos:

- LABIN 1: 40 máquinas;
- LABIN 2: 40 máquinas;
- LABIN 3: 35 máquinas;
- LABIN 4: 34 máquinas;
- LABIN 5: 40 máquinas;

No Bloco II, encontra-se a sala de professores com 42m² de área, dispondo de 10 computadores em rede, com uma impressora. Esses equipamentos estão disponíveis em todos os horários e turnos aos professores para atividades de planejamento, elaboração das aulas e atividades complementares de informática enquanto permanecem na Instituição para atividades de orientação, pesquisa e tutoria aos alunos.

6.3.3 Futuras Instalações no Campus – REUNI

O Plano de Reestruturação e Expansão da UFT prospecta a construção de novas instalações físicas para dar suporte ao funcionamento dos novos cursos, incluindo, anfiteatros, salas de aula, laboratórios, salas de professor e de administração.

a) Anfiteatros

Está em andamento a construção de seis anfiteatros que serão utilizados para as atividades acadêmicas do primeiro ciclo dos novos cursos, incluindo o curso de Filosofia.

Com capacidade para 120 pessoas, cada anfiteatro terá 200,00 m² e contará com área de circulação e banheiros. São construções em infra e superestrutura convencional de concreto e aço; vedações de alvenaria de tijolo cerâmico; cobertura em telhas onduladas de material reciclado sobre estrutura metálica; piso de alta resistência em cerâmica esmaltada; divisões internas em gesso acartonado com isolamento acústico em lã de vidro; forro mineral; esquadrias em alumínio anodizado e vidro e madeira; emassamento e pintura com tinta lavável de primeira qualidade; luminárias adequadas às funções a serem desenvolvidas nos ambientes; além de toda a infra estrutura básica para funcionamento como: instalações de água, energia, esgoto e cabeamento estruturado.

b) Salas de aula.

Serão construídas 10 salas de aula com capacidade para 40 pessoas, que serão utilizadas para as atividades acadêmicas principalmente do segundo ciclo de formação. Serão 02 blocos com 05 salas, além de área de circulação e banheiros.

O bloco possui área total construída de 468,44m², sendo cada sala de 60,20m². São construções em infra e superestrutura convencional de concreto e aço; vedações de alvenaria de tijolo cerâmico; cobertura em telhas de concreto na cor verde – padrão UFT - sobre estrutura metálica; piso de alta resistência em cerâmica esmaltada; divisões internas em gesso acartonado com isolamento acústico em lã de vidro; laje treliçada com enchimento em EPS, conforme projeto; esquadrias em alumínio e vidro e madeira; emassamento e pintura com tinta lavável de primeira qualidade; luminárias adequadas às funções a serem desenvolvidas nos ambientes; Textura acrílica do tipo grafiatto nos pilares externos; brises em alumínio fixados sobre estrutura metálica além de toda a infra estrutura básica para funcionamento como: instalações de água, energia, esgoto, cabeamento estruturado. As 10 salas serão construídas no ano de 2009.

c) Laboratórios.

Serão construídos 03 blocos contendo 05 laboratórios cada, sendo **dois os laboratórios pertencentes ao Curso de Filosofia**. Cada bloco de laboratórios contará com banheiros masculino e feminino. Cada bloco possui área construída de 468,44m² e cada laboratório tem 60,20m², com capacidade para 25 alunos. São construções em infra e superestrutura convencional de concreto e aço; vedações de alvenaria de tijolo cerâmico; cobertura em telhas de concreto na cor verde – padrão UFT - sobre estrutura metálica; piso de alta resistência em cerâmica esmaltada ou granilite com aplicação de resina epóxi; divisões internas em gesso acartonado com isolamento acústico em lã de vidro; laje treliçada com enchimento em EPS, conforme projeto; esquadrias em alumínio e vidro e madeira; emassamento e pintura com tinta lavável de primeira qualidade; ou revestimento cerâmico – caso necessário - luminárias adequadas às funções a serem desenvolvidas nos ambientes; textura acrílica do tipo grafiatto nos pilares externos; brises em alumínio fixados sobre estrutura metálica além de toda a infra estrutura básica para funcionamento como: instalações de água, energia, esgoto, cabeamento estruturado, bancadas em granito, instalação de gases, etc. Serão construídos em 2009.

d) Bloco para salas de professor e apoio administrativo.

O edifício terá área construída total de 1.459,33 m², dividida em dois pavimentos (térreo e superior).

BALA/REUNI - instalações

Pavimento térreo	Área
Recepção	20,95 m²
Sanitários masculino/feminino	18,18m² cada
Sala da segurança	8.11m²
Serviço e DML	23.07m²
Secretaria Acadêmica	51.00m²
Auditório para 75 pessoas	104.10m²
Laboratório de Informática para 26 pessoas	61.89m²
Central de Processamento de Dados	39.27m²
Almoxarifado	44,58 m²
Cantina:	41.10m².
Pavimento superior	
Sanitários masculino/feminino	18,18m² cada
Coordenação de Pós-graduação/Mestrado	37.87m².
-Coordenação do Curso de Medicina	42.93m².
Coordenação Núcleo de Estudos de Saúde do Tocantins	41.07m².
Coordenação Laboratorial:	41.07m².
-Protocolo:	22.89m².
Salas de professores: 17 salas	10,00m² e 17m²
Sala de Vídeo-conferência para 34 pessoas	51.70m².

6.5 Recursos audiovisuais

É meta do Campus de Palmas manter uma relação de aproximadamente um equipamento de multimeios, dos mais utilizados, para cada 5 professores. Atualmente há um data show e um notebook para cada coordenação de curso. Televisores, videocassetes, DVD e retro-projetores são os equipamentos mais utilizados. Os projetores multimídia estão disponíveis para agendamento de uso nos três auditórios e na sala de reuniões.

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Televisores	08
Videocassete	01
Retro projetor	19
Telas de Projeção	08
Projetor multimídia (data show) + CPU	20
Projetor de slides	01
DVD	02
Mesas de Som	02
Amplificadores	02
Caixas de Som	02
Microfone	02

6.6 Acessibilidade para portador de necessidades especiais

As edificações foram construídas para dar acesso e uso a quem, eventualmente, tem alguma dificuldade de locomoção.

- Entradas principais com rampas;
- A maioria das dependências de uso geral está posta no andar térreo (biblioteca, laboratórios, auditórios, protocolo, tesouraria e secretaria acadêmica);
- Os sanitários, tanto masculino, como feminino, são adequados para cadeirantes e portadores de necessidades especiais
- Todas as salas de aula são no andar térreo;
- São reservadas vagas especiais no estacionamento;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDOINO, J. Entrevista com Cornelius Castoriadis. In: BARBOSA, J. G. (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Paulo: Ufscar, 1998.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

BRASIL. **Lei no. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. **Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

_____. **Lei no. 11.788 DE 25/9/2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2008.

_____. **Conselho nacional de Educação**. Resolução no. 02/1997, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em nível médio. Brasília: MEC/CNE, 1997.

_____. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001, de 03 de3 abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 009/2001, de 08 de maio de 2001. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 021/2001, de 06 de agosto de 2001. Estabelece a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 027/2001, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 028/2001, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 12, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Resolução no. 2/2002, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 38/2006. Brasília: MEC/CNE, 2006.

_____. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de Agosto de 2006. Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BURNHAM, T. F. **Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar.** In: BARBOSA, J. G. (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial.** São Paulo: Edufscar, 1998, p. 35-55.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber.** Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

DOLL Jr., William E. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** Campinas: Papirus, 1994.

MACEDO, R. S. **Chrysallís, currículo e complexidade: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo.** Salvador: Edufba, 2002.

MARTINS, J. B. **Abordagem multirreferencial: contribuições epistemológicas e metodológicas para os estudos dos fenômenos educativos.** São Paulo, S. Carlos: UFSCAR, 2000.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana.** Lisboa: Europa América, 1973.

_____. **Ciência com consciência.** Sintra: Europa-América, 1994.

_____. **Introdução ao pensamento complexo.** Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ANEXOS

ANEXO 1 CURRÍCULO LATTES DOS DOCENTES

ANEXO 2. REGIMENTO DO CURSO

ANEXO 3 MANUAL DO TCC

ANEXO 4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ANEXO 5. MANUAL DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO.

ANEXO 1 – CURRÍCULO LATTES DOS DOCENTES

1. Fabio Henrique Duarte

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2067814044291534>

2. José Manoel Miranda de Oliveira

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8272659394037744>

3. Kátia Maia Flores

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0706564533129920>

4. Karylleila dos Santos Andrade

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8224727509470953>

5. Kherlley Caxias Batista Barbosa

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6936995812642549>

6. Roseli Bodnar

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6794129931963124>

7. Sandoval Antunes de Souza

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9223396267153996>

Anexo 2. REGIMENTO DOS CURSOS DA ÁREA DE TEATRO E FILOSOFIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
CURSO DE FILOSOFIA E TEATRO**

**REGIMENTO DOS CURSOS DE TEATRO E FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS / UFT**

PALMAS – TO

SUMÁRIO

Capítulo I	DA ESTRUTURA DO CURSO	art. 1º
Capítulo II	DO COLEGIADO	art. 6º
Seção I	DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO	art. 6º
Seção II	DAS REUNIÕES DO COLEGIADO	art. 8º
Capítulo III	DA COORDENAÇÃO	art. 16º
Seção I	DO COORDENADOR	art. 16º
Seção II	DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR	art. 22º
Seção III	DA COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA	art. 29º
Capítulo IV	DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE	art. 32º
Capítulo V	DA SECRETARIA DO CURSO	art. 33º
Capítulo VI	DAS AVALIAÇÕES	art. 34º
Seção I	DA AVALIAÇÃO DOCENTE	art. 34º
Seção II	DAS AVALIAÇÕES DISCENTES	Art.36º.
Capítulo VII	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	art. 39º

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA DA ÁREA DE TEATRO E FILOSOFIA

Art. 1º. Os Cursos de Teatro e Filosofia fazem parte do Projeto de Expansão da UFT, aprovado pelo REUNI, e atende, no que couber, suas diretrizes didáticas, pedagógicas e administrativas.

Art. 2º- Os cursos de Teatro e Filosofia fazem parte de um único colegiado.

Parágrafo único: O colegiado é composto dos seguintes órgãos:

- I - Colegiado de Curso;
- II - Coordenação dos Cursos de Teatro e Filosofia.
- III - Coordenação de Monografia
- IV - Coordenação do Núcleo de Prática e Ateliê
- V - Secretaria dos Cursos de Teatro e Filosofia.

Art. 3º. O Colegiado é órgão consultivo, deliberativo e normativo dos Cursos de Teatro e Filosofia.

Parágrafo único: As deliberações do Colegiado são supremas dentro das competências dos Cursos de Teatro e Filosofia.

Art. 4º. São membros do Colegiado:

- I - os docentes efetivos dos Cursos de Teatro e Filosofia;
- II - os representantes discentes dos cursos de Teatro e Filosofia, nos termos disciplinados pelo Art. 59 do Estatuto da UFT.

Art. 5º. O Colegiado é presidido pelo Coordenador do Curso de Teatro e Filosofia.

Parágrafo único. A substituição do Coordenador, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, dar-se-á:

- I - pelo Coordenador substituto;
- II - por indicação do Colegiado.

CAPÍTULO II DO COLEGIADO

Seção I DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO

Art. 6º. O Colegiado é órgão máximo dos Cursos de Teatro e Filosofia.

Art. 7º. Compete ao Colegiado dos Cursos de Teatro e Filosofia:

I - exercer como órgão consultivo e deliberativo, as atribuições de interesse dos Cursos de Teatro e Filosofia, que não forem de competência exclusiva de outros órgãos da Universidade;

II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE os projetos pedagógicos dos cursos de Teatro e Filosofia, a sua organização curricular, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;

III - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos Cursos de Teatro e Filosofia;

VI - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE, as necessárias modificações nos projetos pedagógicos e nos programas e ofertas das disciplinas, considerando as exigências da formação profissional pretendida pelos cursos;

V - avaliar a execução didático-pedagógica dos projetos pedagógicos, sempre objetivando a qualidade do ensino;

VI - estabelecer normas para o desempenho dos professores-orientadores para fins de matrícula;

VII - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular dos Cursos de Teatro e Filosofia;

VIII - elaborar planos pedagógicos diferenciados para atender os alunos em tratamento especial de regime domiciliar, como previsto nos arts. 87 e seguintes do Regimento Acadêmico da UFT.

IX - apreciar e deliberar sobre a necessidade e a viabilidade do oferecimento de disciplinas na forma de curso de verão;

X – promover e deliberar sobre integração das áreas de conhecimentos e das atividades acadêmicas dos cursos de Teatro e Filosofia;

- XI - definir os regulamentos dos estágios e de atividades pedagógicas complementares;
- XII - submeter ao conhecimento da Pró-Reitoria de Graduação/PROGRAD proposta da lista de oferta de atividades acadêmicas;
- XIII - analisar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE, sobre matéria de sua competência;
- XIV - dar parecer em instância final sobre decisões de interesse dos Cursos de Artes e Filosofia;
- XV - decidir sobre os processos de revalidação de diplomas, conforme as normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE;
- XVI - dar parecer sobre ações de iniciação científica e extensão universitária;
- XVII - propugnar para que os Cursos de Teatro e Filosofia se mantenham atualizados;
- XVIII - constituir comissões especiais para estudo de assuntos de interesse do Colegiado;
- XIX - eleger entre seus membros os Coordenadores dos núcleos;
- XX - eleger entre seus membros o Coordenador do Curso e Coordenador Substituto;
- XXI - supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos Cursos de Teatro e Filosofia;
- XXII - elaborar e aprovar o respectivo Plano de Qualificação Docente/PQD e suas alterações, submetendo à aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE;
- XXIII - deliberar sobre afastamento de docente para participação em programas de pós-graduação baseados nos termos do PQD;
- XXIV - deliberar sobre a participação de docentes pós-graduandos em regime especial no cumprimento das atividades de ensino;
- XXV - tomar ciência da progressão funcional por titulação do docente, mediante a apresentação do título obtido de mestre ou doutor pelo solicitante;
- XXVI - aprovar em primeira instância requerimentos sobre redistribuição de docentes;
- XXVII - definir e remeter ao Conselho Diretor do Campus de Palmas o número de vagas para docentes, técnicos e assistentes administrativos para os Cursos de Teatro e Filosofia e a caracterização das mesmas, para fins de concurso público;
- XXVIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- XXIX – interpretar as normas em vigência e deliberar sobre casos omissos;
- XXX – fiscalizar o desempenho das disciplinas que se incluam na organização curricular do Curso.

Seção II

DAS REUNIÕES DO COLEGIADO

Art. 8º. O Colegiado dos Cursos de Teatro e Filosofia da UFT reunir-se-á em sessões ordinárias ou extraordinárias.

Parágrafo Único. O comparecimento às reuniões do Colegiado dos Cursos de Teatro e Filosofia é obrigatório aos membros docentes.

Art. 9º. As reuniões do Colegiado obedecerão ao seguinte:

I – as reuniões do Colegiado serão públicas em relação à comunidade acadêmica, ressalvado questões que, pelas circunstâncias, mereçam sigilo;

II- terão direito a voto os docentes efetivos dos Cursos de Teatro e Filosofia e a representação discente nos termos deste regimento;

III- as reuniões ordinárias serão realizadas regularmente a cada 15 (quinze) dias por convocação do Coordenador dos Cursos de Teatro e Filosofia.

IV- às reuniões do Colegiado poderão comparecer, quando convocados ou convidados, especialistas, docentes, alunos ou membros do corpo técnico-administrativo, para fins de assessoramento ou para prestar esclarecimentos sobre assuntos que lhes forem pertinentes, desde que não acarrete ônus para a UFT.

Art. 10.. A convocação das reuniões será sempre por escrito, publicada na Coordenação do Curso e enviada via email, com antecedência mínima de 48 horas (quarenta e oito horas), com a indicação da pauta dos assuntos a serem tratados na sessão e a natureza da reunião, se ordinária ou extraordinária.

§ 1º. A pauta somente poderá ser alterada, inclusive com a inclusão de novos assuntos, na própria reunião, por deliberação do Colegiado.

§ 2º. As reuniões extraordinárias serão realizadas quando houver assunto urgente a tratar, por convocação do Coordenador do Curso ou por 1/3 (um terço) dos membros do Colegiado, ou pelas Pró-Reitorias da UFT.

§ 3º. A convocação de sessão extraordinária por 1/3 (um terço) dos membros do Colegiado será requerida ao Coordenador dos Cursos de Teatro e Filosofia. Caso este não atenda ao pedido, os docentes poderão se reunir, lavrando ata do ocorrido.

Art. 11. O membro titular do Colegiado que deixar de comparecer à reunião deverá justificar-se, por escrito, ao Coordenador do Curso, no prazo máximo de 05 dias úteis após a reunião.

Parágrafo único. O docente que faltar sem apresentar justificativa plausível estará sujeito às sanções previstas na resolução nº 12/2006 do CONSUNI.

Art. 12. As reuniões do Colegiado serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros e em segunda convocação, 15 (quinze) minutos após, com no mínimo 05 (cinco) membros do Colegiado.

Parágrafo único: Suas deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes na reunião.

Art. 13. As reuniões do Colegiado constarão de quatro partes:

I- a primeira parte será destinada à discussão e aprovação da ata da reunião anterior. A ata deverá ser lida na reunião do Colegiado e, não havendo manifestação em contrário, será a mesma aprovada e assinada pelos membros presentes naquela reunião;

II- a segunda parte será destinada à apresentação da pauta, sendo que a inclusão de assuntos emergenciais em pauta, fora do prazo estabelecido, só poderá ser aprovada após apreciação e deliberação do Colegiado;

III- a terceira parte será composta pela apresentação dos informes;

IV- por fim, a ordem do dia, destinada à discussão e votação das matérias constantes da pauta, com ou sem as alterações do inciso II deste artigo.

Art. 14. Iniciada a votação, serão observados os seguintes preceitos:

I- a votação será nominal e aberta;

II- qualquer membro poderá fazer consignar em ata, expressamente, o seu voto;

III- nenhum membro poderá votar nas deliberações em que esteja diretamente envolvido, ou seu cônjuge, descendentes, ascendentes ou colaterais, estes até o 3º (terceiro) grau;

IV- o presidente da reunião somente poderá votar em caso de empate nas deliberações do Colegiado;

V- os membros do Colegiado terão direito apenas a um (1) voto nas deliberações, não sendo permitido o voto de quem não esteja presente na reunião.

Art. 15. Do que se passar na sessão, a(o) Secretária(o) do curso lavrará ata circunstanciada, fazendo dela constar:

I- a natureza da reunião, o dia, a hora, o local e o nome de seu Presidente;

II- nomes dos membros presentes e dos membros que justificaram suas respectivas ausências;

III- a discussão porventura havida sobre a ata da sessão anterior e respectiva votação;

IV- relato dos informes;

V- discussão dos assuntos da ordem do dia, declarações de voto e outras ocorrências;

VI- propostas e encaminhamentos, após a ordem do dia.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Seção I

DO COORDENADOR

Art. 16. A Coordenação é órgão executivo da administração dos Cursos de Teatro e Filosofia, sendo representada pelo Coordenador do Curso ou por seu substituto.

Art. 17. O Coordenador dos Cursos de Teatro e Filosofia será escolhido por eleição, através de voto secreto, procedida pelo Colegiado dos Cursos de Teatro e Filosofia.

Art. 18. Poderá se candidatar ao cargo de Coordenador dos Cursos de Teatro e Filosofia, qualquer docente efetivo dos cursos de Teatro e Filosofia, com carga horária mínima de 40 horas.

Art. 19. Será de 02 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução imediata, através de eleição.

Art. 20. O Coordenador substituto será nomeado pelo Colegiado do Curso.

Art. 21. O Colegiado dos Cursos de Teatro e Filosofia, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE, a substituição do Coordenador.

Seção II

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR

Art. 22. O Coordenador é o representante dos Cursos de Teatro e Filosofia, cabendo-lhe administrar, supervisionar e coordenar as atividades dos Cursos de Teatro e Filosofia.

Art. 23. Compete ao Coordenador dos cursos de Teatro e Filosofia, ou ao seu substituto, conforme parágrafo único do art. 2º:

I- representar os Cursos de Teatro e Filosofia no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CONSEPE;

II- representar os Cursos de Teatro e Filosofia no Conselho Diretor do Campus de Palmas;

III- presidir os trabalhos da Coordenação dos Cursos de Teatro e Filosofia;

IV- propor ao Diretor do Campus de Palmas a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Campus;

V- responder, perante o CONSEPE, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino dos Cursos de Teatro e Filosofia;

VI- expedir instruções referentes aos Cursos de Teatro e Filosofia;

VII- representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor, que interfiram nas normas ou objetivos fixados para os Cursos de Teatro e Filosofia;

VIII- convocar e presidir as reuniões do Colegiado dos Cursos de Teatro e Filosofia;

IX- coordenar as atividades do Colegiado dos Cursos de Teatro e Filosofia.

X- comunicar e encaminhar todas as deliberações do Colegiado a quem de direito, para que sejam fielmente cumpridas;

XI- adotar medidas de urgência, *ad referendum* do Colegiado dos Cursos de Teatro e Filosofia, a ser tomado na reunião ordinária subsequente;

XII- cadastrar as disciplinas a serem ofertadas pelos Cursos de Teatro e Filosofia junto a Pró-Reitoria de Graduação/PROGRAD;

XIII- atestar as frequências dos docentes junto à Diretoria de Recursos Humanos do Campus de Palmas;

XIV- validar as justificativas de faltas dos docentes nas atividades administrativas e didáticas dos Cursos de Teatro e Filosofia;

XV- atestar a participação dos docentes em atividades de comissões, comitês e grupos de trabalhos de interesse do curso, atribuindo carga horária pertinente a estas atividades;

XVI- exigir dos docentes o preenchimento e entrega dos diários na coordenação do curso nos prazos estabelecidos;

XVII- organizar a distribuição e os horários das disciplinas nos semestres letivos;

XVIII- solicitar a contratação temporária de docentes, quando necessário;

XIX- realocar docente para o atendimento de disciplinas afins à área de formação do mesmo, quando necessário;

XX- representar e/ou delegar membros do Colegiado como representantes dos Cursos de Teatro e Filosofia em atividades internas e externas da UFT;

XXI- indicar um representante titular e um suplente como Coordenador de Monografia dos Cursos de Teatro e Filosofia;

XXII – apresentar para o Colegiado na primeira reunião do semestre, o calendário das reuniões ordinárias para aprovação e conhecimento.

Seção III

DA COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA

Art. 24. A organização dos trabalhos de conclusão de curso ficará a cargo do Coordenador de Monografia.

Art. 25. O Coordenador de Monografia será eleito pelo Colegiado do Curso para mandato de 2 (dois) anos, cabendo uma reeleição.

Parágrafo único: A eleição para Coordenador de Monografia ocorrerá no Colegiado, no mês de outubro que antecede o término do mandato e será secreta.

Art. 26. São atribuições do Coordenador de Monografia:

I – assumir a disciplina de monografia final;

II – as demais atribuições estabelecidas em regimento próprio.

CAPÍTULO IV DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE

Art. 27. A representação dos discentes corresponderá a um quinto do número de docentes com direito a voto no Colegiado dos Cursos de Teatro e Filosofia, conforme previsto no Art. 36, Parágrafo Único, do Regimento Geral da UFT.

CAPÍTULO V DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 28. Compete à Secretaria dos Cursos de Teatro e Filosofia:

- I- preparar a agenda dos trabalhos do Colegiado;
- II- expedir e publicar na secretaria do curso a convocação das reuniões do Colegiado, conforme indicação do seu coordenador;
- III- secretariar as reuniões do Colegiado;
- IV- lavrar atas das reuniões do Colegiado;
- V- redigir ofícios, memorandos e demais documentos que traduzam as decisões tomadas pelo Colegiado dos Cursos de Teatro e Filosofia;
- VI- guardar todo o material da Secretaria e manter atualizados os respectivos registros;
- VII- registrar o comparecimento dos membros às reuniões;
- VIII- gerenciar a tramitação dos processos encaminhados ao Colegiado dos Cursos de Teatro e Filosofia;
- IX- gerenciar os procedimentos informatizados disponibilizados pela UFT;
- X- executar os requerimentos dos docentes, quando autorizados pelo coordenador dos Cursos de Teatro e Filosofia.

CAPÍTULO VI DAS AVALIAÇÕES

Seção I DA AVALIAÇÃO DOCENTE

Art. 29. Os Cursos de Teatro e Filosofia, através de comissões específicas, realizarão, semestralmente, avaliação interna qualitativa de seus docentes.

Art. 30. A avaliação terá a cooperação do corpo discente e visa orientar a melhora da qualidade do ensino nos dos Cursos de Teatro e Filosofia.

Seção II

DAS AVALIAÇÕES DISCENTES

Art. 31. O rendimento escolar compreenderá o aproveitamento nas atividades acadêmicas e a frequência, conforme regimento acadêmico.

§ 1º. As atividades acadêmicas de avaliação contarão com pelo menos 1 (um) instrumento escrito.

§ 2º. Os instrumentos escritos de avaliação deverão ser devolvidos aos alunos, exceto o exame final.

Art. 32. O discente terá direito à segunda chamada das avaliações, exceto exame final.

§ 1º. A segunda chamada deverá ser requerida em até 3 (três) dias após a avaliação ou o término da força maior que o impediu de realizar a avaliação;

§ 2º. O requerimento de segunda chamada deverá ser instruído com comprovante do fato que justifique sua falta, e deverá ser analisado e decidido pelo professor.

Art. 33. O discente poderá solicitar, em 48 horas, revisão da correção de sua avaliação.

§ 1º. A revisão será feita pelo próprio professor da disciplina que aplicou a avaliação.

§ 2º. Não convencido, o discente poderá requerer, fundamentadamente e por escrito, à Coordenação, uma nova revisão, que será realizada, caso deferida, por professor nomeado pelo Colegiado.

§ 3º Para instrumentalizar a revisão, o professor deverá apresentar o gabarito que norteou a avaliação da prova na turma,

§ 4º A comissão terá prazo máximo de 30 dias a partir de sua formação para apresentar o resultado da análise.

§ 5º Da avaliação da Comissão poderá advir majoração ou minoração da nota relativa à(s) questão (ões) objeto de revisão.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. A representação dos membros do Colegiado do Curso é indelegável, salvo nos casos de substituições previstas no Estatuto ou no Regimento Geral da UFT.

Art. 35. Os casos omissos ou de interpretação duvidosa deste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso, por deliberação interna, complementando as disposições deste Regimento.

Art. 36. Este Regimento poderá ser reformado total ou parcialmente pelo voto favorável da maioria absoluta dos membros do Colegiado do Curso.

Parágrafo único As propostas de reforma do Regimento poderão ser propostas pelo Coordenador do curso ou por 1/3 (um terço) dos membros do Colegiado.

Art. 37. Este Regulamento entra em vigor no segundo semestre letivo de 2009, revogando-se as disposições em contrário.

Roseli Bodnar
Coordenadora de Área de Filosofia e Teatro

ANEXO 3. REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS**

**REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO DE TEATRO – MONOGRAFIA**

PALMAS – TO

SUMÁRIO

Capítulo I.	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	art. 1º
Capítulo II.	DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	art. 4º
Capítulo III.	DO COORDENADOR DE TCC	art. 6º
Capítulo IV.	DOS PROFESSORES ORIENTADORES	art. 8º
Capítulo V.	DO PROJETO DE MONOGRAFIA	art. 19º
Capítulo VI.	DA MONOGRAFIA	art. 23º
Capítulo VII.	DA BANCA EXAMINADORA	art. 28º
Capítulo VIII.	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	art. 32º

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no Curso de Teatro.

Art.2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é pré-requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Teatro, e tem como principais objetivos:

- Comprovar a assimilação dos conteúdos ministrados durante o curso;
- Permitir aos alunos a demonstração de sua vocação na área específica em que deseja atuar profissionalmente;
- Simular os procedimentos da prática no mercado de trabalho;
- Estimular a produção científica na área de Arte e Cultura.

Art.3º São objetivos do TCC:

- a) Oportunizar ao acadêmico a elaboração de um trabalho científico sob a forma de monografia, com desenvolvimento lógico, domínio conceitual e que tenha como objeto de análise um tema relacionado à Arte e Cultura.
- b) Propiciar aos alunos do Curso de Teatro a sistematização de conhecimentos resultantes de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica gerada a partir da prática de estágio, vivenciada no decorrer do Curso.
- c) Promover a integração do ensino, da pesquisa e da extensão.

Parágrafo único. As Linhas de Pesquisa dos Trabalhos de Conclusão do curso de Artes são:

- Cultura, Educação e Sociedade.
- Ética, Cidadania e Ensino de Filosofia e Artes.
- Cultura e saberes no contexto da Amazônia.

CAPÍTULO II

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Art. 4º O acadêmico deve elaborar seu projeto para nortear o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de acordo com o presente Regulamento e com as instruções do(a) professor(a) Coordenador(a) da disciplina e/ou professor(a) orientador(a).

Art. 5º O projeto preliminar deve ser entregue ao professor(a) orientador(a) até a data estabelecida pelo cronograma da disciplina.

§1º Cabe ao professor(a) orientador(a) a avaliação e aprovação dos projetos preliminares apresentados pelos acadêmicos.

§2º Estando aprovado o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso(TCC), a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de novo projeto e mediante atendimento dos seguintes requisitos:

- I. Ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a quinze dias, contados a partir da aprovação do projeto TCC;
- II. Haver aprovação do professor(a) orientador(a).

Capítulo III

DO COORDENADOR DE TCC

Art. 6º. O Colegiado do Curso de Teatro deverá eleger o Coordenador de Monografia.

Parágrafo único. O Coordenador de monografia terá um mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido por mais um mandato e deverá pertencer ao quadro de professores efetivos do curso.

Art. 7º. Ao Coordenador de Monografia compete, em especial:

- I - atender aos acadêmicos orientandos;
- II - convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e acadêmicos.
- III - indicar professores orientadores para os alunos que não os tiverem;
- IV - elaborar cronograma de atividades a serem desenvolvidas no decorrer do semestre, em conformidade com o calendário acadêmico;
- V - receber o projeto de monografia e os relatórios parciais;

VI - manter fichário atualizado, onde conste o nome e dados de identificação do aluno em fase de elaboração da monografia, título da monografia, nome do professor orientador e atividades desenvolvidas;

VII - indicar ao Coordenador de Curso as bancas examinadoras;

VIII - receber as monografias e encaminhá-las às bancas examinadoras;

IX - publicar editais, respeitado o prazo deste regulamento, fazendo constar data, hora e local em que será realizada a audiência pública, bem como o nome dos membros que compõem a banca examinadora;

X - manter arquivo atualizado das atas das audiências públicas;

XI - providenciar o encaminhamento à biblioteca central do CD das monografias aprovadas;

XII - tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento;

XIII - publicar no início de cada ano, as temáticas dos trabalhos de conclusão de curso aprovadas pelo colegiado;

XIV - intermediar contatos entre o professor orientador e entidades, as quais serão contatadas pelo orientador.

Capítulo IV

DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 8º. Todo TCC deverá ser, necessariamente, acompanhado por um professor orientador, sendo de sua responsabilidade acompanhar e orientar a elaboração de cada etapa do trabalho.

Parágrafo único – Constan das atribuições do professor orientador:

I – Frequentar reuniões convocadas pela Coordenação de TCC;

II – Assinar o trabalho final, verificando o atendimento das solicitações feitas pela banca e encaminhamentos do TCC de seus orientandos;

III – Receber semanalmente seus alunos-orientandos;

IV - Instruir previamente o aluno para a sua apresentação oral.

Art. 9º. Cabe ao acadêmico, nos prazos estabelecidos neste regimento e pela Coordenação de Monografia, escolher o professor orientador, devendo, para esse efeito, realizar o convite

levando em consideração a disciplina ministrada pelo professor e/ou sua condição de pesquisador no curso, com pesquisa publicada ou registrada.

Parágrafo único. Será aceita a co-orientação de um professor desta ou de outra Universidade, ou um profissional da área, desde que o mesmo assuma, por escrito, tal encargo.

Art. 10. Na situação em que não encontre nenhum professor que se disponha a assumir a sua orientação, deverá o acadêmico procurar o Coordenador de Monografia, a fim de que este lhe indique um orientador.

Parágrafo único. Na indicação de professores orientadores, o Coordenador de Monografia deve observar as áreas de interesse dos professores, bem como a distribuição equitativa de orientandos entre eles. E ao assinar o termo de compromisso, o professor estará aceitando a sua orientação.

Art. 11. Cada professor pode orientar, no máximo, 4 (quatro) alunos por semestre.

Parágrafo único. A carga horária mensal, por aluno, destinada à orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, para fins do cômputo da carga didática do docente no Plano de Trabalho, obedece às normas específicas em vigor na Universidade.

Art. 12. É permitido ao professor orientador desistir da orientação.

§ 1º - Da solicitação de desistência deverão constar exposição de motivos e ciência do aluno.

§ 2º - A solicitação será encaminhada à Coordenação de TCC que dará ciência ao Departamento do aluno interessado.

§ 3º. É da competência do Coordenador de Monografia a solução de casos especiais, podendo ele, se entender necessário, encaminhá-los para decisão do Coordenador do Curso.

Art. 13. O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I- freqüentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Monografia;
- II- atender mensalmente, seus orientandos, em horário previamente fixado;
- III- entregar relatório das atividades de orientação, mensalmente;

IV- avaliar o projeto de monografia que lhe for entregue pelo orientando, que deverá ser acompanhado de parecer de admissibilidade;

V - avaliar os relatórios parciais que lhes forem entregues pelo orientando, no decorrer da elaboração da monografia;

VI – autorizar ou não a entrega do projeto de monografia;

VII - autorizar ou não o depósito das cópias de monografia para defesa, observados os prazos estabelecidos;

VIII - presidir a banca examinadora, na defesa da monografia do aluno sob sua orientação, competindo-lhe:

- proceder à abertura e ao encerramento protocolar dos trabalhos;
- conduzir as arguições do candidato, pelos examinadores;
- reunir-se, reservadamente, após o término da apresentação e arguição do trabalho, com os membros da banca examinadora, para a avaliação final;
- comunicar o resultado da avaliação final do candidato;
- providenciar o preenchimento da folha de avaliação e encaminhá-la ao setor competente;

IX - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 14. A responsabilidade pela elaboração da monografia é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Art. 15. O professor orientador tem o direito de declinar do seu dever de orientação para com o orientando que não mantiver contato com o orientador por trinta dias consecutivos, observado o cronograma proposto pela Coordenação de Monografia e demais prazos estipulados neste regulamento.

Capítulo V

DO PROJETO DE MONOGRAFIA

Art. 16. O aluno deve elaborar seu projeto de monografia de acordo com este Regulamento, com as técnicas de metodologia científica e com as orientações do seu Professor Orientador, observando para que não haja incompatibilidade entre estas três fontes de orientação apontadas.

Parágrafo único. A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no que forem elas aplicáveis.

Art. 17. A estrutura do projeto compõe-se de:

- I - Capa;
- II - Folha de rosto;
- III - Identificação;
- IV - Tema delimitado;
- V - Breve relato sobre o tema;
- VI - Formulação do problema;
- VII - Hipóteses;
- VIII - Objetivos;
- IX - Justificativa;
- X - Metodologia;
- XI - Instrumentos de pesquisa (quando houver pesquisa de campo);
- XII - Roteiro da Monografia;
- XIII - Cronograma de atividades;
- XIV - Levantamento bibliográfico;
- XV - Parecer de admissibilidade do professor orientador.

Art. 18. Cabe ao professor da disciplina de projeto de monografia atribuir nota ao aluno.

Art. 19. Aprovado o projeto de monografia, a mudança de tema só será permitida mediante elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

- I- ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados da data de início do período letivo;
- II- haver a aprovação do professor orientador;
- III- existir a concordância do professor orientador em continuar com a orientação;
- IV- haver aquiescência do Coordenador de Monografia.

Parágrafo único. Pequenas mudanças, que não comprometam as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, desde que autorizadas pelo Orientador.

Capítulo VI

DA MONOGRAFIA

Art. 20. A estrutura da monografia compõe-se de acordo com as normas da ABNT e especificações desse regulamento.

Art. 21. A monografia deve ser apresentada preenchendo os seguintes requisitos:

- I- Impressa em papel branco tamanho A4, fonte arial 12, em espiral;
- II- O corpo da monografia (introdução, desenvolvimento e conclusão) deve possuir no mínimo 45 (quarenta e cinco) páginas e no máximo 85 (oitenta e cinco) páginas.
- III- A monografia será depositada junto à Coordenação do Curso de Teatro, em três vias impressas, de igual teor e forma;

Parágrafo único. Após a defesa, o discente deverá apresentar uma cópia em CD, em formato PDF, em sete dias após a defesa, com as devidas correções apontadas pela banca.

Art. 22. A versão final da monografia é defendida pelo aluno perante banca examinadora constituída por três membros, dentre os quais figurará o orientador do acadêmico como o Presidente da sessão, professores do Curso de Teatro ou de outro Curso da própria Instituição, que tenha especial afinidade com o tema da monografia a ser defendida.

Parágrafo único. A banca deverá ser formada, preferencialmente, por professores com disciplinas afins.

Art. 23. A comissão examinadora somente pode executar seus trabalhos com três membros presentes.

§1º Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, deve ser comunicada, por escrito, ao Coordenador do Curso.

§ 2º Não havendo o comparecimento de, no mínimo, três membros da banca examinadora, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no parágrafo anterior.

Art. 24. Todos os professores do Curso podem ser convocados para participarem das bancas examinadoras, preferencialmente em suas respectivas áreas de atuação, mediante indicação do Coordenador de Monografia e designado pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo único. Sempre que possível, será mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda, evitar a designação de qualquer docente para um número superior a 5 (cinco) bancas examinadoras por semestre, ressalvadas as bancas que o professor funcione como presidente.

Capítulo VII

DA BANCA EXAMINADORA E DA AVALIAÇÃO

Art. 25. As sessões de defesa das monografias são públicas.

Parágrafo único. Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos das monografias antes de suas defesas.

Art. 26. A banca é soberana para tomar qualquer decisão e dirimir qualquer conflito existente durante a realização da mesma.

Art. 27. A monografia será considerada aprovada se a média das notas dadas pelos membros da banca for superior a 5,0, sendo analisados os seguintes critérios:

I – quanto ao trabalho escrito:

- a) aspecto formal conforme as regras da ABNT, até 1,0 ponto;
- b) redação clara e correção gramatical, até 0,5 ponto;
- c) redação estruturada e organizada de maneira lógica das partes, até 1,0 ponto;
- d) delimitação do tema, até 1,0 ponto;
- e) relação da metodologia com o tema, até 1,0 ponto;
- f) relação adequada entre a referência bibliográfica e o tema, até 0,5 ponto;

II – quanto à apresentação:

- a) clareza e linguagem na apresentação, até 2,5 pontos;
- b) consistência das respostas, até 2,5 pontos;
- c) postura perante a banca, até 5,0 pontos.

Art. 28. A apresentação conterà:

I - 20 minutos de exposição do trabalho, pelo aluno;

II - 10 minutos reservados a cada membro da banca, para considerações e perguntas e para as respostas do aluno;

III - durante o prazo reservado a cada professor examinador é vedado a intervenção de outros membros da banca.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador do Curso de Teatro, Coordenador de Monografias.

Art. 30. Esse regimento entra em vigor no segundo semestre de 2009, revoga-se as disposições em contrário.

Palmas, 20 março de 2009.

Roseli Bodnar
Coordenadora de Área de Filosofia e Teatro

Anexo 4. Normativas sobre Atividades Complementares.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PÁLMAS**

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CONSEPE
N° 009/2005**

Dispõe sobre alterações na Resolução no 04/2005 deste Conselho, que traz o regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins UFT.

PALMAS

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art. 1º - Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir lacunas que venham a surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários e comunicando à Pró-Reitoria de Graduação as adequações efetuadas.

TÍTULO I

Das Considerações Gerais

CAPÍTULO I

Da Caracterização das Atividades Complementares

Art. 2º - A presente Resolução tem por finalidade regulamentar as atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins, que compõem o núcleo flexível do currículo dos cursos de graduação, sendo o seu integral cumprimento indispensável para colação de grau.

Art. 3º - As atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins terão carga horária global definida pelos projetos político-pedagógicos, em conformidade com a legislação vigente e afeta a cada um dos cursos, devendo o seu cumprimento ser distribuído ao longo do curso.

Parágrafo Único – Em todos os casos não serão incluídas no cômputo as atividades previstas pelas Diretrizes Curriculares dos cursos em outra modalidade de atividade acadêmica.

Art. 4º - As atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins são obrigatórias e estão divididas em três tipos, assim discriminadas:

- I- Atividades de Ensino;
- II- Atividades de Pesquisa;
- III- Atividades de Extensão.

CAPÍTULO II

Da Operacionalização das Atividades Complementares

Art. 5º – As Atividades de Ensino compreendem:

- I- disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e/ou em outras IES;

- II- atividades de monitoria;
- III- participação em mini-cursos;
- IV- cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira.

Parágrafo único. As Atividades referidas no inciso I só poderão ser consideradas se não aproveitadas para convalidar outras disciplinas do currículo.

Art. 6º - As Atividades de Pesquisa compreendem:

- I- livro publicado;
- II- capítulo de livro;
- III- projetos de iniciação científica;
- IV- projetos de pesquisa institucionais;
- V- artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);
- VI- artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);
- VII- artigo completo publicado em anais como autor;
- VIII- artigo completo publicado em anais como co-autor;
- IX- resumo em anais;
- X- participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.

Art. 7º - As Atividades de Extensão compreendem:

1. autoria e execução de projetos;
2. participação na organização de eventos, congressos, seminários, workshops, etc;
3. participação como conferencista em conferências, palestras, mesas-redondas, etc;
4. participação como ouvinte em eventos, congressos, seminários, workshops, etc;
5. apresentação oral de trabalhos em congressos, seminários, workshops, etc;
6. participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc;
7. apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em congressos, seminários, workshops, etc;
8. participação em oficinas;
9. visitas técnicas e dia de campo;
10. estágios extracurriculares;
11. representação discente em órgãos colegiados (Consuni, Consepe, Congregação, etc.);
12. representação discente (UNE, UEE, DCE e CAs);
13. organizar e ministrar mini-cursos.

CAPÍTULO III

Da Validação das Atividades Complementares

Art. 8º – Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares deverão ser encaminhados ao Coordenador do Curso até 31 de maio no primeiro semestre; e 31 de outubro no segundo semestre.

Art. 9º - O aproveitamento das horas de Atividades Complementares será divulgado na primeira quinzena do mês de agosto, relativo ao primeiro semestre do ano anterior; e na primeira quinzena de março, relativo ao segundo semestre do ano em curso.

Parágrafo único – No caso de aluno formando, o aproveitamento será divulgado no prazo da publicação das notas do semestre.

Art. 10. – O pedido de registro das Atividades Complementares será feito pelo interessado, perante Protocolo Geral e encaminhado para parecer da Coordenação dos Cursos, seguindo para a Secretaria Acadêmica.

Parágrafo único – Os documentos originais serão devolvidos ao interessado após conferência e certificação na cópia entregue, sob a responsabilidade funcional.

Art. 11. – O aluno que discordar da quantificação atribuída à Atividade Complementar poderá, no prazo de três (03) dias após a publicação, apresentar pedido de revisão da mesma ao Coordenador de Curso.

Parágrafo único – Da decisão do Coordenador de Curso cabe recurso ao Colegiado do Curso em última instância.

Art. 12. – Somente terão validade para cômputo, como Atividades Complementares, as realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação nos cursos, exceto as atividades do Art. 5o, inciso I desta Resolução.

Art. 13. - Todas as Atividades Complementares executadas devem ser comprovadas através de documento, fornecido pelo organizador do evento ou atividade.

Art. 14. - A carga horária total das Atividades Complementares será definida no projeto político-pedagógico do curso.

TÍTULO II

Das Disposições Transitórias

Art. 15. - Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir lacunas que venham a surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários e comunicando à Prograd as adequações efetuadas.

Art. 16. - Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palmas, 16 de dezembro de 2005

ANEXO

MODALIDADE	TIPO	CRÉDITOS
ENSINO	I – Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por Disciplina);	05
	II - Atividades de monitoria (por semestre)	05
	III - Organizar e ministrar mini-cursos (por mini-curso);	05
	IV – Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso);	03
	V - Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso);	02
PESQUISA	I – Livro Publicado; II – Capítulo de Livro;	50
	III – Projetos de Iniciação Científica;	20
	IV – Projetos de Pesquisa Institucionais;	15
	V – Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);	10
	VI - Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);	10
	VII – Artigo completo publicado em anais como autor; (exceto o t.c. c)	05
	VIII- Artigo completo publicado em anais como autor;	05
	IX – Resumo em anais;	05
	X – Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.	03
		03

EXTENSÃO	I – Autoria e execução de projetos;	15
	II – Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.).	10
	III - Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	10
	IV - Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.)	05
	V - Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc.)	05
	VI – Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	03
	VII - Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc.)	03
	VIII – Participação em oficinas;	03
	IX – Visitas técnicas;	03
	X – Estágios extracurriculares (cada 80 horas);	03
	XII – Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc. por semestre);	03
	XIII - Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc. por semestre)	02

ANEXO 5

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM TEATRO E FILOSOFIA

CAPÍTULO I

Identificação

Art. 1º - O presente regulamento trata da normatização das atividades de estágio curricular obrigatório e não-obrigatório dos Cursos de Licenciatura em Teatro e Filosofia do campus de Palmas. As normatizações ora dispostas apresentam consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com a Lei nº 11.788/2008 e com a Orientação Normativa MPOG nº 7 de 30 de outubro de 2008.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2º - O Estágio Curricular obrigatório tem como objetivo possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e artísticos à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Teatro.

Art. 3º - O Estágio Curricular não-obrigatório objetiva a ampliação da formação profissional do estudante por meio de vivências das vivências e experiências próprias da situação profissional na Universidade Federal do Tocantins ou em instituições conveniadas com a UFT de acordo com a assinatura do Termo de Compromisso.

DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO III

Da Organização

Art. 4º - O estágio curricular obrigatório está organizado em 4 etapas por meio das disciplinas Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III, Estágio Supervisionado VI.

CAPÍTULO IV

Programação de estágio e duração

Art. 5º - A duração dos estágios obrigatórios totaliza 405 horas. A orientação poderá ser conduzida por docentes da Fundação Universidade Federal do Tocantins ou de outras instituições de nível superior, os quais deverão ser credenciados e aceitos oficialmente pelo Colegiado do Curso. Em ambos os casos deve-se levar em consideração a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Art. 6º - A área e programação de cada estágio serão de responsabilidade do docente orientador e do aluno.

§1- A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo acadêmico - estagiário, de comum acordo com docente-orientador.

§2 - Todas as atividades planejadas pelo estagiário, antes de implementadas, deverão ser aprovadas pelo docente da disciplina de Estágio, assegurada a participação coletiva nas decisões.

CAPÍTULO V

Locais de realização do estágio

Art. 7º - As atividades de estágio propostas serão desenvolvidas em instituições de ensino particulares ou públicas, de acordo com as possibilidades da instituição escolar, preferencialmente na cidade de lotação do Curso.

Parágrafo único – em casos especiais, serão aceitos estágios em outras instituições como ONGs, museus, centros que comprovem atividades ligadas ao ensino de Teatro.

Art. 8º - A escolha da instituição para a realização do estágio fica a critério do estagiário considerando a autorização prévia dos responsáveis, o aceite do diretor e do professor da instituição e a disponibilidade de vagas.

CAPÍTULO VI

Avaliação

Art. 9º - O estagiário será avaliado no decorrer das disciplinas específicas de Estágio Supervisionado.

Parágrafo único – Ao professor da instituição que recebe o estagiário caberá uma avaliação do trabalho do mesmo de acordo com critérios estabelecidos pelo professor do estágio.

CAPÍTULO VII

Das atribuições do Estagiário

Art. 10. - Ao acadêmico que se habilitar ao estágio compete:

- I. participar de todas as atividades dos estágios;
- II- comprometer-se com suas atividades docentes tanto na turma em que estagia, quanto com o/a professor/a responsável da escola e com a direção da mesma,
- III- cumprir com as normas da instituição,
- IV- cuidar e zelar pelos locais e recursos didáticos disponibilizados pela instituição,
- V- avisar qualquer ausência inesperada com antecedência.
- VI – cumprir com as metas e horário estabelecidos.
- VII- cumprir as normas do presente regulamento e da Lei de Estágio.

CAPÍTULO VIII

Das atribuições do docente orientador

Art. 11. - Compete ao docente orientador de Estágio:

- I- possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio
- II- orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografias e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pelo aluno.
- III- orientar e controlar a execução das atividades do estagiário.
- IV- acompanhar o planejamento do estágio.
- V- realizar uma avaliação em todas etapas de desenvolvimento do estágio.

CAPÍTULO IX

Das atribuições das instituições escolares

Art. 12. - Compete às instituições que recebem os estagiários:

- I - permitir o uso dos espaços disponíveis para o bom andamento do estágio.
- II- permitir o uso de recursos disponíveis pela instituição
- III - tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da escola, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade.

DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Art. 13. - O estágio curricular não-obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

CAPÍTULO X

Da organização

Art. 14. - O estágio curricular não-obrigatório pode ser desenvolvido nas áreas de ARTES PLÁSTICAS, VISUAIS E CÊNICAS, definidas pelo Colegiado do Curso em instituições conveniadas com a UFT — termo de compromisso— que atendam os pré-requisitos:

IV- pessoas jurídicas de direito privado;

V- órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos

Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Município

VI- profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

Art. 15. - O tempo de duração de estágio não-obrigatório não pode ultrapassar dois anos na mesma instituição, seis horas diárias e 30 horas semanais.

Art. 16. - O estágio não-obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a (Unidade Concedente).

Art. 17. - Atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos vinculadas à e desenvolvidos na UFT não são considerados estágios não-obrigatórios.

CAPÍTULO XI

Desenvolvimento e Avaliação

Art. 18. - A elaboração do Plano de Atividades do Estagiário deve ser formulado entre as três partes envolvidas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e unidade concedente) de acordo com suas necessidades.

Art. 19. - A avaliação do estagiário cabe ao supervisor de área a qual o estágio está vinculado de acordo com artigo 14 e ao supervisor da instituição concedente a cada seis meses.

Art. 20. - Cada supervisor de área da UFT é escolhido entre os membros do Colegiado Licenciatura em Teatro.

§1- Cada supervisor deve ser responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação de no máximo dez estagiários;

§2- a avaliação deve considerar a frequência e os relatórios elaborados pelo estagiários a cada seis meses;

§3 – quando a unidade concedente for um órgão público federal, autarquia ou fundacional, a periodicidade do relatório deverá ser bimestral.

Art. 21 - Ao término do período de estágio, a unidade concedente emitirá um termo de realização de estágio.

CAPÍTULO XII

Das disposições gerais

Art. 22. - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelos supervisores responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado por instâncias superiores.

Art. 23. - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado da Área.

Palmas, 18 de abril de 2009.